

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR**

**AS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR
O caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina**

CLÉRIO PLEIN

Porto Alegre
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL – PGDR**

**AS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR
O caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina**

Autor: Clério Plein

Orientador: Prof. Dr. Sergio Schneider

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação AS METAMORFOSES DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ D' OESTE, SANTA CATARINA, elaborada por CLÉRIO PLEIN, defendida no dia 26 de fevereiro de 2003, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sergio Schneider (Orientador-Presidente/UFRGS)

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei (UFSC)

Dr^a . Marinês Zandavali Grando (FEE/RS)

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Ivonete, mulher maravilhosa que está comigo nesta caminhada desde o início e foi a primeira pessoa a incentivar-me quando pensei em fazer uma pós-graduação, mesmo que isso implicasse em abrir mão, temporariamente, de seus sonhos. Dedico esse trabalho a ela como uma forma de agradecer e reconhecer a sua amizade, paciência, colaboração e acima de tudo, o amor que dedica à mim.

AGRADECIMENTOS

Fazer uma relação de agradecimentos, muitas vezes, pode nos levar a cometer injustiças, esquecendo de citar a todos que, de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização do nosso trabalho. Por outro lado, não agradecer seria uma injustiça ainda maior. Assim, gostaria de dizer OBRIGADO:

À Deus, pelo dom da vida;

À minha esposa Ivonete, pelo apoio e compreensão;

Aos familiares, pela valorização da educação;

A Sergio Schneider, por compartilhar do seu vasto conhecimento na orientação desse trabalho, a acima de tudo, pela sua sinceridade e amizade;

A dois grandes amigos, Juliete e Oldair;

Aos colegas do programa de Pós-Graduação, pela caminhada que realizamos juntos;

À UFRGS e, em especial, aos professores e funcionários do PGDR;

À Prefeitura Municipal de Iporã d' Oeste, nos nomes de Gilberto Niderle (Prefeito Municipal), Gilberto Dotto (Secretário da Agricultura) e Marcos Pohlmann (Engenheiro Agrônomo), pela acolhida e apoio para a realização do trabalho de campo;

Aos agricultores e agricultoras, pela calorosa recepção e disposição em colaborar, mesmo que isto custasse algumas horas do seu trabalho;

Ao CNPq pela bolsa de estudos que financiou o meu mestrado;

Aos professores e direção da Escola Básica Emília Boos Laus Schmidt, de Saltinho;

A Vilmar Rhoden, da Casa Familiar Rural de Iporã d' Oeste;

Ao CEPAF/EPAGRI, de Chapecó, nos nomes de Márcio Mello e Milton Silvestro;

À APACO de Chapecó, especialmente a Affonso Flach;

Aos funcionários da Agência do IBGE de São Lourenço do Oeste;

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Iporã d' Oeste;

Aos funcionários da Agência da Previdência Social de São Miguel do Oeste;

À Maria Ivone de Mello da Biblioteca da FCE/UFRGS.

Porto Novo

Porto Novo.
Lar indígena há milênios.
Vieram os conquistadores.
Eliminaram os índios.
Vieram os caboclos.
Vieram os balseiros.
Os tempos mudaram.
Vieram os colonizadores.
Eliminaram os caboclos.
Ocuparam as terras.
Os tempos mudaram.
Vieram regimes autoritários.
Maltrataram o povo.
Os tempos mudaram.
Novas ordens econômicas vieram.
A banha e o fumo
Pouco puderam.
Os tempos mudaram.
Novos costumes chegaram;
A todos afetaram.
Nos anos setenta,
Até prá lá dos anos noventa,
O novo tomou conta:
Língua, fé e cor se misturaram.
Globalização, frango, leite;
Êxodo, subemprego...
Era fim de milênio.

(Roque Jungblut)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE SIGLAS.....	14
RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
CAPITALISMO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	28
1.1 A Noção de Agricultura Familiar.....	30
1.2 De Colonos a Agricultores Familiares.....	32
1.2.1 O modo de vida colonial.....	33
1.2.2 Crise e desarticulação do sistema produtivo colonial.....	44
1.3 O Processo de Mercantilização da Agricultura Familiar.....	47
1.4 Agricultura Familiar e o Progresso Tecnológico.....	51
1.5 Agricultura Familiar e Estratégias de Reprodução.....	52
CAPÍTULO 2	
A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO.....	56
2.1 A Região do Estudo: o Município de Iporã d' Oeste.....	57
2.2 O Povoamento.....	60
2.2.1 Índios.....	60

2.2.2 Caboclos.....	61
2.2.3 Colonização "branca"	62
2.3 Fases do Desenvolvimento da Agricultura Colonial.....	69
2.3.1 Definição dos lotes de terra e instalação dos colonos (1920-1930/40).....	69
2.3.2 Especialização produtiva e inserção mercantil (1930/40-1960/70).....	75

CAPÍTULO 3

PRINCIPAIS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA SOBRE

A AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE DE SANTA CATARINA.....	83
3.1 O Processo de Modernização da Agricultura Brasileira.....	85
3.1.1 As alterações na estrutura fundiária.....	88
3.1.2 A utilização das novas tecnologias.....	90
3.1.3 O Estado e o papel do crédito agrícola.....	94
3.1.4 Transformações nos processos produtivos.....	96
3.1.5 O aumento da produtividade.....	103
3.2 A Mercantilização Social e Econômica da Agricultura Familiar.....	104
3.2.1 Especialização produtiva e a internalização do progresso tecnológico.....	105
3.2.2 A mercantilização e a integração agroindustrial.....	108
3.2.3 A mercantilização e a diferenciação social da agricultura familiar.....	110

CAPÍTULO 4

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IPORÃ D' OESTE

E SUAS NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO.....	119
4.1 Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina.....	120
4.2 Breve Caracterização da Agricultura Familiar no município de Iporã d' Oeste.....	124
4.3 As Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar em Iporã d' Oeste.....	132
4.3.1 As estratégias de agroindustrialização.....	132
4.3.2 As migrações como mecanismo de reprodução.....	135
4.3.3 As atividades não-agrícolas e a emergência da pluriatividade.....	136
4.3.4 A agricultura familiar e a previdência social no meio rural.....	137
4.3.5 Agricultura familiar e comércio local.....	139
4.4 Perspectivas da Agricultura Familiar Frente à Mercantilização Social e Econômica.....	139

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
ANEXO A.....	156

LISTA DE TABELAS

TABELA 01.	Equivalência de preços praticados pelo comércio de Porto Novo (Itapiranga) entre 1926 e 1932.....	81
TABELA 02.	Evolução da estrutura fundiária do município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	88
TABELA 03.	Evolução do uso de fertilizantes e corretivos no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	90
TABELA 04.	Evolução do emprego da força de trabalho e sua procedência no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	91
TABELA 05.	Evolução do número de tratores no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	92
TABELA 06.	Evolução dos estabelecimentos com financiamento, finalidade principal e origem dos recursos obtidos no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980.....	96
TABELA 07.	Evolução da utilização das terras no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	97
TABELA 08.	Evolução da produção agrícola no município de Mondaí [atuais Municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	98
TABELA 09.	Evolução da área total, área de lavoura e área das principais culturas no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	98

TABELA 10.	Principais cultivos da MRG de São Miguel do Oeste, Santa Catarina na década de 1990.....	99
TABELA 11.	Evolução da produção animal no município de Mondaí [atuais Municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	100
TABELA 12.	Produção animal na MRG de São Miguel do Oeste, SC.....	100
TABELA 13.	Evolução dos índices de produtividade no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	104
TABELA 14.	Evolução dos preços dos principais produtos agropecuários em Santa Catarina nos anos de 1975, 1980, 1985, 1995 e 2000.....	105
TABELA 15.	Evolução das despesas dos agricultores no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1995.....	106
TABELA 16.	Evolução da condição do produtor no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.....	113
TABELA 17.	Aspectos da evolução demográfica no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.....	114
TABELA 18.	Estrutura fundiária do município de Iporã d' Oeste, 1995.....	126
TABELA 19.	Classes de aptidão agrícola dos solos da Região Hidrográfica do Extremo Oeste do estado de Santa Catarina, 1997.....	127
TABELA 20.	Utilização do pacote tecnológico no município de Iporã d' Oeste, 1995-96.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. Número de suinocultores na região Oeste de Santa Catarina no período de 1980 a 2000.....	101
GRÁFICO 02. Evolução dos índices de preços dos principais produtos agropecuários em Santa Catarina nos anos de 1975, 1980, 1985, 1995 e 2000.....	105
GRÁFICO 03. Situação econômica dos estabelecimentos agrícolas do Oeste de Santa Catarina.....	121
GRÁFICO 04. Condição do produtor no município de Iporã d' Oeste, 1995.....	126
GRÁFICO 05. Utilização das terras no município de Mondaí [atuais municípios de Iporã d' Oeste, Mondaí e Riqueza], 1995.....	127
GRÁFICO 06. Grau de especialização dos agricultores familiares no município de Iporã d' Oeste, 1995.....	130
GRÁFICO 07. Integração ao mercado dos agricultores familiares no município de Iporã d' Oeste, 1995.....	131

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01.	Reprodução autônoma (agricultura camponesa) x reprodução dependente do mercado (agricultura familiar) nas esferas da produção e circulação.....	48
FIGURA 02.	Localização do Município de Iporã d' Oeste, na região Oeste de Santa Catarina.....	57
FIGURA 03.	A chegada dos colonos à nova terra.....	71
FIGURA 04.	Balsas e balseiros.....	72
FIGURA 05.	A tração animal na agricultura colonial.....	76
FIGURA 06.	Produção de fumo de corda.....	78
FIGURA 07.	Antiga instalação para a criação de suínos.....	79
FIGURA 08.	A persistência da tração animal.....	92
FIGURA 09.	Trilhadeira de cereais.....	93
FIGURA 10.	Suinocultura moderna I.....	102
FIGURA 11.	Suinocultura moderna II.....	102
FIGURA 12.	Diferenciação social I.....	111
FIGURA 13.	Diferenciação social II.....	111
FIGURA 14.	O futebol como forma de sociabilidade.....	117
FIGURA 15.	Avicultura intensiva.....	129
FIGURA 16.	Produção de leite.....	133
FIGURA 17.	A produção de fumo.....	133
FIGURA 18.	Perspectivas da agricultura familiar?.....	145

LISTA DE SIGLAS

APACO: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.

CEPAF: Centro de Pesquisa para Agricultura familiar.

CPPP: Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades.

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

FAO: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICEPA/SC: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ONGs: Organizações Não Governamentais.

PGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

UNOESC: Universidade do Oeste de Santa Catarina.

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

Esta dissertação analisa as transformações sociais, econômicas e culturais que alteraram as estratégias de reprodução dos agricultores familiares da região Oeste de Santa Catarina. É um estudo de caso no município de Iporã d' Oeste, sobre a trajetória histórica da forma familiar de organização do trabalho e da produção. Pretende-se mostrar como indivíduos e famílias foram alterando seus processos produtivos e seu modo de vida, afim de alcançar a sobrevivência material e a reprodução social. As estratégias de reprodução desses agricultores, em função da crescente mercantilização, são, cada vez mais, dependentes e influenciadas pela relação que estabelecem com o ambiente social e econômico onde estão inseridos.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the social, economic and cultural transformations that altered the strategies of the farmers' reproduction relatives' of Santa Catarina area West. It is a case study in the municipal district of Iporã d' Oeste, on the historical trajectory in the family way of organization of the work and of the production. It intends to show as individuals and families went altering its productive processes and its life way, kindred of reaching the material survival and the social reproduction. The strategies of those farmers' reproduction, in function of the growing commoditization, are, more and more, dependent and influenced by the relationship that you/they establish with the social and economic atmosphere where are inserted.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa as transformações sociais, econômicas e culturais que alteraram as estratégias de reprodução dos agricultores familiares da região Oeste do Estado de Santa Catarina. Trata-se de um estudo sobre a trajetória histórica da forma familiar de organização do trabalho e da produção, em que se pretende mostrar, como indivíduos e famílias foram alterando seus processos de trabalho e seu modo de vida afim de alcançar a sobrevivência material e a reprodução social.

As razões que me levaram a este tema são de ordem histórica, pessoal e acadêmica. Sendo filho de pequenos agricultores da região Oeste Catarinense, sempre tive presente uma preocupação com as perspectivas da agricultura familiar na região, tentando entender o que estava acontecendo e porque acontecia. Por um lado, agricultores falindo, vendendo as suas propriedades e migrando para as cidades, enquanto outros progrediam e permaneciam na região. De certo modo, para compreender este processo social, acabei refletindo sobre a trajetória da minha própria família, que tem suas origens no Rio Grande do Sul e atualmente, dos oito filhos, alguns são agricultores, outros migraram para as cidades, trabalhando em fábricas, e outros, como eu, puderam estudar. Nesse sentido, transformei a agricultura familiar em tema de estudo desde a graduação, considerando que dessa forma, pudesse contribuir, através da pesquisa acadêmica, para aqueles que permanecem no meu local de origem.

Na região Oeste de Santa Catarina, bem como do município de Iporã d' Oeste, a agricultura se caracteriza pelo seu caráter familiar, no que se refere à propriedade da terra, gestão e trabalho. As propriedades são pequenas, geralmente

entre 10 e 20 hectares. O relevo, fortemente acidentado, é um dos fatores que inviabiliza, em grande medida, a mecanização, persistindo a tração animal como força de trabalho. O caráter familiar dessa agricultura ajudou a incrementar o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais. Inicialmente na produção de suínos, e mais recentemente, na produção de aves, leite e fumo.

De uma maneira geral, o que caracteriza a agricultura familiar da região não é a sua homogeneidade, mas sim, a diversidade. A homogeneidade refere-se à predominância da pequena propriedade familiar. A diversidade se revela através da situação econômica, nas formas de acesso às políticas públicas, na utilização de tecnologias, nos sistemas produtivos, na relação com o mercado, na composição demográfica das famílias.

Na região Oeste Catarinense percebe-se uma grande inquietação da sociedade em relação às perspectivas da agricultura familiar. Por um lado, toda a sua dinâmica social, econômica e cultural, gira em torno dessa forma de agricultura. Por outro lado, essa diversidade de situações, revela condições contraditórias, como ricos e pobres, integrados e excluídos. Enfim, acentua-se a diferenciação social entre os agricultores, onde muitos, não conseguem mais assegurar a sobrevivência da sua família somente com as atividades agropecuárias.

Entretanto, entender e analisar a problemática da agricultura familiar na região Oeste Catarinense, em uma perspectiva analítica, exige ir para além do empírico e do senso comum. Para mim, esse passo foi o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, onde pude encontrar ferramentas analíticas para o meu trabalho de interpretação do que estava acontecendo com a agricultura familiar, especificamente, no município de Iporã d' Oeste.

Tal qual aqui compreendida, a atual agricultura familiar existente no município de Iporã d' Oeste, é resultado da evolução de uma agricultura colonial, com certas características similares com o que muitos autores chamam de agricultura camponesa ou modo de vida colonial. Nesse sentido, a questão que se coloca para esta pesquisa, é mostrar como ocorreu o processo de evolução e transformação da agricultura, especialmente, a partir dos anos 1970. Procura-se

ainda, indicar como emerge uma nova estrutura sócio-econômica e produtiva na região, acentuando-se a diferenciação social e a heterogeneidade.

A problemática social que motivou esta pesquisa, refere-se ao processo histórico de evolução e transformação da agricultura familiar na região Oeste Catarinense, mais precisamente, no município de Iporã d' Oeste. Nos anos recentes, tornou-se corrente na opinião pública da região que, a agricultura enfrentava uma "crise". Esta crise teria várias facetas, tal como a migração de muitas famílias, ou de alguns membros da família, especialmente jovens, que procuram uma colocação no mercado de trabalho nos centros urbanos. Através do envelhecimento da população rural. Problemas relacionados com a diminuição da renda das atividades agrícolas. Descapitalização das propriedades. A "pulverização fundiária", ou seja, a crescente subdivisão das propriedades entre os herdeiros. Enfim, apesar da agricultura familiar ser a base sócioeconômica da maioria dos municípios da região Oeste Catarinense, existem algumas questões que parecem comprometer a sobrevivência de muitos agricultores.

Foi a partir desta caracterização empírica que se iniciou a reflexão sobre a agricultura familiar. A primeira questão a ser compreendida era, obviamente, a natureza da crise enfrentada pelos agricultores familiares. Era necessário captar a diversidade dos problemas sociais, econômicos e culturais referidos pela população local e suas interpretações imediatas e buscar desvendar as verdadeiras causas. Assim, da apreensão das distintas fases da crise enfrentada pela agricultura familiar, passou-se à percepção de que se tratava de um processo de transformação das relações sociais e econômicas locais, ocasionado, de um lado, pelos efeitos mais gerais de desenvolvimento do capitalismo e, por outro, de alterações no modo de vida e nas estratégias de reprodução das famílias rurais.

Na atualidade, é imprescindível estudar, discutir e analisar as transformações da agricultura familiar em face do desenvolvimento capitalista recente no Sul do Brasil. Nos últimos trinta anos, esses agricultores passaram por profundas transformações, tanto no seu modo de trabalhar e produzir, como na sua maneira de viver. Essas transformações mais gerais da economia brasileira, especificamente, o processo de modernização da agricultura, refletem-se na reprodução desses agricultores. Seja através das migrações, via integração aos

CAIs, ou mesmo, nas atividades não-agrícolas.

A discussão sobre a agricultura familiar, dentro do capitalismo, não é um tema novo. Na literatura, as discussões se voltam para a análise da permanência, ou não, dessa forma de produção, com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Outros, procuram entender o seu modo de funcionamento, bem como a sua integração no sistema social e econômico dominante. Embora seja uma temática recorrente nos estudos acadêmicos sobre o mundo rural, o que diferencia as abordagens da agricultura familiar, são as ferramentas utilizadas para a sua análise. Para dar conta do meu problema de pesquisa, pude encontrar junto ao Programa de Pós-Graduação, uma perspectiva de analisar a agricultura familiar. Nesse sentido, essa pesquisa insere-se dentro de um projeto maior, que estuda e analisa as transformações da agricultura familiar e suas estratégias de reprodução, desenvolvido pelo professor Sergio Schneider, no estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, busca-se aqui, avançar com essa pesquisa num contexto diferente, no caso, a região Oeste do estado de Santa Catarina.

Nessa perspectiva de análise, busca-se compreender como as estratégias de reprodução dos agricultores são afetadas pelo processo mais geral de transformação do capitalismo. Através do estudo da trajetória histórica da forma familiar de organização do trabalho e da produção, tenta-se entender como as famílias foram alterando a forma de produzir e o seu modo de vida, procurando garantir a sobrevivência dos seus membros. Nesse sentido, a análise não se prende unicamente nas atividades agropecuárias, uma vez que, tanto a migração como as atividades não-agrícolas, são vistas aqui, como estratégias de reprodução da agricultura familiar.

A formação da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina está ligada ao processo de migração dos colonos gaúchos. Estes, implantaram nessa região, o seu modo de vida, caracterizado por uma maneira específica de produzir, baseado no sistema de rotação de terras, bem como, num modo específico de viver, fortemente influenciado pela vida nas pequenas comunidades, etnia e religião, que tornavam as relações de reciprocidade uma das suas principais características.

Nesse sentido, como uma das hipóteses que serviram de ponto de partida

para esta pesquisa, acredita-se que a agricultura familiar do Oeste Catarinense sofreu profundas transformações, especialmente nos últimos trinta anos, sendo que, em função da modernização da agricultura e da crescente mercantilização da produção, a agricultura colonial acaba se especializando em determinados cultivos e criações. Esta especialização técnico-produtiva provoca uma "metamorfose", que transforma colonos em agricultores familiares, ou profissionais. Os agricultores abandonam a produção de subsistência e integram-se, cada vez mais, aos mercados, produzindo-se assim, um processo de diferenciação social e econômica.

Como segunda hipótese, acredita-se que essas transformações afetaram tanto o modo de produzir como a sua forma de sociabilidade. No modo de produzir, destaca-se que as novas tecnologias advindas do processo de modernização da agricultura, diminuíram a penosidade do trabalho, aumentaram a produtividade e a produção passou a destinar-se, principalmente, ao mercado. As fortes relações de reciprocidade e solidariedade, uma das características da sociabilidade da agricultura colonial, sofrem uma certa diminuição em função de um sentimento de individualismo e concorrência, que cresce à medida que os agricultores se mercantilizam.

Em terceiro, a explicação dessa transformação está relacionada com os problemas internos referentes ao próprio sistema produtivo (rotação de terras, tamanho da propriedade e herança), que acabaram inviabilizando a agricultura colonial, que vinha se mantendo graças à expansão da fronteira agrícola. Porém, como esta se esgotou na região Oeste ainda nos anos 1960, a integração aos CAIs, foi uma importante alternativa de sobrevivência. No entanto, se por um lado a integração viabilizou e capitalizou alguns produtores, por outro, acabou excluindo muitos produtores, especialmente na suinocultura, que foi, cada vez mais, intensificada e concentrada a partir de 1980.

Como quarta hipótese, acredita-se que essas transformações mais gerais do capitalismo acabam influenciando as estratégias de reprodução das famílias. Uma vez que, a sua sobrevivência, não depende unicamente da produção agropecuária, as migrações deslocaram muitas famílias ou parte delas, das zonas rurais para os centros urbanos, servindo como mão-de-obra nas indústrias.

Uma quinta e última hipótese, indica que o modelo tecnológico da modernização da agricultura, iniciado nos anos 1970, serviu como um fator de inclusão de alguns e exclusão da maioria dos produtores, que acabaram não conseguindo sustentar um padrão tecnológico adequado, até porque, o próprio sistema de crédito era excludente, no que se refere a regiões, produtores e produtos.

Além desse estudo, sobre a agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina, se justificar pelas razões pessoais e afetivas, anteriormente destacadas, também cabe mencionar outras razões para a sua realização. Em Santa Catarina, de acordo com a FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar representa 94,3% de um total de 203.347 estabelecimentos agrícolas. No Brasil, segundo FAO/INCRA (1996), 75% dos 4,3 milhões de estabelecimentos são de agricultores familiares.

A partir desses números, percebe-se a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento, tanto do Brasil como de Santa Catarina. Considera-se essa forma de produção essencial para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, o presente trabalho busca analisar essa forma social que conhecemos como agricultura familiar, as suas principais transformações e mesmo sua resistência e manutenção diante das mudanças constantes do ambiente social e econômico onde está inserida. Acredita-se que, o conhecimento da formação e evolução da agricultura familiar, ou seja, o seu estudo numa perspectiva histórica, é indispensável na construção de um projeto de desenvolvimento que tenha como base esta forma social de produção, como é o caso dos municípios da região Oeste Catarinense.

Assim, além de sua validade para o conhecimento acadêmico, o estudo também poderá ser útil na elaboração de políticas públicas municipais, de enfoque local. Para o desenvolvimento de projetos de ONGs e outras instituições que trabalham com desenvolvimento regional. Pois conhecendo-se melhor as racionalidades e estratégias dos agricultores, bem como quais são os elementos, tanto internos como externos, que influenciam na tomada de decisão, fica mais fácil estabelecer um canal de mediação, e também, conhecer quais são as prioridades dessas famílias.

Nesse sentido, o trabalho vem somar-se a outros já existentes sobre o tema da agricultura familiar. Sendo um estudo de caso, acredita-se que ele possa contribuir para um melhor conhecimento dessa forma de produção, uma vez que ela se caracteriza, justamente, pela sua diversidade e heterogeneidade.

O objetivo geral da pesquisa é estudar e analisar as origens e a evolução da forma familiar de produção, no município de Iporã d' Oeste, no estado de Santa Catarina. Procura-se entender o processo de transformação da agricultura familiar, especialmente a partir da modernização da agricultura brasileira e as suas novas estratégias de reprodução. Como objetivos específicos, busca-se estudar e analisar a forma familiar de produção realizada pelos colonos e a agricultura familiar atualmente. Além disso, investigar os pontos de ruptura na comparação entre as duas formas familiares de produção, ou seja, entender como se deu a transição de uma agricultura colonial para a agricultura familiar atual. Ainda, analisar a diferenciação social e econômica entre os agricultores, a partir da crescente mercantilização da produção, decorrente do processo mais geral de modernização da agricultura. E por fim, estudar as novas estratégias de reprodução da agricultura familiar frente à crescente mercantilização social e econômica, no município de Iporã d' Oeste.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pela técnica de pesquisa baseada no estudo de caso, coletando o maior número possível de informações sobre o município de Iporã d' Oeste, através de entrevistas, conversas informais, dados secundários, historiografia local, além de bibliografias sobre o tema e a região.

A técnica de estudo de caso, segundo Gil (1994), caracteriza-se pela análise profunda, e exaustiva, de um ou de poucos objetos, permitindo o conhecimento amplo e detalhado do mesmo. Este delineamento de pesquisa, parte do princípio de que a análise de uma unidade de um determinado universo, possibilita compreender a generalidade do mesmo ou, pelo menos, estabelecer algumas bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa. Para o autor, a experiência acumulada com os estudos de caso confere validade a essa suposição, apesar da sua sustentação, do ponto de vista lógico, não ser possível, pois pode ocorrer, que a unidade escolhida seja anormal, o que levaria a conclusões

errôneas. Nesse sentido, a impossibilidade de generalização dos resultados, obtidos com o estudo de caso, constitui uma limitação deste tipo de delineamento.

Apesar dessas limitações, o estudo de caso é muito freqüente na pesquisa social, especialmente pela sua relativa simplicidade e economia, possibilitando que um único investigador realize a pesquisa.

Para superar esse inconveniente do estudo de caso, uma das soluções, de acordo com Sabino (1979), é a escolha de casos típicos. Essa escolha deverá ser feita em função do conhecimento prévio que se tem sobre a diversidade de casos de um mesmo universo. Assim, o estudo de caso se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido, a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal (Gil, 1994). Nesse sentido, os autores destacam que uma das maneiras de superar alguns dos inconvenientes do estudo de caso é buscar casos típicos, ou seja, explorar objetos que, em função das informações prévias que possuímos, pareçam ser a melhor expressão do tipo ideal de sua categoria.

Dessa forma, a escolha do município de Iporã d' Oeste se justifica, pois a agricultura familiar existente nesse local, se enquadra dentro das características mais gerais apontadas para a região Oeste Catarinense. Dentre essas características, destaca-se o tipo de colonização, os colonizadores, a estrutura fundiária, o relevo e tipo de solo, a demografia, bem como, os sistemas produtivos. A escolha desse município, ainda se justifica, pelo conhecimento e convivência que o autor possui no local.

A unidade de análise da presente pesquisa foi a família rural. Essa opção foi feita a partir de Neves (1995), que destaca a necessidade de fazer uma distinção clara entre unidade familiar e unidade de produção. A autora destaca que a agricultura familiar não pode, simplesmente, ser reduzida à uma unidade familiar de produção. A análise da agricultura familiar, feita tão somente a partir da sua unidade de produção, pode ocultar os outros projetos de vida dos membros da família. O estudo da agricultura familiar não pode reduzir-se ao processo de produção agropecuário. Entende-se que a unidade de produção é resultante de projetos familiares. A produção agrícola é apenas uma parte da dinâmica dos interesses dos

membros da família (Neves, 1995). Enfim, o estudo da unidade social família percebe os projetos dos agricultores que negam a reprodução da atividade. Assim, as migrações, o investimento no estudo, as atividades não-agrícolas são entendidas como estratégias de reprodução das famílias.

Entrevistou-se um total de quinze famílias. A entrevista teve como objetivo coletar dados qualitativos e, para tanto, baseou-se num roteiro semi-estruturado (Anexo A). Além das entrevistas com os agricultores, também foram feitas entrevistas com demais atores sociais ligados à administração pública, agência bancária e Casa Familiar Rural, procurando levantar dados mais gerais sobre a agricultura familiar no município. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Além destas, destaca-se ainda, as conversas informais com agricultores que, apesar de não serem registradas, auxiliaram no estudo exploratório sobre a região.

A escolha dos agricultores a serem entrevistados obedeceu o critério da diversidade. Procurou-se identificar e entrevistar agricultores altamente integrados ao mercado, pouco integrados, produtores com alto grau de desenvolvimento tecnológico, com pouco avanço tecnológico, produtores com altas rendas, produtores financeiramente pobres, bem como, buscou-se contemplar também, agricultores especializados na produção de aves, suínos, leite, grãos e fumo.

Levando em consideração o fato de que a colonização da região iniciou-se na década de 1920, um dos recursos utilizados foi a entrevista de algumas pessoas mais idosas (quatro entrevistas), procurando resgatar a sua história de vida, para comparar o que foi a forma familiar de produção naquela época e hoje.

A coleta de dados secundários foi realizada a partir dos dados dos censos, agropecuários e demográficos, do IBGE, bem como, dados relativos à produção do ICEPA/SC, e pesquisas realizadas pelo CEPAF/EPAGRI.

Dados históricos sobre o município e região foram coletados a partir de bibliografias, no caso, a historiografia do município e região, localizadas na Biblioteca Pública Municipal. Para localizar demais bibliografias sobre a região, fez-se também, uma visita à biblioteca da UNOESC, atual UNOCHAPECÓ.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro trata-se de um capítulo teórico, e os demais, obedecem uma certa periodização histórica, que não é exata e, muito menos, rígida. Essa periodização, apenas foi utilizada como uma técnica para facilitar a análise das transformações da agricultura familiar.

No primeiro capítulo, apresenta-se o referencial teórico, com algumas noções e conceitos que se considera importantes para analisar a agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina. Essa perspectiva de análise segue a desenvolvida por Sergio Schneider, ao estudar a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Parte-se do estudo das transformações mais gerais do capitalismo, procurando analisar os seus impactos sobre a agricultura familiar. Nesse capítulo, procura-se estabelecer o eixo norteador da dissertação, a partir dos conceitos de modo de vida colonial, mercantilização, progresso tecnológico e estratégias de reprodução.

O segundo capítulo trata da formação da agricultura familiar na região e corresponde ao que se chamou de modo de vida colonial. Inicia com o processo de colonização nos anos 1920 e estende-se até o início do processo de modernização da agricultura nos anos 1965/70. Inicialmente faz-se uma apresentação do município de Iporã d' Oeste. Em seguida, apresenta-se questões referentes ao processo de povoamento e colonização da região Oeste de Santa Catarina. Finalmente, discute o que se chamou de agricultura colonial, ou seja, procura-se entender como a agricultura familiar se formou na região, como se reproduzia e como começam a ocorrer as primeiras transformações, especialmente no modo de produzir e na intensificação do processo de mercantilização. Assim, divide-se este capítulo em duas fases. A primeira refere-se à chegada dos colonos e a implantação do modo de vida colonial. A segunda, demonstra as primeiras transformações que começam a ocorrer no processo produtivo e na intensificação das relações com o comércio local.

No terceiro capítulo, discute-se as transformações que afetaram a agricultura familiar, a partir do processo de modernização da agricultura brasileira. Refere-se ao período histórico que vai de 1965/70 até 1990/95. Discute-se, de maneira mais geral, o que foi o processo de modernização da agricultura e quais foram os seus impactos sociais e econômicos sobre a agricultura familiar. Uma vez que se utiliza de dados do IBGE (censos agropecuários e demográficos), faz-se a

análise de uma microrregião, composta por três municípios (Mondaí, Iporã d' Oeste e Riqueza), para possibilitar a utilização e análise dos dados, que se referem à estrutura fundiária, tecnologia, produtividade, produção animal e vegetal, preços, demografia, entre outros, que revelam os impactos do processo de modernização sobre esses agricultores.

Finalmente, no quarto e último capítulo, a análise volta-se para o período atual da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste. Refere-se, essencialmente, aos anos 1990/1995 em diante. Inicialmente, faz-se uma breve caracterização da agricultura familiar no município. Em seguida, analisa-se as estratégias de reprodução desses agricultores, em função dos impactos decorrentes do processo de mercantilização, a partir da modernização da agricultura brasileira. Por fim, procura-se analisar as perspectivas da agricultura familiar no município, enfocando as novas estratégias de reprodução frente a crescente mercantilização social e econômica.

O eixo de análise dessa dissertação são as estratégias de reprodução social da agricultura familiar que, em função da crescente mercantilização, decorrente do processo mais geral de modernização da agricultura brasileira, são, cada vez mais, dependentes e influenciadas pela relação que os agricultores estabelecem com o ambiente social e econômico onde estão inseridos, como através da venda de mercadorias, da compra de insumos, e mesmo, do acesso às políticas públicas, como é o caso da previdência rural.

CAPÍTULO 1

CAPITALISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

O objetivo do capítulo é apresentar os referenciais teóricos, com os quais, pretende-se abordar o tema da agricultura familiar e indicar noções, conceitos e categorias que se considera mais relevantes para analisar a problemática deste estudo. Entende-se que os conceitos apresentados nesse referencial teórico são importantes, à medida em que, permitem captar determinados processos sociais, que precisam ser reconstituídos através da representação abstrata. Este procedimento pressupõe o recurso a uma determinada perspectiva teórica e analítica, que será esboçada neste capítulo.

Entende-se a agricultura familiar, existente na região Oeste de Santa Catarina, a partir do que se denominou de modo de vida colonial, caracterizado por uma forma de produção e por uma forma de sociabilidade.

A forma de produção, também denominada de sistema produtivo colonial, constitui-se de um determinado modo de exploração da terra, baseado no sistema de rotação de terras e na policultura. Além disso, faziam parte desse modo de produção, as relações, mesmo que esporádicas, com o comércio local, para a venda de alguns excedentes; e o artesanato, especialmente no que refere-se à produção de implementos domésticos. A reprodução dessa forma de produção estava diretamente ligada à expansão da zona pioneira, às condições de acesso e comunicação, bem como, ao sistema de herança, conforme será analisado mais adiante.

As formas de sociabilidade podem ser entendidas a partir da

reciprocidade, da solidariedade e do interconhecimento, que materializam-se através dos trabalhos de mutirão, das trocas de dias de serviços, da endogamia e das festas lúdico-religiosas. As formas de sociabilidade são fortalecidas pela vida numa pequena comunidade, pela etnia e a religião.

De um modo geral, pode-se dizer que, o modo de vida colonial caracterizava-se pela sua autarquia, e que, possuía algumas características semelhantes ao que muitos autores denominaram de sociedades camponesas.

Para a análise da agricultura familiar, considera-se importante o estudo de duas dimensões. A primeira dimensão é a familiar, tanto no que se refere ao aspecto produtivo como à unidade domiciliar, onde predominam relações de parentesco e consangüinidade. A outra dimensão, refere-se às relações dessas famílias ou unidades produtivas com o ambiente social e econômico, ou seja, a sua inserção social, que pode ser dar, por exemplo, via integração aos complexos agroindustriais, através do mercado de trabalho ou das políticas públicas.

Assim, quando se analisa a agricultura familiar, opera-se com duas esferas de análise. De um lado, tem-se a dimensão das relações intrafamiliares, como o parentesco, as relações de gênero, a hierarquia doméstica e a herança. A outra, refere-se ao contexto no qual esta família interage com o restante da sociedade. Quanto mais a agricultura familiar vai se inserindo na divisão social do trabalho, mais essa dimensão isolada e relativamente autárquica do modo de vida colonial, vai se transformando, perdendo a sua autonomia perante a sociedade como um todo. Entretanto, isso não significa que essa unidade vá desaparecer completamente ou que haverá uma determinação total e completa "de fora para dentro", apenas, que ela vai se transformando conforme essas condições. Ou melhor, vai "metamorfoseando-se".

Entende-se que a agricultura familiar é uma forma social de produção que possui três características básicas. O trabalho, a gestão e a propriedade estão ligados à família. E a sua análise implica levar em consideração, tanto os aspectos internos, como a sua relação com o ambiente social e econômico. Nesse sentido, considera-se essenciais três noções para o estudo da agricultura familiar dentro do capitalismo, que serão desenvolvidas adiante. As noções de estratégia de

reprodução, mercantilização e progresso tecnológico. Essas noções permitem entender como essa forma familiar de produção foi se transformando em função da sua maior inserção na sociedade capitalista, e também, como ocorre a reprodução social das famílias.

Finalmente, destaca-se que este trabalho se insere num debate mais geral sobre a forma social de produção familiar, aqui denominada de agricultura familiar, compartilhada por alguns autores a partir da teoria social crítica. Esses autores, ao analisarem a natureza da agricultura familiar bem como as lógicas que obedecem as suas transformações, acabam privilegiando aspectos diferenciados. De um lado, temos aqueles autores que focalizam a dinâmica do capitalismo, evidenciando a tendência ao desaparecimento do campesinato. Por outro lado, há os autores que possuem, como foco principal, a dinâmica interna da agricultura camponesa e das comunidades onde ela se insere, procurando perceber os mecanismos fundamentais da reprodução e da preservação do grupo. Apesar dos diferentes enfoques, acredita-se que seja possível extrair alguns conceitos e noções destes autores que possibilitem compreender o que é a agricultura familiar e como ocorre a sua transformação, procurando focar elementos econômicos, sociais, culturais e mesmo agrônômicos, tanto internos quanto externos, que possam interferir na reprodução social da agricultura familiar.

1.1 A NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar ganha força a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, sendo que a emergência da expressão "agricultura familiar" parece ocorrer, simultaneamente, nas esferas política e acadêmica.

No cenário político, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar, ganham maior espaço com o processo de abertura comercial e econômica iniciado pelo governo Collor. Esses movimentos procuram discutir sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, principalmente da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul. A

legitimação, perante o Estado, ocorre em meados dos anos 1990, especialmente com os dados do FAO/INCRA (1996a), elaborados a partir do Censo Agropecuário de 1995/96 e a criação de uma política específica para este segmento da agricultura brasileira, o Pronaf.

Segundo Schneider (1999b), no ambiente acadêmico, trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1994), "mostraram que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos", reconhecendo a importância dessa temática.

Apesar da noção "agricultura familiar" ser recente no Brasil, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas. De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, falava-se em campesinato, que era um conceito carregado de conteúdo político e ideológico. A partir de 1970, a discussão centrava-se em torno do conceito de pequena produção ou produtores de baixa renda, tendo em vista as transformações políticas do Estado brasileiro e o processo conhecido como "modernização conservadora"¹. Havia ainda a discussão em torno da funcionalidade da agricultura para o desenvolvimento urbano-industrial do país.² Já a partir dos anos 1980, o debate sobre a pequena produção ganha uma certa classificação, entre integrados, excluídos e subsistência. Entre os excluídos, a discussão centra-se em torno dos sem-terra, parceiros, meeiros, trabalhadores temporários, posseiros, agregados e moradores. Nos anos 1990, o estudo da FAO/INCRA (1996b), também classifica os agricultores familiares entre consolidados, em transição e periféricos, de acordo com as suas rendas.

Atualmente, não existe um consenso em relação à definição do que seja a agricultura familiar, porém, na tentativa de encontrar uma definição, mais ou menos apropriada, para a forma familiar existente na região da pesquisa, considera-se relevantes as características básicas apontadas por Gasson e Errington (1993:20), que consideram que a agricultura familiar é aquela em que: a gestão é feita pelos

¹ A denominação de modernização conservadora se deve ao fato de que alterou-se a base técnica da produção, porém, sem mexer na estrutura fundiária do país.

² Oliveira (1988), destaca que a agricultura teve um papel central no processo de acumulação urbano-industrial do país. Por um lado, fornecendo o "exército industrial de reserva", e por outro, produzindo alimentos baratos, rebaixava o custo de reprodução da força de trabalho urbana, assim, possibilitava a manutenção de baixos salários, e conseqüentemente, uma maior acumulação de capital.

proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e, os membros da família vivem na unidade produtiva. É importante lembrar que estas características não se encontram, necessariamente, presentes em todas as unidades familiares.

1.2 DE COLONOS A AGRICULTORES FAMILIARES

Como o estudo da agricultura familiar é uma discussão recente no Brasil, uma contribuição inédita, original e relevante foi a de Abramovay (1992), que seguindo autores como Redfield, Shanin, Ellis, Mendras, entre outros, foi o primeiro no Brasil a distinguir o campesinato, também denominado de sociedades camponesas, da agricultura familiar. O autor demonstrou que a agricultura familiar é oriunda do campesinato, no entanto, ela representa uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta do campesinato, em função da sua crescente integração aos mercados. Isso não significa que a agricultura familiar seja algo inteiramente distinto, ou completamente diferente do campesinato. Ao contrário, a agricultura familiar tem as suas origens históricas no campesinato, só que ela é uma superação das formas camponesas, pois, a rigor, o campesinato representa um modo de vida. E quanto mais esse modo de vida vai sendo transformado pela sua interação, cada vez maior, com a sociedade capitalista, isso vai levar, ao mesmo tempo, ao desaparecimento desse modo de vida e ao surgimento de uma agricultura familiar "mercantilizada".

Neste sentido, partilha-se da idéia de Abramovay (1992) de que existe uma diferença entre campesinato e agricultura familiar. Por isso, ao se estudar a agricultura familiar, três aspectos devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar, deve-se conhecer a origem da agricultura familiar. Em seguida, estudar as características dessa forma anterior, no caso desta pesquisa, o modo de vida colonial. Finalmente, procura-se analisar o ponto de ruptura entre o modo de vida colonial e a agricultura familiar.

Quanto à origem da agricultura familiar, precisa-se conhecer a sua evolução de formas camponesas, resultantes das formas indígenas, de servilismo ou escravidão, ou ainda, pela colonização de áreas consideradas "desabitadas"³ e, mais recentemente, pelos assentamentos da reforma agrária. No caso da agricultura familiar do Oeste Catarinense, esta é resultado de um processo de colonização, como será visto no capítulo 2. Nesse sentido, não se trata de uma agricultura camponesa, aos moldes descritos por autores que estudaram as sociedades camponesas européias, entretanto, existem alguns aspectos semelhantes, que caracterizam o que se chamou aqui de modo de vida colonial. Assim, passa-se agora para as duas outras questões, ou seja, o que caracterizava o modo de vida colonial e qual foi o ponto de ruptura entre este e a agricultura familiar que se conhece atualmente.

1.2.1 O Modo de Vida Colonial

A agricultura colonial, definição dada ao modelo de agricultura que os colonos⁴ implementaram, no Oeste de Santa Catarina a partir de 1920, possui elementos que permitem que seja estudada a partir da perspectiva dos estudiosos das sociedades camponesas, como Mendras (1978) e Ellis (1988). A agricultura colonial, apesar de não ser chamada de camponesa no Brasil, pode ser entendida a partir dos conceitos que estes autores desenvolveram.

De acordo com Mendras (1978), "uma sociedade camponesa é um conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga". O autor, aponta cinco traços básicos do que seria um tipo ideal de sociedade camponesa, estes traços são relacionados entre si e formam um modelo geral.

³ Antes da colonização, o Oeste de Santa Catarina era habitado por índios e caboclos, conforme será visto mais adiante quando trata-se do povoamento da região.

⁴ Conforme citado por Schneider (1999:24): " A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. O termo colônia, no sentido como é empregado no sul do Brasil, não indica uma possessão exterior, ultramarina, de um Estado nacional (como por exemplo "as colônias africanas dos países europeus"). O verdadeiro sentido da palavra colônia ("kolonie" em alemão) tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes alienígenas num lugar onde eram inexistentes e inseri-los em atividades agrícolas. Por colônia, no Rio Grande do Sul, também se designa uma propriedade de terra padrão, aquela destinada pelo governo aos imigrantes. Deste modo, colono passou a ser sinônimo de "bauer", que no alemão designa camponês, agricultor, pequeno proprietário ("paysan" para o francês, "peasant" para o inglês, "contadini" para o italiano, etc.). Nas regiões de colonização alemã usa-se muito a expressão germanizada "kolonist" como declinação de colono."

1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades.
2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema econômico de autarcia relativa e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
5. A função decisiva do papel dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (Mendras, 1978:14-5).

Entretanto, uma das características que distingue o campesinato europeu do campesinato americano, já apontada por Weber (1974), é que na América, o mercado foi anterior ao campesinato, ou seja, aqui, o agricultor sempre produziu para o mercado. Claro que, inicialmente, essa produção para o mercado era bem esporádica, mas existia. Percebe-se a pertinência dessa observação quando se analisa a chegada dos colonos no Oeste Catarinense, uma vez que estes, já estabeleciam relações com o mercado no seu local de origem, no Rio Grande do Sul. No capítulo 2, mostra-se que, no início, o relativo isolamento dificultava essa relação com o mercado, entretanto, as relações com o comércio local crescem rapidamente, primeiramente, com a comercialização de fumo e banha.

Porém, essa relação dos colonos com o mercado possuía algumas particularidades. Nesse sentido, uma contribuição para entender esse processo é a de Ellis (1988), que considera que os camponeses se caracterizam pela sua inserção parcial em mercados incompletos. Para a autora, existem cinco aspectos que caracterizam a parcialidade e a imperfeição desses mercados. Em primeiro lugar, os mercados de capitais e crédito, são fragmentários ou inexistentes, sendo que o crédito é obtido de fontes locais e está ligado a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses. Segundo, não é num quadro competitivo que os camponeses têm acesso a insumos de origem industrial necessários a sua produção. Terceiro, as informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais. Além disso, os critérios de ocupação e transferência de terras submete-se a regras estabelecidas no âmbito da comunidade local. Finalmente, as dificuldades de transporte e comunicação, reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses. Essas características são importantes para entender como era a relação dos colonos com os comerciantes

locais, como será visto no capítulo 2.

Para Abramovay (1992:115), "sempre que se falar em campesinato, a referência social determinante da conduta estará numa pequena comunidade cuja reprodução material responde a um conjunto de regras onde as ligações pessoais são determinantes."

(...) a racionalidade *econômica* do campesinato é necessariamente *incompleta* porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma *sociedade parcial*, com uma *cultura parcial*. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de normas próprias e específicas. (...) mais do que um tipo econômico, o camponês, antes de tudo, é um *modo de vida* (...) Além da personalização dos vínculos sociais, isso se traduz na ausência de uma *contabilidade racional* (...) A família e a comunidade, de certa forma, emprestam *sentido* à atividade camponesa. Trabalho e vida são duas dimensões cindidas (...) um organismo único produz com base no objetivo de *gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida*. (...) a terra não é simplesmente fator de produção, as outras unidades produtivas não são apenas concorrentes e os comerciantes não são só sanguessugas (Abramovay, 1992, p. 101-2). Grifos no original.

Para efeito deste trabalho, os colonos que se instalaram nas pequenas propriedades da região Oeste de Santa Catarina, a partir de 1920, serão analisados a partir da noção de modo de vida colonial. Este modo de vida colonial compreende uma forma de organização, do trabalho e da produção, baseada no labor de um grupo doméstico familiar, ligado por laços de parentesco e consangüinidade, sobre uma pequena propriedade de terra. A produção realizada consistia na combinação de cultivos vegetais e criações (uma policultura). Esta forma de produzir foi instalada na região Oeste pelos descendentes de colonos do Rio Grande do Sul, que ali repetiram os mesmos procedimentos. Portanto, trata-se de uma agricultura colonial ou, conforme indicado por Schneider (1999a), de um sistema produtivo colonial, no sentido que traduz-se por uma forma de exploração produtiva da terra, sendo sua reprodução, intimamente, dependente da possibilidade de obtenção constante de novas áreas de cultivo.

O modo de vida colonial se inicia no Rio Grande do Sul e, através do que

Roche (1969) chamou de "enxamagem dos pioneiros"⁵, vai reproduzindo-se, da mesma maneira, nas "zonas pioneiras"⁶, primeiro no noroeste do Rio Grande do Sul, depois no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

De acordo com Schneider (1999a:21), "a estrutura social e econômica implementada pelos colonos pode ser considerada como um modo de vida, ao qual corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade". A forma de produzir era a maneira como os colonos organizavam o trabalho num processo produtivo que tinha como objetivo, assegurar a subsistência da família, ou seja, é a maneira como a família organiza seus meios de produção para garantir a sua reprodução. Nessa forma de produzir, destaca-se a propriedade da terra, a produção de subsistência e as trocas econômicas locais. A forma de sociabilidade era o modo como se estruturavam as relações sociais, que a família do colono estabelecia, com os elementos exteriores, podendo dar-se através do parentesco, da solidariedade vicinal, da religião e das atividades lúdicas. A forma de sociabilidade estava fortemente ancorada na vida na comunidade.

Pode-se dizer que, o sistema produtivo colonial era um misto de agricultura, comércio e artesanato⁷. Para Schneider (1999a), as relações comerciais cimentavam esse modo de vida, uma vez que o comércio era o elo de ligação entre o colono e o mercado.

Nesse sentido, acredita-se que até o final dos anos 1960, a forma familiar de produção, da região Oeste de Santa Catarina, pode ser caracterizada pelo modo de vida colonial, ou seja, a agricultura colonial, onde a unidade de produção familiar era formada pelo colono e a sua família. O acesso à propriedade da terra se dava pela herança ou pela compra, avançando na fronteira agrícola. Nesse sistema, prevalecia a policultura com o objetivo principal de subsistência ou auto-consumo. A forma de trabalho era familiar e as suas relações com o mercado eram esporádicas e precárias, com forte atuação de intermediários. A sociabilidade local se dava na

⁵ É assim, que o autor define, o processo de migração das famílias de colonos em busca de novas terras, uma vez que, o solo já estava esgotado e não possibilitava a reprodução de toda a família, no mesmo lote.

⁶ De acordo com Waibel (1955:390), a zona pioneira "é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada".

⁷ Aquilo que Roche (1969) chamava de "profissões" dos imigrantes.

comunidade, onde prevalecia a solidariedade e as relações de reciprocidade Schneider (1999a).

De acordo com Schneider (1999:21:2) "o modo de vida dos colonos manteve-se socialmente ancorado no processo de expansão da fronteira agrícola". Waibel (1955) e Roche (1969), concordam que o sistema produtivo colonial foi um dos principais elementos de perpetuação do caráter relativamente autárquico dessa sociedade, permitindo que sua reprodução ocorresse na mesma medida em que era possível expandir a zona pioneira. Da colônia velha foram para as colônias novas, e dali para o Oeste de Santa Catarina, depois para o Sudoeste do Paraná e inclusive no Mato Grosso do Sul.

A base geográfica e física deste modo de vida se iniciava com a abertura das picadas e linhas⁸, o que levou a um tipo de "povoamento rural disperso", com cada família em uma propriedade. O povoamento disperso, ao contrário do povoamento aglomerado, tem a vantagem de que cada agricultor vive na sua terra, sendo que sua casa é cercada pelas suas lavouras, pastos, matas, etc., o que torna a administração da propriedade mais fácil. No entanto, esse tipo de povoamento tem a desvantagem de que o colono fica separado dos seus vizinhos, sendo que os contatos sociais e culturais entre os membros da comunidade tornam-se mais difíceis (Waibel, 1949:197).

Nesse sentido, Waibel (1949) considera que o *habitat natural*, característico na ocupação das zonas de matas do Sul do Brasil, era o "povoamento rural disperso", onde as propriedades não são espalhadas irregularmente, mas estão dispostas ao longo de linhas ou picadas, que eram caminhos abertos pelos pioneiros na mata virgem, servido, desde o início, como linhas de comunicação e estradas. Essas linhas coloniais, normalmente, seguem os fundos dos vales fluviais e de cada lado delas estão alinhados os lotes dos colonos, que são estreitos ao longo da estrada e do rio, estendendo-se numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes, até o divisor de águas.

⁸ O termo *picada*, ou *linha*, designa uma vizinhança rural, com sua igreja, escola e casa comercial. Originalmente, era uma picada aberta na mata, ao longo da qual se dispunha os lotes de cada colono. A *picada* tornou-se o padrão tradicional de organização espacial e social dos colonos. Hoje, os invasores de terras no Paraná, descendentes de colonos, procuram replicar esse mesmo padrão nas terras invadidas (Vianna, 1987 apud Woortmann, 1995:21).

Schneider (1999a), destaca a relação entre essa forma de ocupação geográfica e a sociabilidade do modo de vida colonial.

Um dos aspectos determinantes da organização social da sociedade colonial teuto-brasileira foi o "povoamento rural disperso" dos colonos, pelo qual se entende uma formação de ocupação geofísica baseada na abertura de caminhos por dentro da mata denominadas linhas e/ou picadas. Ao longo desses caminhos, as terras foram demarcadas, os colonos estabeleceram suas propriedades e constituíram suas moradias. Essa forma de ocupação geográfica, associada à etnia, ao domínio da língua germânica e às dificuldades de comunicação (falta de estradas, etc.), foi fator decisivo à formação e manutenção de uma sociedade com alto grau de endogamia e relativamente fechada sobre si mesma até meados da década de 1950. O caráter quase autárquico desse modo de vida era reforçado pelas intensas relações de parentesco e de religiosidade (Schneider, 1999a:23).

Do ponto de vista da religiosidade, um exemplo interessante era o *Kerb*, principal festa lúdico-religiosa dos alemães, existente até hoje, embora com outras características. Esta festa era realizada todos os anos, nas diferentes comunidades, linhas ou picadas. Seu objetivo era homenagear o santo-padroeiro, agradecendo pelo sucesso e pela fartura das colheitas. Sobretudo, promovia o encontro de familiares e amigos, que muitas vezes, residiam em comunidades mais distantes. Para Schneider (1999a:23), o *Kerb* "caracteriza com extrema fidelidade os traços da sociabilidade do modo de vida colonial". No Oeste de Santa Catarina, a celebração do *Kerb*, continuou sendo uma importante forma de sociabilidade entre os colonos, conforme será analisado no capítulo 2.

Para se compreender o processo de formação da agricultura colonial, tal como apontado, é fundamental compreender não apenas o processo de ocupação fundiária e as relações familiares, mas também, o sistema produtivo que foi instalado para viabilizar o cultivo da terra e a sobrevivência da família. Antes de ser um agricultor, o colono teve que vencer a floresta para poder implantar as suas lavouras, sendo assim, "o imigrante teve, pois, de aprender a desbravar" (Roche, 1969:52). Muitos colonos se reuniam para derrubar a floresta e fazer a primeira plantação. Nesse sentido, "a adversidade do meio físico em que se alojaram os pioneiros foi um dos fatores motivadores da solidariedade" (Schneider, 1999a:25). Sendo que esta organização social local, com fortes relações de solidariedade vicinal, foi indispensável à sobrevivência das famílias de colonos em uma região isolada e com densas florestas, muitas vezes, habitada por índios.

Em relação aos sistemas de produção agrícola, praticados pelos colonos, parece interessante a sugestão de Waibel (1949; 1955). Segundo este autor, a forma de ocupação das terras pelos colonos, compreendia basicamente três fases: o desmatamento, o arroteamento e a rotação de terras.

Tanto na América do Norte, quanto no Brasil, o colono nos primeiros anos de trabalho na mata adota o sistema da queimada e da rotação de terras e planta com o emprego da enxada, sobretudo milho, feijão e abóbora com que engorda porcos. Com exceção da criação de porcos, este sistema foi inteiramente adotado dos índios, e isto porque é um sistema muito simples, barato e em poucos meses já permite obter alimentos para toda a família de pioneiros. Este sistema, porém, tem a desvantagem de não ligar o colono à sua terra e este é o principal motivo por que ele muda frequentemente de propriedade (Waibel, 1955:413).

De acordo com Waibel (1955), nos Estados Unidos, em pouco tempo este sistema deu lugar a uma agricultura nos moldes europeus, com rotação de culturas e utilização do arado, combinada com a estabulação do gado e adubação do solo com o esterco. Porém no Brasil, "o sistema da queimada e da rotação de terras tornou-se não apenas um fenômeno transitório, mas uma situação permanente" (p. 413). O autor destaca que:

[...] a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras (Waibel, 1949:180).

Os colonos europeus adaptaram dos índios o sistema de rotação de terras, bem como as plantas cultivadas por estes (milho, feijão preto, mandioca, batata doce) e, inclusive, a ferramenta indígena, a cavadeira ou o bastão de plantar (Waibel, 1949). Nesse sentido, Willems (1946), chega a falar de um processo de "aculturação", no qual muitos colonos tornaram-se verdadeiros "caboclos".

Waibel (1949) identificou três sistemas agrícolas nas áreas florestais colonizadas, utilizando como critério de classificação, os métodos agrícolas aplicados, a combinação gado-lavoura e a maneira pela qual os produtos são preparados e processados para o mercado.

O "sistema da primitiva rotação de terras" era o primeiro implementado

pelos colonos. Começava quando uma família adquiria a terra numa área desabitada, e em seguida, derrubava e queimava a mata, implantando culturas como o milho, feijão preto e mandioca, usando a cavadeira e/ou enxada. Para utilizar o excedente de suas safras, criava porcos e vendia a banha, ou mesmo os porcos vivos, para em troca, adquirir alguns artigos necessários, que não eram produzidos na propriedade. Sua ligação com o mundo exterior dava-se por uma picada ou caminho primitivo, vivendo em grande isolamento. Seu contato principal era com algum comerciante do local. Seus filhos freqüentavam a escola por um ou no máximo dois anos. Grande parte dos colonos ficaram estacionados nesse estágio primitivo, tornando-se verdadeiros caboclos (Waibel, 1949).

O "sistema de rotação de terras melhorada" iniciou-se depois que a maior parte das matas foram derrubadas, a população havia aumentado, e foram construídas estradas melhores, possibilitando a utilização de carroças de quatro rodas. Desenvolveram-se pequenos centros comerciais e apareceram os moinhos. Produzia-se em maior quantidade para o mercado, aumentando-se a produção das antigas culturas indígenas e introduzindo-se plantas novas como trigo, centeio, batata inglesa, arroz. Além do porco, criava-se algum gado. O cultivo dessas culturas adicionais exigia mais trabalho, o que fez o colono substituir o trabalho humano pelo animal, introduzindo o arado e a grade puxados por cavalos ou bois. Entretanto, o uso do arado não significava que o colono aplicasse esterco nas áreas lavradas. Ele continuava utilizando o mesmo sistema de rotação de terras. Mesmo que o colono quisesse utilizar esterco nos campos, ele não conseguiria, pelo fato de que não possuía gado suficiente para produzir estrume em uma quantidade razoável. O que acontecia é que alguns colonos, especialmente alemães, utilizava o esterco para cultivar pasto em áreas localizadas próximas às residências, com o objetivo de alimentar algumas cabeças de gado, que forneciam leite, e possibilitavam obter manteiga (Waibel, 1949).

A maior produção agrícola e a criação de gado aumentaram o padrão econômico e cultural do colono. Seus filhos freqüentavam a escola por quatro ou cinco anos. Este sistema foi o mais difundido, havendo uma grande produção de excedente para o mercado. Entretanto, o problema era que as áreas cultivadas durante 30 a 50 anos, começavam a mostrar sinais de esgotamento, sendo que a

produtividade caiu de 50 a 65%. Para compensar a queda na produção, os colonos passaram a cultivar áreas maiores. Isso significava menos tempo de repouso, o que fez com que o solo se deteriorasse mais rapidamente, surgindo problemas com a erosão e ervas daninhas, especialmente gramíneas (Waibel, 1949).

A "rotação de culturas combinada com a criação de gado" foi o estágio final de desenvolvimento agrícola na região sul do Brasil. Caracterizava-se pela rotação de culturas em campos arados e adubados. Para arar a terra utilizava-se o arado, puxado por bois ou cavalos. Para conseguir o adubo suficiente para fertilizar a terra, necessitava-se de um rebanho com 10 a 20 cabeças de gado, além do mais, era preciso cultivar plantas forrageiras (como a alfafa, feijão de porco, espérgula e verduras como o repolho e o nabo, para alimentar os animais), construir um estábulo (para recolher os animais à noite) e um telheiro (para proteger o estrume do sol e da chuva). De acordo com Waibel (1949:190), "a adubação está num plano econômico muito mais elevado do que a lavra da terra e requer muito mais trabalho, capital e conhecimento". Enquanto que o sistema de rotação de terras era baseado na produção vegetal, este sistema baseava-se, fundamentalmente, na criação de gado. Entretanto, isso não implicava na redução da produção vegetal, havendo uma grande variedade de culturas, o que tornou necessário um sistema de rotação. "A idéia básica é alternar culturas de raízes e plantas leguminosas com freqüência, a fim de enriquecer o solo com nitrogênio" (Waibel, 1949:191).

Esse referencial dos sistemas produtivos será útil para analisar a agricultura colonial na região Oeste de Santa Catarina. Entretanto, com base nas próprias conclusões de Waibel⁹, e na pesquisa de campo, constatou-se que os

⁹ De acordo com Waibel (1949), somente 5% dos colonos atingiram o terceiro estágio; 50% estavam no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45% encontravam-se ou no primeiro estágio ou na fase de decadência e estagnação do segundo. Economicamente, 25% estavam bem, 50% moderadamente prósperos e 25% pobres e miseráveis. Isso fez Waibel (1949:194-5), concluir que alguma coisa estava errada na colonização européia do sul do Brasil, pois a maioria dos colonos europeus que vieram para o Brasil eram pobres e poucos tinham experiência na agricultura, sendo que acabaram adotando rapidamente os sistemas agrícolas dos índios. Outra questão, refere-se ao fato de o governo brasileiro, com o objetivo de povoar áreas desabitadas, estabelecendo um sistema com estilo europeu de pequenas propriedades, não deu atenção à situação econômica dos colonos, sendo que a maior parte deles foi colocada em áreas remotas, muito longe dos mercados consumidores urbanos. Sendo assim, a agricultura de subsistência e os sistemas primitivos acabaram se impondo aos colonos. E finalmente, o governo e as companhias particulares de colonização, presumindo que os imigrantes europeus aplicariam o sistema extensivo de rotação de terras, deveriam ter repartido lotes maiores aos colonos, pois "aplicar um sistema agrícola extensivo em pequenas propriedades é uma contradição em si mesmo" (Waibel, 1949:195).

colonos adotaram, principalmente, os dois primeiros sistemas, conforme será analisado no capítulo 2 desta dissertação.

Na região Oeste de Santa Catarina, os colonos reproduziram esses mesmos sistemas agrícolas, já praticados no Rio Grande do Sul. Para Silvestro (1995), a relação do colono com a nova terra tinha como objetivo a manutenção e não a desintegração da unidade familiar, procurando reproduzir novas unidades de produção. O que se queria era "fazer futuro" e "colocar os filhos". Assim, quando os colonos vieram para a região Oeste Catarinense:

Muitos agricultores traziam famílias, carroças, junta de bois, sementes e principalmente o machado, instrumento fundamental para "derrubar a mata, queimar a coivara e plantar o milho", dando início assim ao sistema de produção baseado na relação: produção de milho e produção de animais, principalmente suínos. Do ponto de vista da exploração das terras, os colonos desenvolveram no Oeste Catarinense, o mesmo sistema de utilização do solo. Sistema este que na "colônia velha" já tinha provocado graves conseqüências sobre os recursos naturais (Silvestro, 1995:69).

De acordo com Schneider (1999a), pode-se afirmar que dois fatores foram essenciais para o crescimento da produtividade agrícola das colônias. O primeiro foi a existência de áreas de terras para serem ocupadas, expandindo a zona pioneira em direção ao norte e reproduzindo o modo de vida, a unidade familiar e a estrutura fundiária, onde o desmatamento era a principal forma de colonização, sendo que a expansão da zona pioneira estava diretamente ligada à necessidade de ocupação de novas áreas. O outro fator, foi a melhoria nos transportes, o que permitiu que os colonos tivessem acesso a outras mercadorias, sendo que o consumo expandiu-se e a agricultura voltou-se, cada vez mais, para o comércio. Assim, "a intensidade dessas trocas mercantis fez com que as relações entre colonos e agentes econômicos se monetarizasse rapidamente" (Schneider, 1999a:26).

No caso dos colonos do Rio Grande do Sul foram registradas duas estratégias de resistência do sistema produtivo colonial. A primeira foi a criação de suínos destinados à produção de banha, entre 1890 e 1930. A segunda, foi a migração, das colônias velhas para as colônias novas (Schneider, 1999a). No caso da região Oeste de Santa Catarina, a produção de banha e fumo era, economicamente, fundamental para os colonos. As migrações também ocorreram, ocupando-se as regiões sempre ao norte e reproduzindo o sistema produtivo

colonial, que dependia de novas áreas. Nesse sentido:

A emigração, portanto, não se explica apenas por fatores que são externos ao campesinato – guerras, imposições governamentais, dimensões religiosas, pressão da grande propriedade etc. –, mas também a partir do próprio sistema camponês. Ela é, ao mesmo tempo, desencadeada por e organizada pelo sistema de parentesco: uma dimensão desse sistema, como o padrão de herança, expulsa pessoas; outra dimensão, o "espírito de parentesco", faz com que a migração se faça através de grupos de parentes (irmãos, primos, etc., assim como afins) que irão replicar o modelo em outro lugar – para, em seguida, recomeçar tudo de novo (Woortmann, 1995:116).

1.2.2 Crise e Desarticulação do Sistema Produtivo Colonial

O sistema produtivo colonial e seus mecanismos de reprodução encontram determinados limites, especialmente, do ponto de vista interno. Para Roche (1996), o regime da pequena propriedade, associado à técnica agrícola utilizada e à alta taxa de natalidade, foram as causas principais das migrações rurais. Assim, as zonas de grande produção deslocaram-se sempre ao norte, pois, a produção nas antigas colônias do Rio Grande do Sul baixava drasticamente¹⁰, sendo preciso buscar novas terras, o que Roche (1969) chamou de "enxamagem dos pioneiros".

A agricultura dos colonos alemães teve caráter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas a desbravar ou, mais recentemente, para os centros urbanos. Não foi, portanto, porque os agricultores partiram de uma região que a produção nela diminuiu; foi porque os rendimentos baixaram, ou iam baixar, que o excesso de habitantes a abandonou. Se o esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram essas migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária é que tornaram fatal o êxodo da população excedente (Roche, 1969:319).

Nesse sentido, a expansão da zona pioneira significa a reprodução da estrutura fundiária e do modo de vida colonial, iniciado no Rio Grande do Sul, depois Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e, atingindo inclusive, o estado do Mato Grosso do Sul.

A reprodução do modo de vida dos colonos, da família, da pequena propriedade e do sistema produtivo, obedece a sucessivos estágios de evolução e regressão da produção em situações de espaço e de temporalidade sempre diferentes, porém assemelhadas em função da ação dos indivíduos (Schneider, 1999:30).

¹⁰ No caso do milho, em 1920 colhia-se 2,1 ton/ha e em 1950 esta marca somente chegava a 1,2. Já no caso do feijão, que rendia 1,1 ton/ha em 1920, passou para 0,7 em 1950 (Roche, 1969).

A crise do sistema produtivo colonial se inicia pelo esgotamento da fronteira agrícola, ou seja, com o fim das zonas pioneiras. Essa situação aprofunda-se no Oeste de Santa Catarina, mais do que no Rio Grande do Sul, em função da especialização produtiva, principalmente, vinculada à produção de suínos e milho para a comercialização da banha. Aumentam, cada vez mais, as relações com os mercados, especialmente, através da comercialização da banha, que abastece as grandes cidades como São Paulo. Existe uma contradição insolúvel que se materializa pelo grande número de filhos e o tamanho reduzido das propriedades, o que obriga a migração de muitos filhos para garantirem a sua sobrevivência, especialmente para as cidades. Essa situação, se agrava à partir dos anos 1960, com o processo de modernização que diminui a necessidade de força de trabalho. Toda essa situação, acaba afetando, também, a sociabilidade (solidariedade, reciprocidade, religião, etc), bem como, os padrões de herança, uma vez que não é possível continuar subdividindo uma propriedade cada vez menor.

Essa questão, do tamanho reduzido das propriedades, será retomada mais especificamente, no capítulo 3, onde discute-se como os agricultores conseguiram continuar garantindo a sua sobrevivência, em propriedades cada vez menores. No sul do Brasil, o tamanho média das propriedades de um colono era de 25 a 30 hectares, o que de acordo com Waibel (1949), era uma área excessivamente pequena para a aplicação do sistema de rotação de terras, principalmente por se tratar de uma região montanhosa. O que inviabilizava a *minimale Ackernahrung*, que:

[...] refere-se à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. O *minimale Ackernahrung* depende principalmente de dois fatores: as características físicas da terra e o sistema agrícola que o lavrador deverá aplicar (Waibel, 1949:195).

Para Jungblut (2000:424-5), a *minimale Ackernahrung* precisava garantir as seguintes condições para o colono e sua família: a produção de comida para o consumo na propriedade; a produção de pequenas sobras para serem vendidas no comércio, com a finalidade de garantir o dinheiro necessário para comprar alguns gêneros alimentícios, remédios, roupas, calçados, construções e outros gastos; conseguir criar os filhos, dando-lhes educação; ter uma comunidade religiosa para viver socialmente; poder comprar terra aos filhos e dar dote de casamento às filhas.

Nesse sentido, de acordo com Waibel (1949), considerando que uma família de 5 a 7 pessoas, para se manter, precisa de 5 hectares em cultivo, e que o tempo necessário para recompor a fertilidade natural do solo, num sistema de rotação de terras é de 10 a 12 anos, numa terra boa, e de 15 a 20 anos numa terra ruim, pode-se afirmar que, no caso do sul do Brasil, numa terra boa, a *minimale Ackernahrung* seria de 55 a 65 hectares. Já em terra ruim, seria de 80 a 105 hectares.¹¹

Outra questão importante, que contribui para a deterioração acelerada da terra é a divisão dos lotes entre os herdeiros.

Nestas condições, por toda a parte os jovens emigram das propriedades rurais para as cidades ou para novas zonas pioneiras, nas quais procuram adquirir terra e começar o mesmo ciclo econômico. Os colonos são pouco ligados à terra dos seus antepassados. [...] E o trasbordamento da frente pioneira do Rio Grande do Sul para as áreas vizinhas de Santa Catarina e do Paraná está também, em grande parte, relacionado com o sistema agrícola. Essa gente migra não tanto por causa do aumento da população, mas em consequência da deterioração da terra. [...] os alemães são pouco arraigados aos seus lares e à sua terra (Waibel, 1949:196).

De acordo com Waibel (1955), Roche (1969) e Schneider (1999a), as causas da desarticulação do sistema tradicional são, de um lado, as técnicas agrícolas, utilizadas que esgotavam o solo em poucos anos, exigindo sempre novas áreas para roçar, queimar e plantar. E, por outro lado, o tamanho reduzido das propriedades, questão ainda mais agravada pelo grande número de filhos, uma vez que a terra, muitas vezes, era partilhada entre estes.

O sistema produtivo adotado pelos colonos continha, na sua própria dinâmica, os limites de sua reprodução. Ou seja, a forma de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da zona pioneira. E isso só foi possível enquanto havia terras a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada (Schneider, 1999a: 87).

O sistema agrícola extensivo de rotação de terras, aplicado em pequenas propriedades, é totalmente anacrônico. Ele era racional e lógico frente a um determinado contexto, em que havia a disponibilidade de ocupar novas terras, pelo avanço na zona pioneira. Entretanto, com o fechamento da fronteira agrícola, esse sistema começa a enfrentar dificuldades para a sua reprodução, pois a sua

¹¹ O sistema de rotação de culturas pode ser aplicado em lotes bem menores, de 10 a 15 hectares.

viabilização implica que, dos três fatores de produção – terra, capital e trabalho – a terra seja o mais importante e o mais abundante. Porém, isso não ocorreu nas pequenas propriedades coloniais do sul do Brasil. Nesse sentido, a fome por novas terras é uma consequência dos sistemas agrícolas adotados pelos próprios colonos. (Waibel, 1949; 1955).

De acordo com Schneider (1999a), apesar do sistema agrícola ter sido o principal responsável pelo esgotamento rápido das terras, foram os padrões ou mecanismos de herança, bem como, as formas de reprodução da propriedade familiar, que contribuíram para acelerar a pulverização fundiária, obrigando os filhos dos colonos à emigrar. Esses mecanismos de herança, que existiam entre os colonos de origem alemã, são de duas formas: a herança por partilha total (*Realerbtheilung*) e a herança sem partilha (*Anerbenrecht*). Na primeira, tem-se a divisão da terra em partes iguais entre todos os filhos. Na segunda, aparecem a primogenitura, ultimogenitura ou ainda, a escolha do herdeiro poderia obedecer critérios subjetivos como a capacidade para o trabalho agrícola. O sistema de herança por partilha gerava crescentes pressões demográficas, essa situação agravou-se com o fechamento da fronteira agrícola.

A crise da agricultura colonial refere-se mais ao sistema produtivo, ou à forma de produção, do que da forma de sociabilidade, embora ambas sejam afetadas. Constitui-se num ponto de passagem, num momento de metamorfose da agricultura colonial para a agricultura familiar. De acordo com Abramovay (1992):

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social (117).

Nesse sentido, o que parece ter contribuído para a "ruptura" entre a agricultura colonial e a agricultura familiar foi a crescente mercantilização, conforme será analisado no próximo item. Essa crescente integração ao mercado, acabou levando as decisões "para fora da porteira", aumentando a integração dos agricultores à sociedade capitalista. Abramovay (1992) referindo-se ao caso dos camponeses do sul do Brasil, afirma que estes:

(...) integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. *De camponeses, tornam-se agricultores profissionais*. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (p. 126-7). Grifos no original.

Enfim, a crise do sistema produtivo colonial, decorrente das suas características internas, como o sistema agrícola de rotação de terras, o tamanho reduzido das propriedades e o padrão de herança por partilha da terra, associados à crescente integração desses colonos com o mercado, são responsáveis pela "metamorfose", que transforma colonos em agricultores familiares.

1.3 O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Mostrou-se anteriormente que a agricultura colonial enfrentava dificuldades de reprodução, em função dos seus problemas internos, referentes ao esgotamento da fertilidade do solo, decorrente do tamanho reduzido das propriedades, associado às técnicas agrícolas utilizadas, e também, aos padrões de herança. Esse problema agravou-se com o fechamento da fronteira agrícola. Por outro lado, os agricultores integram-se, cada vez, mais aos mercados, vendendo suas mercadorias, comprando insumos para a produção, acessando o crédito, enfim, vão se mercantilizando cada vez mais.

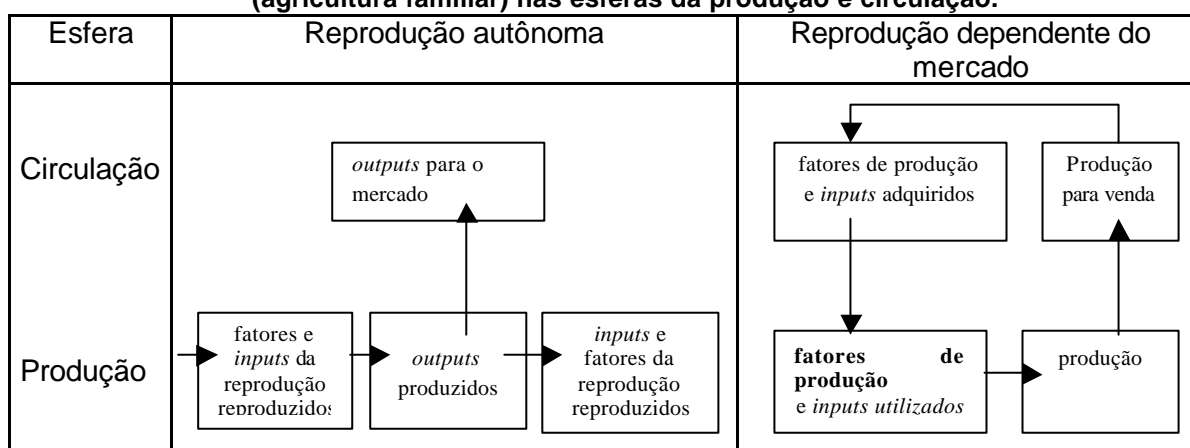
A partir da emergência da modernização da agricultura nos anos 1970, há um (re)arranjo, nas estratégias de reprodução social, da agricultura familiar da região Oeste Catarinense. Houve um processo de diferenciação e exclusão que intensificou-se a partir de meados dos anos 1980, onde os agricultores adotaram diferentes estratégias, passando por transformações sociais, econômicas e culturais, dentro da unidade de produção e nas suas relações com o mercado.

Para entender esse processo de transformação, considera-se relevante o

conceito de mercantilização. Essa noção vai ser útil nesse trabalho à partir do momento em que possibilita entender como a família e a propriedade, anteriormente bastante isolados numa comunidade, passam a se relacionar com os processos mais gerais de transformação da sociedade capitalista. A mercantilização pode afirmar-se concretamente, numa relação entre um agricultor e uma agroindústria, entre um agricultor e um trabalho não-agrícola. Pode expressar-se num processo de migração, quando um membro da família deixa a propriedade.

De acordo com Ploeg (1992), o processo de trabalho agrícola, através da crescente mercantilização, torna a reprodução, que era autônoma (agricultura camponesa ou agricultura colonial), cada vez mais externalizada e dependente do mercado (agricultura familiar), conforme figura 01.

Figura 01
Reprodução autônoma (agricultura camponesa) x reprodução dependente do mercado (agricultura familiar) nas esferas da produção e circulação.



Fonte: Adaptado de PLOEG (1992:174).

Observando a figura, verifica-se que a produção para o mercado passa a comandar todo o processo produtivo. Essa produção para o mercado, que para os colonos era mais esporádica, com a venda de alguns excedentes, aumenta cada vez mais. Por outro lado, os fatores de produção também precisam ser adquiridos fora da propriedade. A expressão mais clara disso são as novas tecnologias que vem em forma de "pacote" com o processo de modernização da agricultura. Fecha-se um círculo, onde a produção depende, crescentemente, da venda para o mercado, bem como, da compra dos fatores de produção, como sementes, adubo, pesticidas, máquinas, ferramentas.

Para Ploeg:

O resultado deste processo é uma **divisão crescente do trabalho** entre indústria e agricultura, assim como, entre diferentes unidades produtivas no interior do sistema agrícola. Porém, em contraste com a indústria, onde uma parte considerável da especialização crescente e da divisão do trabalho têm lugar no interior da fábrica (e portanto não implica um aumento importante na troca mercantil), o desenvolvimento agrícola implica um processo de **externalização** que gera uma multiplicação das relações mercantis. As tarefas que foram organizadas e coordenadas inicialmente, sob o mando do próprio agricultor, não de ser coordenadas agora mediante o intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das **relações técnico-administrativas**. Esta externalização crescente, não somente afeta as atividades de produção, mas resulta também numa transformação completa do processo de reprodução (Ploeg, 1992:169-70). Tradução livre. Grifos nossos.

Um exemplo prático dessa externalização é o caso dos produtores de aves da região estudada. Estes, apesar de serem os donos dos meios de produção, da força de trabalho e do capital, precisam seguir os padrões técnico-administrativos determinados pelas agroindústrias. Não é o agricultor que decide qual o tipo de manejo, que tecnologia, que forma de construção ou com que idade vender os frangos.

Chayanov (1974), também aponta para a transformação da economia camponesa quando é amplamente baseada nas transações mercantis:

As atividades na unidade de exploração adquirem um caráter totalmente distinto quando esta ingressa na esfera da **circulação de dinheiro e mercadorias**. A atividade econômica perde sua matriz qualitativa. Agora as demandas podem satisfazer-se mediante compras; o interesse pela “quantidade” – obtenção da maior quantidade que, ao ser intercambiada, pode tomar qualquer forma “qualitativa” necessária para cobrir as necessidades familiares – passa agora a frente. Ao desenvolver sua natureza monetária, a “quantidade” obtida vai se liberando cada vez mais da “qualidade” e começa a adquirir o caráter abstrato de “valor”. [...] ao desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família começa a receber cada vez mais a **influência da situação do mercado** no que diz respeito a composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade (Chayanov, 1974:140-1). Tradução livre. Grifos nossos.

Na região da pesquisa, a forma como as relações capitalistas penetraram na agricultura está, diretamente, ligada ao papel desempenhado pelas agroindústrias. De acordo com Chayanov (1974), para que a agricultura ingressasse no sistema capitalista mais geral não é necessária a criação de unidades de produção

muito grandes, organizadas ao modo capitalista sobre a base da força de trabalho assalariada. Pois, a agricultura saindo de uma existência semi-natural, se submete ao capitalismo comercial que, muitas vezes, está sob a forma de empresas comerciais em grande escala, que conduzem massas dispersas de unidades econômicas camponesas à sua esfera de influência e vinculam com o mercado estes produtores de mercadorias em pequena escala, para subordiná-los economicamente.

De acordo com Chayanov,

Estes **vínculos comerciais** que convertem a exploração familiar natural isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo. Mediante estas conexões, cada pequena empresa camponesa se converte em uma parte orgânica da economia mundial, experimenta em si mesma os efeitos da vida econômica geral do mundo, é poderosamente dirigida em sua organização pelas demandas econômicas do mundo capitalista e, por sua vez, junto com milhões semelhantes a ela, afeta todo o sistema da economia mundial (Chayanov, 1974:306). Tradução livre. Grifos nossos.

Não obstante, seja importante compreender o processo de mercantilização para entender como ocorre a transformação do modo de vida colonial e a metamorfose dos "colonos" em "agricultores familiares", é preciso não esquecer, que este processo não elimina as bases familiares sobre as quais se assentava. Embora sofram alterações, as formas de sociabilidade, as relações de parentesco e a dinâmica familiar do grupo doméstico retém muitas das suas características. Ressalta-se que Ploeg (1992) dá conta somente da dimensão da produção, ou seja, resolve o problema da relação micro (família e propriedade) x macro (sociedade capitalista) quando analisa os processos de produção e a mercantilização. Entretanto, é preciso ter claro que a agricultura familiar não é somente produção, ela possui outras dimensões. Assim, seria preciso estender essa perspectiva para as dimensões sociais, culturais, simbólicas, etc¹².

¹² Veja-se os trabalhos de Woortmann (1995) e Renk (2000), de cunho mais antropológico.

1.4 AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRESSO TECNOLÓGICO

Neste trabalho, a análise do progresso tecnológico na agricultura é importante, na medida em se procura estudar os processos sociais mais gerais, e esses, são dados no capitalismo pelo avanço permanente do progresso tecnológico, que vai afetando os agricultores de diversos modos, quer seja no processo produtivo, nas informações e na comercialização. Para entender o papel do progresso tecnológico na agricultura, e os seus impactos sobre a agricultura familiar, na região Oeste de Santa Catarina, considera-se importante, as contribuições de Graziano da Silva (1981), Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) e Ploeg (1992). Essas noções serão úteis para compreender as transformações da agricultura familiar em função da mudança da base tecnológica decorrente do processo de modernização da agricultura brasileira, que será analisado no capítulo 3.

Na sociedade capitalista, o objetivo da produção é a valorização do capital, ou seja, "o que move o capitalista a realizar um investimento é a perspectiva de obter um ganho adicional, o *lucro*" (Graziano da Silva, 1981:07). Nesse sentido, no capitalismo, o progresso tecnológico é uma variável-chave, que indica a forma de concentração de poder e o domínio do processo de acumulação de capital. Entretanto, o fato da agricultura operar com fatores naturais, como clima, perecibilidade dos produtos e a dependência dos processos biológicos de plantas e animais, verifica-se a existência de restrições ou obstáculos à atração de capital em similaridade ao modo como entra em outros setores econômicos.

Segundo Graziano da Silva (1981), é através do progresso tecnológico que o capital consegue "desqualificar" a Natureza, pelo menos em partes, enquanto um fator determinante da produção. É o progresso tecnológico que ajuda a explicar como os agricultores familiares conseguiram continuar se reproduzindo em propriedades cada vez menores, conforme será analisado no capítulo 3, uma vez que um dos fatores que colocou em cheque a agricultura colonial, foi justamente o tamanho reduzido das propriedades.

De acordo com Graziano da Silva:

[...] com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os meios de produção criados pelo homem tornam-se progressivamente mais importantes do que aqueles colocados à sua disposição pela Natureza. Assim, se num primeiro momento histórico pode-se falar somente de um aproveitamento dos recursos disponíveis, logo em seguida, graças ao progresso tecnológico observa-se um salto qualitativo no processo produtivo, tornando-se a produção cada vez mais independente das travas impostas pelas condições naturais" (Graziano da Silva, 1981:27).

Assim, para reduzir esta dependência dos fatores naturais, através do progresso tecnológico, criam-se uma série de inovações, que podem ser mecânicas, para substituir a falta de mão-de-obra; físico-químicas, para melhorar a fertilidade da terra, controlar pragas e doenças e biológicas, criando variedades animais e vegetais de maior produtividade e melhor adaptados às diferentes características regionais.

Um conceito importante para entender como o capitalismo penetra na agricultura, via progresso tecnológico, é apresentada por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990). Para estes autores, através do que chamaram de "apropriacionismo", o capital vai lentamente se apropriando de processos naturais e tornando-os disponíveis pelas indústrias, como é o caso, por exemplo, dos implementos e máquinas agrícolas e dos fertilizantes químicos.

Para Ploeg (1992), o capital obtém um controle crescente sobre a produção agrícola através do que chama de "cientifização", ou seja, a modelagem dos processos de trabalho agrícola de acordo com os critérios científicos. Para o autor, "a cientifização tal como se materializa no desenvolvimento tecnológico resulta numa externalização crescente e, por tanto, em uma multiplicação das relações mercantis" (1992:193).

1.5 AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

A noção de estratégia de reprodução é essencial nesse trabalho porque ela serve para explicar como e porque a forma familiar de produção do Oeste de Santa Catarina conseguiu se reproduzir, tanto durante o período denominado de

modo de vida colonial como atualmente. O que se percebe na pesquisa, é que esses agricultores sempre utilizaram determinados recursos, alternativas, mecanismos. Enfim, determinadas estratégias, tais como as migrações, a busca de atividades não-agrícolas, inserção nas agroindústrias, reconversão produtiva, entre outras, com vistas a assegurar a sua sobrevivência.

Para entender as estratégias de reprodução adotada pelos colonos, durante o que se denominou de modo de vida colonial, que será analisado no capítulo 2, uma contribuição importante é a de Chayanov (1974). Para este autor, a família possui uma racionalidade própria, o que a faz perseguir seu bem-estar e sua manutenção, ou reprodução. Para isto, a família busca manter um certo equilíbrio ou balanço entre a penosidade do trabalho e a necessidade de consumo. Assim, quanto maior a família, mais trabalho é necessário. Porém, mais pessoas na família também significa mais força de trabalho, dependendo da idade das pessoas, o que Chayanov chamou de ciclo demográfico. Nesse sentido, o autor sugere que a reprodução da família está relacionada com a sua diferenciação demográfica interna, ou seja, o tamanho e a idade da família representam uma determinada capacidade de trabalho e uma certa necessidade de consumo. Portanto, a família precisa ser estudada ao longo do seu ciclo geracional e não apenas em relação ao processo produtivo, os preços, o mercado, etc., em determinado momento.

Para o entendimento da agricultura familiar é necessário levar em consideração, tanto a sua dinâmica interna como as relações que estabelece com o ambiente externo. Nesse sentido, de acordo com Almeida (1986), ocorre a reprodução da família para si, mas articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Assim, as famílias adotam determinadas estratégias como respostas à pressões externas.

A reprodução é o processo de "manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração", sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem, simultaneamente, uma dinâmica interna e um "movimento governado por suas relações com o campo externo" (Fortes, 1971:87 apud Almeida, 1986:67). A reprodução é considerada um processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva, sendo que esta perpetuação ocorre através de transformações e adaptações, e o sistema social deve ser considerado em toda a sua diversidade e

complexidade (Raynaut, 1994).

Assim, a reprodução social é entendida como a dimensão do processo mais amplo de reprodução onde se ordenam as relações sociais, desenvolvem-se dinâmicas sócio-culturais, através das quais as famílias, grupos, comunidades e a sociedade procuram preservar-se no tempo enquanto entidades sociais singulares. O que implica em adaptações e transformações diante de conflitos e crises que caracterizam sua história (Raynaut, 1994).

Para entender o que são estratégias de reprodução, considera-se relevante a contribuição de Schneider (1999b):

[...] as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos [...] essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente as contingências e situações objetivas (Schneider, 1999b:135).

De acordo com Lamarche (1994), as estratégias familiares podem ocorrer em vários níveis, como no âmbito das variações na intensidade de trabalho, recrutamento, êxodo de membros da família, ampliação ou redução do consumo, diversificação, redução ou intensificação da produção.

Assim, pode-se considerar como estratégias de reprodução os vários mecanismos implementados pelos agricultores, tais como a migração, as diferentes formas de organização da produção e do trabalho, as diferentes formas de acesso e transmissão da propriedade. Enfim, as diversas alternativas familiares que os agricultores colocam em prática para garantir e viabilizar a reprodução da unidade familiar. A reprodução social, está ligada a produção e reprodução de "unidades domésticas" e, também, a reprodução dos indivíduos dentro das mesmas, mediante estratégias individuais e cooperativas (Silvestro, 1995).

Neste capítulo foram apresentados alguns conceitos que se considera

como mais relevantes para o estudo da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina. Estes conceitos são uma forma de captar e interpretar, abstratamente, a realidade empírica que se propõe estudar nos próximos capítulos. O conceito de modo de vida colonial ajuda a entender as origens da agricultura familiar e como era a forma familiar de produção antes do processo mais geral de modernização da agricultura brasileira. O conceito de mercantilização permite compreender o que acontece com a agricultura familiar quando esta se insere, cada vez mais, nos mercados, seja através da venda de mercadorias, da compra de insumos para a produção, ou ainda, do acesso ao crédito. Entende-se que as principais mudanças ocorreram em função da modernização da agricultura brasileira, e para entender esse processo, um conceito-chave é o de progresso tecnológico, uma vez que a modernização foi, fundamentalmente, uma alteração na base técnica da produção. Por fim, o que se procura compreender é como essas famílias conseguiram e conseguem assegurar a sua sobrevivência, daí a importância do conceito de estratégias de reprodução.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO

Neste capítulo tem-se como objetivo resgatar as origens da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste. Apesar de tratar-se de um estudo de caso em um município, a dinâmica social e econômica é compatível com o Oeste de Santa Catarina, pelas características similares que existem, seja na forma de colonização, na estrutura fundiária, na população que ali se instalou, no tipo de relevo e vegetação, entre outras. Dentro da periodização histórica, delimitada para este estudo, o capítulo refere-se ao período que vai de 1920/25 até 1965/70. Compreende a colonização até o início do processo de modernização da agricultura brasileira, que inicia em meados dos anos 1960, e é responsável por grandes transformações do modo de vida colonial.

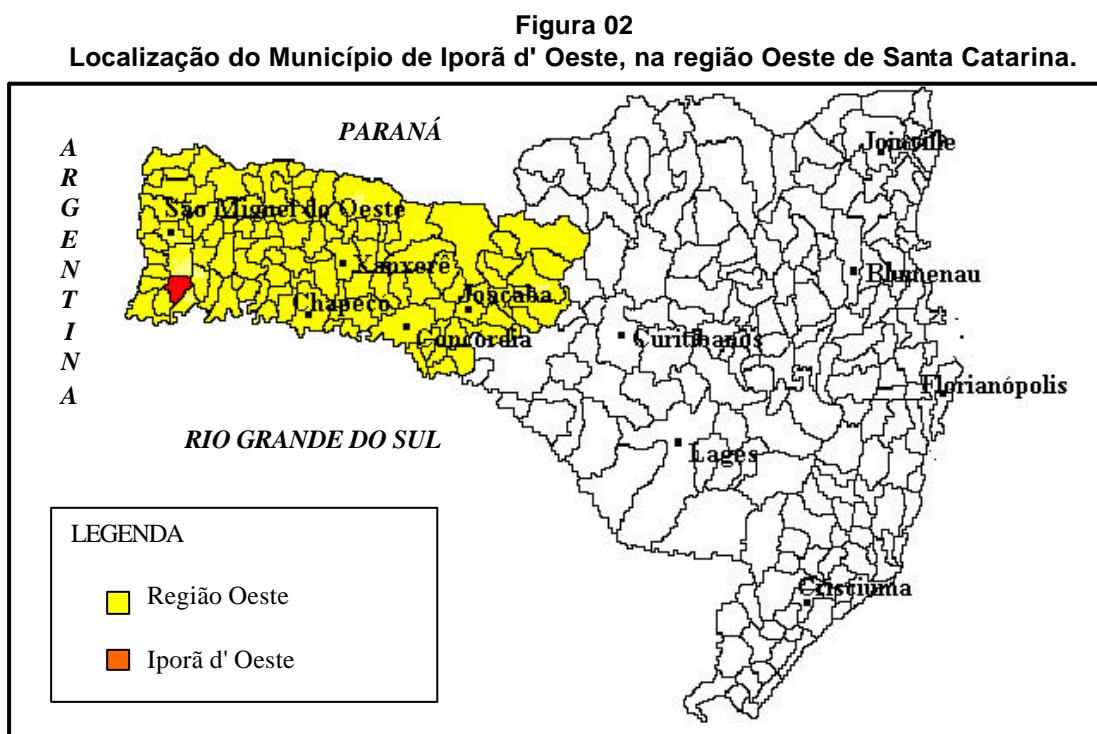
O capítulo está estruturado em três seções. A primeira, faz uma apresentação do local onde foi realizada a pesquisa, enfocando aspectos históricos do município, bem como dados gerais sobre a localização, relevo, tipo de solo, vegetação, clima, população e agricultura. A segunda, refere-se ao povoamento, onde enfatiza-se, principalmente, o processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina, e mais precisamente, das colônias Porto Feliz e Porto Novo, atuais municípios de Mondaí e Itapiranga, respectivamente. Na terceira parte, aborda-se elementos referentes ao modo de vida colonial. Nesse sentido, procura-se estudar e analisar a forma familiar de produção antes do processo de modernização da agricultura. Analisa-se o modo de produzir e de viver da agricultura colonial, e, conseqüentemente, as suas principais estratégias de reprodução.

Para dar conta desse processo, o estudo baseia-se em bibliografias

referentes ao processo de colonização da região Oeste Catarinense, em historiadores locais, dados secundários (IBGE, FAO/INCRA) e dados primários, a partir de algumas entrevistas realizadas com agricultores mais idosos, que chegaram na região nos anos 1940.

2.1 A REGIÃO DO ESTUDO: O MUNICÍPIO DE IPORÃ D' OESTE

Iporã d' Oeste é um município de pequeno porte, com uma área de 184 Km², localizado na região Extremo Oeste do estado de Santa Catarina¹³, distante 770 Km da capital, Florianópolis. Faz divisa com os municípios de Descanso ao norte; Riqueza ao leste; São João d' Oeste e Mondaiá ao sul; Santa Helena e Tunápolis ao oeste. Para efeito de planejamento estadual, Iporã d' Oeste integra a microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, composta por 16 municípios, cujo centro polarizador é São Miguel do Oeste, e faz parte da AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina).



Os primeiros migrantes, vindos do Rio Grande do Sul, chegaram ao local

¹³ Latitude 26°59'18"S e longitude 53°32'07"W.

no ano de 1925, encontrando ali, mata verde, água de excelente qualidade e muitos pinhais, que deram origem ao primeiro nome da vila: "Pinhal". Em 1957, a vila foi elevada à condição de distrito, recebendo o nome de "Iporã", que na língua Tupí-Guaraní significa água boa, devido à uma fonte de água que abastecia os tropeiros que por ali passavam, levando gado, mulas e cavalos do Rio Grande do Sul para São Paulo e Rio de Janeiro. Já em 1988¹⁴, o distrito emancipou-se do município de Mondaí¹⁵, recebendo o nome, conforme plebiscito, de "Iporã d' Oeste", sendo instalado oficialmente em 01/06/1989.

O relevo do município é constituído de um planalto de superfícies onduladas e montanhosas, fortemente dissecadas e de formação basáltica. A maior parte do relevo, aproximadamente 80% da área, é fortemente ondulado e montanhoso (50% de terras acidentadas e 30% de terras onduladas). Nesse tipo de relevo predominam os solos mediamente profundos, rasos, pedregosos e normalmente férteis. São solos usados com lavouras anuais sem obediência à aptidão de uso do solo¹⁶.

Por outro lado, em torno de 20% do relevo, é ondulado ou suavemente ondulado, com solos profundos ou mediamente profundos. Apresentam pouca ou nenhuma pedregosidade e são pouco férteis e muito ácidos. Estes são usados com lavoura anual mecanizada e pecuária, sendo o processo erosivo menos intenso¹⁷.

A região Extremo Oeste era coberta, originalmente, por Floresta Estacional Decidual e por Floresta Ambrófila em quase toda sua área, sendo por vezes intercaladas por algumas manchas de savana ou campo, ao norte, principalmente no município de Campo Erê. Os dois tipos de floresta apresentavam madeiras de considerável valor econômico. Na Floresta Estacional Decidual temos a

¹⁴ Conforme Lei Estadual n.º 1.098 de 04 de janeiro de 1988.

¹⁵ No que se refere à evolução político-administrativa do município, tem-se a seguinte situação descrita por Folador (1991: 80-2): de 1917 a 1953 o município de Chapecó abrangia todo o extremo e meio oeste; em 1953 foram desmembrados oito grandes municípios de Chapecó, entre eles, Mondaí; em 1956 Mondaí desmembra o município de Descanso; em 1988 Mondaí desmembra Iporã d' Oeste; e em 1992 Mondaí desmembra Riqueza. Nesse sentido, conhecer a evolução da divisão político-administrativa é importante pelo fato de que são utilizados os dados estatísticos do IBGE desde a época de 1960, assim sendo, quando utiliza-se a região de Mondaí para apresentação de dados históricos, no capítulo 3, se está, na verdade, referindo-se aos dados relativos aos atuais municípios de Mondaí, Iporã d' Oeste e Riqueza.

¹⁶ As questões referentes à aptidão dos solos da região serão retomadas no capítulo 4.

¹⁷ Conforme Santa Catarina (1997:49), apontando dados para a região Hidrográfica do Extremo Oeste de Santa Catarina.

grápia, cabreúva, cedro, louro-pardo, canafístula, guatambú, guajuvira e canelas. Já na Floresta Ambrófila Mista, aparecem o pinheiro-brasileiro, imbúia, angico-vermelho, maria-preta, cedro, canelas e erva-mate. Nesta última formação, ocorre a Floresta Montana, presente em altitudes entre 500 e 1000 metros, cuja espécie predominante era o pinheiro-brasileiro, que ocupava o seu extrato superior. Já a Floresta Estacional Decidual representa uma formação típica situada acima de 400 metros de altitude, que originalmente apresentava como espécies mais significativas o angico, a cabreúva e a guajuvira¹⁸.

Toda essa riqueza no que se refere à madeira, vai constituir-se, como será analisado mais adiante, na primeira importante fonte de renda dos agricultores e no primeiro ciclo econômico da região Oeste Catarinense, iniciado com transporte fluvial, através das balsas, e posteriormente, a exploração da madeira se intensifica, com a chegada dos primeiros caminhões, tratores, motosserra e a melhoria das estradas.

O clima do município classifica-se como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes, apresentando uma temperatura média anual de 19,40°C e uma precipitação total anual de 2.000 a 2.200 mm. Sendo um clima subtropical, as variações térmicas podem ser de 38°C no verão e 0°C no inverno. As precipitações pluviométricas são mais freqüentes no inverno.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2000, o município possui uma população de 7.877 habitantes, sendo que a grande maioria (aproximadamente 64%), vive na zona rural do município. Atualmente, apresenta uma densidade demográfica de 42,81 habitantes/Km².

A maior parte da população é de origem alemã, aproximadamente 60% e italiana, em torno de 32%, que migraram do estado do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina a partir do início do século XX.

De acordo com os dados da FAO/INCRA (1996b), do total de 1.077 estabelecimentos do município, 98% são considerados familiares¹⁹, 90% utilizam

¹⁸ O município de Iporã d' Oeste está localizado a uma altitude de 557 metros.

¹⁹ O estudo da FAO/INCRA (1996b) definiu como familiares, aqueles estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: (a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era

somente mão-de-obra familiar, 94% dos agricultores são proprietários, predominando uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, onde 90% dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha, ou ainda, 55% possuem menos de 20 ha. Predomina uma agricultura diversificada e integrada ao mercado, destacando-se como principais atividades agropecuárias a produção de milho, fumo, aves, suínos e leite.

2.2 O POVOAMENTO

De acordo com Poli (1995), as fases de ocupação do Oeste Catarinense podem ser divididas em três: a fase de ocupação indígena; a fase cabocla e a fase de colonização. Na região desta pesquisa, de acordo com Jungblut (2000), a primeira fase vai até 1850, caracterizada pela presença de índios e alguns brancos, como demarcadores de terras, missionários, militares e bandeirantes. Já a segunda fase vai de 1850 até 1926, caracterizada pela presença predominante de caboclos, ligados principalmente, à exploração de madeira. Finalmente, após 1926, inicia-se a fase de colonização branca da região e, conseqüente, desalojamento dos caboclos.

Não é o objetivo desse trabalho analisar a situação dos índios e caboclos que viviam na região antes da ocupação por colonos "brancos". Entretanto, não se pode desconsiderar este fato, que por si só já seria tema de uma extensa pesquisa. Assim, serão feitos alguns comentários mais gerais, pois não deve-se desconhecer, muito menos ignorar a presença dessas duas etnias.

2.2.1 Índios

De acordo com D'Angelis (1995), eram três os povos indígenas que ocupavam a região Oeste Catarinense: Guarani, ao longo dos grandes rios em áreas de mata sub-tropical; Kaingang, nas matas de araucária e campos intermediários; Xokleng, na região dos Campos de Lages, Curitibanos e Caçador, bem como nas matas de Araucária ao leste.

exercida pelo produtor; (b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado (Guanziroli *et al.*, 2001:50).

O povo indígena, da Cultura Guarani, ocupou a região onde hoje se localizam os municípios de Itapiranga e Mondaí, sendo que viveram nas margens e afluentes do Rio Uruguai. Em 1966, o arqueólogo Pe. Alfredo Rohr demarcou mais de 50 sítios arqueológicos no município de Itapiranga, sendo que análises de Carbono 14, feitas em diversos artefatos e utensílios indígenas, confirmaram que a idade desses materiais era entre 8 e 9 mil anos.

Esses índios já dominavam a cerâmica, fabricando pequenos vasilhames e até grandes urnas funerárias com argila. Na região, é comum encontrar pedras polidas²⁰ pelos índios, em forma de machado ou pontas de lanças. Nas proximidades do Rio Uruguai, vários agricultores encontraram urnas funerárias enquanto lavravam a terra (Jungblut, 2000). De acordo com Piazza (1983), a atividade ceramista está ligada às condições ecológicas que facilitavam o sedentarismo desses povos, pois nas margens de rios facilmente navegáveis, a coleta, a caça e a pesca eram abundantes, facilitando a subsistência desses povos.

O extermínio dos povos indígenas da região está, diretamente ligado, às atividades de conquistas territoriais realizadas por portugueses e espanhóis, culminando com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 e a destruição dos Sete Povos das Missões em 1760. Posteriormente, pela ação de madeireiros e o próprio processo de colonização da região, os índios remanescentes, perderam novamente o seu espaço (Jungblut, 2000).

2.2.2 Caboclos

Os caboclos, população formada por luso-brasileiros, apesar de geralmente serem ignorados pelos historiadores da região, podem ser considerados os verdadeiros desbravadores do Oeste Catarinense (Poli, 1995). Essa população, geralmente, era muito pobre e raramente eram proprietários das terras que exploravam. Entre as principais atividades econômicas que desenvolveram destaca-se a agricultura de subsistência, a exploração de erva-mate e madeira e o tropeirismo.

²⁰ A rocha utilizada para polir era o basalto vermelho, muito freqüente na região do Rio Uruguai. O nome Itapiranga, na linguagem Tupi-Guaraní, significa pedra vermelha.

O Oeste Catarinense era um lugar de terras devolutas, e o surgimento dos primeiros núcleos caboclos está diretamente ligado aos pousos das tropas de gado que seguiam de Palmas às Missões, bem como com a exploração dos ervais da região. Os caboclos possuíam uma outra filosofia de vida. Viviam basicamente da caça, pesca e da roça de subsistência, praticamente não produzindo excedentes.

A presença dos caboclos também é descrita pelos historiadores da região de Itapitanga e Mondaí. Jungblut (2000), destaca que quando os colonizadores chegaram, encontraram centenas de famílias de luso-brasileiros. Estes eram de dois tipos: os diretamente ligados às empresas de exploração madeireira e os chamados andarilhos do mato (*Waldläufer*), que perambulavam pela região. O autor destaca que não houve grandes conflitos, sendo que os caboclos até ajudaram no processo de colonização, vendendo carne de pesca e caça aos colonos, ajudaram a derrubar o mato e na demarcação de terras.

De acordo com Jungblut (2000), "os caboclos não ofereceram resistência à ocupação branca das terras, pois teriam entendido que não possuíam documentos de propriedade". Entretanto, nos momentos em que houve resistência, a terra era oferecida aos caboclos, sabendo-se que não teriam dinheiro para pagar e nem estariam animados em ficar perto de uma população que os discriminava²¹.

2.2.3 Colonização "Branca"

O processo de colonização "branca", da região Oeste Catarinense, fornece algumas das bases para entender a formação da agricultura familiar. Na análise do processo de colonização, considera-se mais pertinente o enfoque teórico e analítico de autores como Waibel (1949; 1955), Roche (1969) e mais recentemente Schneider (1999a), que rejeitam a idéia de encantamento e da epopéia dos desbravadores, e procuram entender como essa forma social de produção desenvolve estratégias de reprodução, adaptando-se em novas situações

²¹ Na região de Iporã d' Oeste os caboclos praticamente desapareceram com o processo de ocupação das terras pelos colonos. Acredita-se que estes tenham se deslocado para outras regiões, como por exemplo, o município de Campo Erê, uma vez que a maioria deles estava ligado à exploração da madeira. O tema dos caboclos na região Sul do Brasil, mais especificamente no Noroeste do RS, Oeste de SC e Sudoeste do Paraná, mereceria mais estudos, com o objetivo de compreender melhor a trajetória histórica dessa população, seu modo de vida e para onde se deslocaram.

ambientais e sociais, transformando-as e sendo transformada por estas.

Para entender o processo de constituição da agricultura familiar na região, é necessário entender o processo de migração. Primeiro, da Europa para a região Sul do Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul, e posteriormente, deste estado para o Oeste de Santa Catarina.

Os nexos da constituição da pequena propriedade no Oeste de Santa Catarina devem ser buscados na imigração de alemães, italianos e de outras origens ao Rio Grande do Sul. Esse processo de imigração para colonização pode ser lido nas premissas e propostas de um "país com vocação agrícola", "no branqueamento da raça" e na "ideologia da pequena propriedade" do Estado brasileiro. Devem ser levadas em conta as razões pelas quais contingentes populacionais transpuseram o Atlântico rumo à América para se tornarem colonos. Sistemáticamente, os motivos que impulsionaram o deslocamento dos europeus aos trópicos podem ser agrupados na tríade: em busca de fartura, da liberdade e da obtenção de terras.

Os imigrantes constituíam diversidades regionais, (egressos de diferentes áreas da Europa), de credo religioso e de ocupações. De um modo geral, eram oriundos das camadas inferiores da população européia (Renk, 2000: 71-2).

A vinda dos imigrantes europeus, especialmente os alemães, para o Brasil pode ser entendida a partir de duas situações. De um lado, pelas péssimas condições de vida e a falta de perspectivas que os alemães encontravam em seu país de origem. Do lado brasileiro, através da imigração subvencionada e programada, fazia-se grande propaganda, que prometia terra quase de graça, sementes, gado e dinheiro. Nesse sentido, discorda-se de Jungblut (2000) quando afirma que um dos principais motivos da vinda dos alemães era a sua vontade ou desejo irresistível de emigrar²². Considera-se que a saída do seu país de origem, significava, antes de tudo, um fuga e uma busca de melhores condições de vida.

Segundo Waibel, para enfrentar as adversidades do meio (mata e índios), "o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado como um agricultor, para poder tanto defender sua terra como cultivá-la" (1949:166).

No Brasil, a colonização somente tomou maior impulso com a publicação da Lei de Terras em 1850, que proibiu o acesso livre as terras devolutas, instituindo juridicamente a propriedade da terra como uma mercadoria. Assim, "tem-se, pois, a

²² O autor utiliza a expressão alemã *Wanderlust*.

"Lei de Terras", como o divisor de águas, entre uma época de pouco, ou nenhum, interesse pela colonização estrangeira e, outra em que tal assunto passou a ser de primordial atenção nos negócios do país" (Piazza, 1983:331).

Nesse sentido, de acordo com Giron e Bergamaschi (1996), até 1850, as terras eram de concessão do Estado, sendo que este dirigia e coordenava o processo de colonização. Após 1850, a terra era passível de compra e venda, sendo que até 1889 era o Estado que continuava financiando o processo de colonização. Porém, após 1889, o processo de colonização foi assumido por particulares.

De acordo com Jungblut (2000), no processo de colonização do Brasil, existiam quatro tipos de colônias. As "colônias governamentais" eram aquelas fundadas pelo Governo Central ou Federal (São Leopoldo, RS; São Pedro Alcântara e Santa Isabel, SC); organizadas pelo Governo Provincial ou Estadual (Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul e Monte Alverne, RS) e organizadas pelo Governo Municipal (São Luís e Santo Ângelo, RS).

No caso das "colônias fundadas por entidades lucrativas", temos o caso de quase todo o Extremo Oeste de Santa Catarina, destacando-se a Empresa Chapecó-Pepery Ltda. que colonizou Descanso, Porto Feliz (Mondaí), Iporã do Oeste.

As "colônias fundadas por uma entidade filantrópica" eram financiadas por agências bancárias, como foi o caso das colonizações de Cerro Largo e Santo Cristo no Rio Grande do Sul, dirigidas pelo *Bauerverein*. Outro caso foi Porto Novo (Itapiranga) em Santa Catarina, colonizada pela *Voslksverein*²³ e financiada pela *Sparkasse*, a Caixa Rural. Outro exemplo foi o de Entre Rios, no estado do Paraná.

As "colônias fundadas por particulares", que adquiriram uma grande gleba

²³ A "volksverein" – como popularmente foi chamada – aparece no contexto do povoamento de Santa Catarina, no momento em que adquire da "Empresa Chapecó-Pepery Ltda", a gleba entre os rios das Antas, Pepery-guaçu e Uruguai com área de 582.057.816 m², destinada à colonização. A idéia inicial tem os estímulos do Pe. Theodore Amstad SJ., através do 3º Congresso dos Católicos, (katholikentag), em Feliz, RS, quando surgem as "Bauernverein" (Associações de Agricultores). Em 1912, dadas as condições sociais da utilização econômica do solo e da explosão demográfica nas "velhas" colônias alemãs do Rio Grande do Sul, os Padres da Companhia de Jesus estruturam a "Volksverein für deutschen katholiken" (Sociedade popular para os católicos de língua alemã) (Piazza, 1994:264-5).

de terra e promoveram a colonização da mesma com fins lucrativos. Temos como exemplo Blumenau, que foi fundada por Otto Blumenau, em 1849 e *Neu Pommern* – Linha General Osório, em Santa Cruz do Sul, fundada por Eichenberg, em 1888.

A colonização do Sul do Brasil foi uma política do governo federal republicano que teve como objetivos a ocupação e valorização de áreas estratégicas, então consideradas despovoadas²⁴ (Silvestro, 1995:32). Para Azevedo (1982, apud Silvestro, 1995), o que prevaleceu foi a lógica de duas economias. De um lado, a do latifúndio voltada para o mercado nacional e externo, e de outro, a da pequena propriedade voltada para o abastecimento interno. Além do mais, a colonização da região era uma estratégia de integração do Sul com o Sudeste do país (Santos, 1984). Finalmente, "colonizar, é mais que povoar. Significa também usufruir da terra, retirando benefícios de ordem econômico-social, ocupando e valorizando as novas áreas" (Piazza, 1994).

No que se refere à colonização do Rio Grande do Sul, esta pode ser dividida em três fases: até 1850 com colonos alemães em São Leopoldo; de 1850 até 1890 com colonos alemães e italianos ocupando toda a região conhecida como "colônia velha"; 1889 em diante, passam a ocorrer as migrações internas para as chamadas "colônias novas".

De acordo com (Jungblut, 2000:29), a migração dos alemães no sul do Brasil pode ser dividida em quatro fases²⁵: A primeira fase vai de 1824 a 1880, e refere-se as primeiras ocupações, onde viveram a primeira e a segunda geração dos alemães vindos para o Brasil. Eram as chamadas "Colônias Velhas" (*Die alt Kolonie*). De 1824 a 1845 (São Leopoldo, RS e São Pedro de Alcântara e Teresópolis, SC. De 1846 a 1888, os núcleos de Bom Princípio, Santa Cruz, São Sebastião do Caí, Venâncio Aires, Estrela, Lajeado, Agudo, Montenegro, Maratá, Brochier, Paverama, Nova Petrópolis, São Lourenço do Sul e Teutônia no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, formaram-se os núcleos de Blumenau em 1849, Joinville em 1852 e a colonização do Vale do Capivari: Braço do Norte, São Ludgero, São Bonifácio, Forquilha, além de outros, em 1872.

²⁴ Entretanto, como já foi visto anteriormente, o Oeste Catarinense era ocupado por índios e caboclos, antes da chegada dos colonos.

²⁵ Roche (1969) apresenta fases diferentes quanto à colonização do Rio Grande do Sul, entretanto, como este processo não é central para esta dissertação, não se entrará nessa discussão.

A segunda fase, de 1880 a 1922 é a época em que os alemães da terceira geração ocuparam espaços na região serrana do Rio Grande do Sul. Alguns núcleos receberam quase somente alemães, na maioria, nascidos na "Colônia Velha". Houve migração orientada e assistida por organizações sociais das Colônias Velhas, como o *Bauerverein* e *Sparkasse*. O que prevalecia nas rodas de conversa era mudar-se para a serra (*auf die Serra wander*). Selbach, Santo Cristo, Cerro Largo e Panambi receberam essencialmente alemães. Eles participaram também em grande número da colonização de Itajaí, Cruz Alta, Santo Ângelo e centros próximos. Alguns emigraram para a Argentina, onde fundaram Puerto Rico e Capiovi.

A terceira fase, que vai de 1922 a 1955, é o período em que os descendentes da quarta geração saíram da "Colônia Velha" e da "Serra" e foram ocupar, no Extremo Noroeste do Rio Grande do Sul, Três Passos, Crissiumal, São Martinho, Três de Maio e Horizontina entre outros, já ao lado de outras etnias. Também migraram para o extremo Oeste Catarinense, às margens do Rio Uruguai, fundando São Carlos, Palmitos, Porto Feliz e Porto Novo.

A quarta fase, de 1955 a 1975, ocorre quando descendentes alemães da quinta geração do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, especialmente do Extremo Oeste catarinense, migraram para ocupar o Sudoeste do Paraná²⁶. A maioria dos núcleos coloniais receberam pioneiros de diversas procedências e etnias.

As regiões ocupadas pelos alemães podem ser consideradas como uma "zona pioneira", que de acordo com Waibel (1955:390), "é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada". Constitui-se, numa paisagem nem civilizada e nem de mata virgem, limitando-se com a mata virgem a oeste (fronteira demográfica) e com a região econômica a leste (fronteira econômica). "O pioneiro procura, não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida" (Waibel, 1955:391).

²⁶ De acordo com Lazier (1996), o Sudoeste do Paraná foi povoado por agricultores gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos, a partir de 1943, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Anteriormente, a região era povoada por pioneiros de origem luso-brasileira (caboclos).

No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (Waibel, 1955:391).

Para Waibel (1955), um caráter importante para o desenvolvimento de uma zona pioneira é a existência de transporte barato, que possibilite colocar os produtos dos agricultores no mercado. Além disso, também é preciso a existência de terra para receber um grande número de colonos.

A região Oeste de Santa Catarina é a segunda zona pioneira do estado de Santa Catarina²⁷. O seu desenvolvimento está, diretamente, ligado à construção da estrada de ferro SP/RS, que atraiu um grande número de colonos de origem alemã e italiana do Rio Grande de Sul, possibilitando o escoamento da produção, especialmente de porcos, que eram levados para São Paulo. Assim, essa zona pioneira não foi desbravada a partir do litoral, mas a partir do sul, exportando seus produtos para um mercado distante, localizado ao norte.

Na colonização da região Oeste de Santa Catarina, dois fatos merecem destaque: a construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul e a solução da "Questão do Contestado". Ambos os fatos, somados à escassez de terras no Rio Grande do Sul e ao elevado crescimento demográfico, abriram uma ampla perspectiva para a atuação das companhias de colonização na região.

A construção da estrada de ferro São Paulo/Rio Grande do Sul, teve como objetivo principal o escoamento dos produtos gaúchos, além da erva-mate e madeira de Santa Catarina e Paraná. Entretanto, Radin (1997:28), destaca que "a preocupação brasileira era a de criar as condições para a colonização da região".

A ferrovia foi construída no período de 1907 a 1910, pela empresa norte-americana "Brazil Railway Company", que recebeu do Governo Federal, na forma de concessão, 15 Km de terra em cada lado dos trilhos, em toda a sua extensão, além de outras áreas no Extremo Oeste, para compensar trechos já legalmente ocupados.

²⁷ A primeira zona pioneira do estado foi na região costeira, destacando-se a colônia Blumenau, no Vale do Itajaí (Waibel, 1955).

A empresa assumiu o compromisso de colonizar as terras concedidas, assim, após a conclusão da estrada de ferro em 1910, a "Brazil Railway Co.", repassou para sua filial, a "Brazil Developmen & Colonization Co.", a tarefa de colonizar as áreas recebidas.

Nesse sentido, a construção da estrada de ferro, significou o marco inicial do processo de colonização da região Oeste de Santa Catarina, uma vez que a empresa trouxe para a região um contingente de mais de 10.000 trabalhadores, das mais diversas etnias e camadas sociais, constituindo-se num dos mais importantes fatores de desencadeamento da Guerra do Contestado²⁸. Entretanto, a colonização do Oeste Catarinense somente teve início efetivo após a solução da chamada "Questão do Contestado"²⁹ em 1916.

A colonização da região de Porto Feliz, onde atualmente localizam-se os municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste, de acordo com Cabral (1970) e Koelln (1980), se inicia em 1919, quando um grupo de exploradores vindos de Nonoai, município de Sarandi, RS, descem o Rio Uruguai com o objetivo de explorar as terras situadas entre os rios Chapecó e Peperi-Guaçú. Estes imigrantes, fundaram a Companhia de colonização Chapecó-Peperi Ltda.³⁰, e iniciaram a colonização efetivamente em 1922, sendo que em 1924, chegaram os primeiros colonos do Rio Grande do Sul, todos de origem alemã.

Já Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, Tunápolis, São João d' Oeste e parte de Iporã d' Oeste, surgiu de um empreendimento de colonização efetuado pela entidade filantrópica *Volksverein* (Sociedade União popular), financiado pelo banco *Sparkasse* (Caixa União Popular), a partir de 1926 (Jungblut, 2000). A *Volksverein* Kolonization adquiriu uma área de terra situada entre os rios

²⁸ A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um movimento armado caracterizado pela insurreição de "jagunços" e caboclos que se alastrou em terras de cinco regiões do Estado: Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas.

²⁹ A Questão do Contestado significou a disputa pelos limites territoriais da região Oeste de Santa Catarina. Primeiro entre Brasil e Argentina (1777 até 1895), sendo que os direitos do Brasil sobre a região Extremo Oeste foram reconhecidos pelo laudo arbitral do Presidente Cleveland, dos Estados unidos, em 1895 (Cabral, 1970). A segunda disputa é entre os estados de Santa Catarina e Paraná (1854 até 1916), sendo que em 1916, os dois estados assinaram o acordo de fronteira, em que a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina.

³⁰ A Empresa Chapecó-Peperi Ltda. colonizou a área de terra entre os Rios Chapecó e Peperi-Guaçu, com aproximadamente 20.978 lotes de 25 hectares, ou seja, 524.450 hectares.

Uruguai, Peperi e Arroio Macucos, para tentar formar uma colônia inteiramente de colonos católicos de origem alemã. Os primeiros colonos chegaram em 1926 (Cabral, 1970).

Muitas colônias recebiam um determinado filtro, que no caso da Colônia Porto Feliz (Mondaí), priorizava os colonos alemães / evangélicos e a Colônia Porto Novo (Itapiranga) os colonos alemães / católicos (Jungblut, 2000).

De acordo com as entrevistas realizadas no município de Iporã d' Oeste, verificou-se os seguintes dados sobre o local de origem e trajetória dos agricultores. Em primeiro lugar, constatou-se que todos são originários do estado do Rio Grande do Sul, quando não o entrevistado diretamente, eram os seus pais ou avós. No que se refere ao local de origem no estado do Rio Grande do Sul, alguns vieram diretamente das "colônias velhas", de cidades como São Leopoldo, Nova Petrópolis, Teutônia, Montenegro, Arroio do Meio e Guaporé. Outros tiveram uma passagem pela "serra", ou seja, nas chamadas colônias novas, destacando-se Panambi (*Neuwürttemberg*). Quanto as trajetórias em Santa Catarina, foram encontradas duas situações. Enquanto alguns vieram diretamente para a região de Iporã d' Oeste, outros tiveram passagem por Mondaí, Itapiranga ou ainda, por Maravilha.

2.3 FASES DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COLONIAL

Nesta seção pretende-se demonstrar como essa forma social de produção, que atualmente, convencionou-se chamar de agricultura familiar, se estruturou, se organizou, se reproduziu, e começou a encontrar limites à sua reprodução social, sofrendo transformações importantes, especialmente, no que diz respeito ao modo de produzir. Para uma melhor compreensão, utiliza-se uma periodização histórica, não que seja a mais adequada e, muito menos, rígida; trata-se apenas de uma técnica de exposição do conteúdo.

2.3.1 Definição dos Lotes de Terra e Instalação dos Colonos (1920-1930/40)

Essa primeira fase, de formação e desenvolvimento da agricultura familiar na região Oeste Catarinense, e mais precisamente no município de Iporã d' Oeste, é

marcada pelo processo de colonização da área e as primeiras atividades econômicas. Este processo se inicia nos anos 1920, através da colonização da região e se estende até os anos 1930/40, onde ocorrem as primeiras transformações significativas, uma vez que essa agricultura vai encontrando alguns limites e, aos poucos, aumenta o seu grau de especialização e inserção mercantil.

A origem da agricultura familiar na região é marcada pelo processo de colonização do Oeste Catarinense, caracterizado pela recepção do excedente populacional do Rio Grande do Sul, basicamente de colonos de origem alemã e italiana, com tradição na policultura e, em menor intensidade, na criação de animais domésticos, principalmente suínos, aves e bovinos. Outro fator importante foi a colonização privada, realizada pelas empresas colonizadoras, que vendiam a terra para as famílias em unidades chamadas "colônias"³¹, com uma área de 24,2 hectares.

Os primeiros colonos chegaram no município de Iporã d' Oeste a partir de 1925, vindos do Rio Grande do Sul, expandindo a "zona pioneira" e reproduzindo neste local, o modo de vida colonial. A forma de produzir dos colonos, ou seja, o sistema de rotação de terras, tinha a característica de esgotar a fertilidade do solo e sua reprodução somente era possível pelo avanço em novas áreas na fronteira agrícola.

Desta forma fecha-se a "fronteira agrícola" do Estado, tendo por base uma colonização que reproduziu por décadas e gerações o modelo de vida camponês: a sua forma de produzir baseada na rotação de terras e sua forma de sociabilidade baseada no interconhecimento, na solidariedade vicinal e familiar e na homogeneidade econômica e social de toda a comunidade (Silvestro, 1995:47).

Essa primeira fase, caracterizava-se pela chegada dos colonos com suas famílias, alguns animais, sementes e alguns instrumentos, nas novas áreas, para instalarem-se no lote de terra que estavam comprando. Essas áreas eram cobertas pela mata e isoladas (figura 03). A primeira coisa que faziam era derrubar a mata,

³¹ Um lote colonial (24,2 hectares ou 10 alqueires), localizado nas terras montanhosas de Porto Novo, era vendido por R\$3:300\$000 (3 contos e 300 mil réis), sendo que o comprador tinha que dar R\$1:000\$000 de entrada e o resto era financiado pela *Sparkasse* por quatro anos com 7% de juros ao ano. O pagamento à vista tinha 10% de desconto. Na época, o valor do lote equivalia à 2.200 garrafas de querosene; 1.375 Kg de açúcar; 110 porcos; 1.500 Kg de farinha de trigo, ou ainda à 6.600 Kg de banha (Jungblut, 2000).

construir casas e instalações para os animais³². Essa fase corresponde, mais precisamente, aos primeiros dez anos, onde a agricultura estava voltada, principalmente, para a subsistência da família. Os colonos, aos poucos, vão estruturando as suas propriedades e aumentando a produção de excedentes para o mercado, iniciando a segunda fase, que será analisada adiante.

Figura 03
A chegada dos colonos à nova terra.



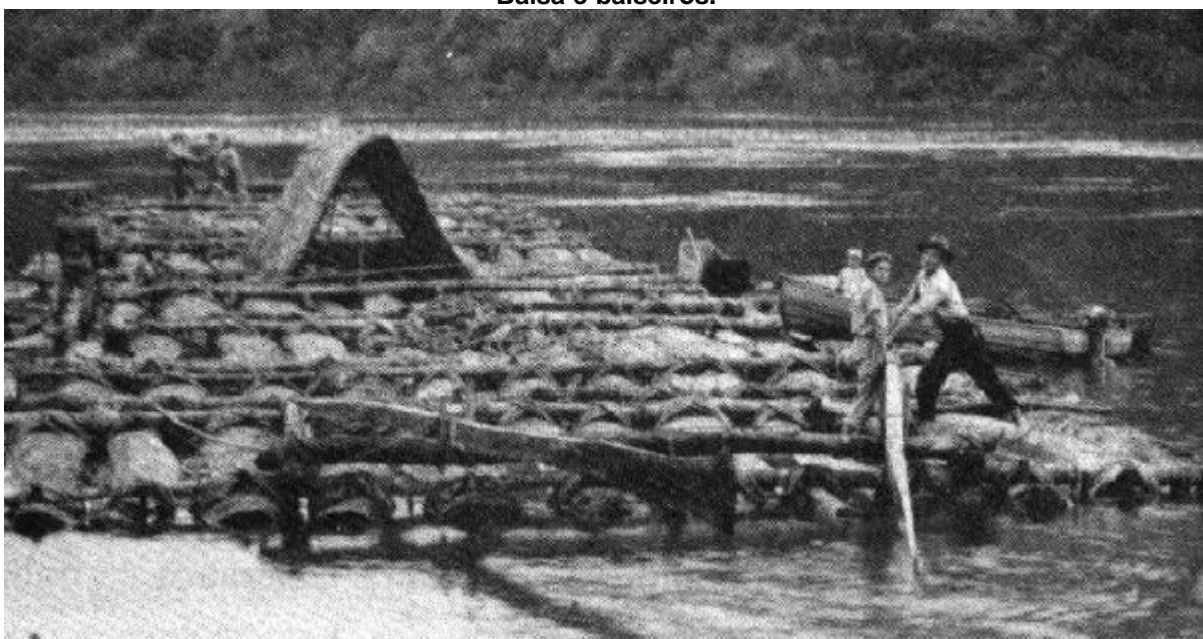
Esta foto não é da região estudada, entretanto, considera-se que ela represente bem a situação vivida pelos colonos, quando chegavam com suas famílias, para ocupar os seus lotes, em meio à mata virgem, em regiões isoladas. Fonte: Roche (1969).

As famílias, que vinham para ocupar os seus lotes, geralmente eram pequenas, na maioria das vezes, eram formadas por um casal recém casado, ou, com filhos ainda pequenos. Nesse sentido, inicialmente, a satisfação das necessidades de consumo era mais fácil. Entretanto, conforme será analisado na segunda fase, à medida que os filhos vão crescendo e aumentando em número, embora com isso aumente também a força de trabalho, a satisfação das necessidades de consumo exige um aumento da área produzida, o que nem sempre é possível, pois os lotes são pequenos e começam a ser divididos em função da herança.

³² Geralmente trazia-se uma vaca, algumas galinhas e, às vezes, suínos.

Nessa primeira fase, a derrubada da mata era condição necessária para iniciar a produção e a construção de casas e galpões. Roche (1969) sintetiza muito bem esta etapa ao afirmar que o colono teve que aprender a desbravar. Assim, uma das primeiras atividades econômicas³³ da região de Iporã d' Oeste foi a extração da madeira, especialmente o pinheiro. As toras eram transportadas, com burros, cavalos ou bois até Porto Feliz (Mondaí). Dali, seguia para São Borja no Rio Grande do Sul e para a Argentina, em forma de balsas³⁴, descendo o Rio Uruguai em períodos de enchente (figura 04).

Figura 04
Balsa e balseiros.



Na foto, uma balsa descendo o Rio Uruguai em época de enchente. A exploração da madeira, transportada desta forma, para o Rio Grande do Sul e Argentina, foi o primeiro ciclo econômico da região. Fonte: Bellani (1995:126).

A extração da madeira representou a primeira atividade econômica dos colonos recém chegados às suas propriedades. Se por um lado a floresta representava um obstáculo para a implantação das lavouras, por outro, garantia a madeira para as construções e mesmo algum dinheiro na venda. De acordo com

³³ No Extremo Oeste de Santa Catarina aconteceram ciclos econômicos. O primeiro foi a exploração da erva-mate, que não ocorreu na região de Porto Novo e Porto Feliz, mas por ali passou, rumo à Argentina, via rio Uruguai. O segundo ciclo foi o da madeira. (Jungblut, 2000). Para maiores detalhes sobre a atividade madeireira na região Oeste Catarinense, veja-se Bellani (1995).

³⁴ A balsa consistia no conjunto de dez a doze pelotões de madeira roliça (de lei) ou serrada (de pinho). Cada pelotão, por sua vez, compunha-se de nove a dez toras ou onze "molhos" de tábuas serradas. O "molho" era formado por duas dúzias de tábuas amarradas num só feixe. Os pelotões eram colocados em fila e amarrados uns aos outros com fortes e bem trabalhados cordões de cipó, em três pontos, nas extremidades e no meio. Estava formada a balsa (Folador, 1991: 47).

entrevistas realizadas, quando surgiram as primeiras serrarias na região Oeste Catarinense, era comum a venda de árvores, recebendo como pagamento, madeira serrada, que se destinaria para as construções das casas e instalações dos animais.

Uma vez derrubada a mata, instaurava-se o sistema produtivo que Waibel (1949), denominou de "primitivo sistema de rotação de terras", conforme descrito no capítulo 1. De acordo com um historiador local:

[...] as propriedades eram novas, quase todas em mato. As terras eram naturalmente férteis [...] o agricultor derrubava o mato, fazia a queimada e cultivava a área sem critérios de conservação. Ele procurava livrar o quanto antes a lavoura de troncos, raízes e tocos e para tal, apelava para as queimadas. No mais, lavrava a terra na primavera e fazia o plantio. Combatia o inço com a enxada. Em poucos anos as terras estavam exauridas. Não praticava rotação de cultura, nem combatia a erosão e levava de vez em quando algum esterco ou alguma palha para a roça (Jungblut, 2000:470-1).

A utilização desse sistema, baseado no corte da floresta e na queimada, também foi confirmado nas entrevistas, quando questionados sobre como era a utilização das novas terras no início da colonização:

Derrubava o mato, daí era queimado, plantava milho ou feijão e depois capinava o inço. (Entrevista 01).

Pode-se perceber que nesse primeiro estágio, os principais mecanismos que asseguravam a sobrevivência das famílias, eram a extração da madeira e o sistema produtivo de rotação de terras. Havia uma grande dependência da extração de recursos naturais existentes no local, a madeira e a fertilidade natural do solo. Entretanto, ambos encontram seus limites, ainda na primeira geração. A quantidade de madeira se reduz e ocorre o esgotamento da fertilidade natural solo. Porém, a partir dos anos 1940/50, com o desenvolvimento urbano-industrial do país, e a melhoria das condições de transporte (estradas e caminhões), aumenta a demanda por produtos como a banha, o que impulsiona a criação de suíno com essa finalidade.

A criação de suínos sempre esteve presente entre os colonos. Consistia numa importante fonte de alimento, e aos poucos, uma alternativa de renda. De acordo com Folador (1991:46), uma característica inicial da criação de suínos na região Oeste de Santa Catarina era o que poderíamos denominar de "porco de safra

tropeado", que consistia numa forma de criação, onde o porco, de raças comuns, era criado solto em piquetes ou construções rudimentares e, na época da safra, era engordado na própria roça de milho. O transporte era feito "tropeando-se" os animais para os centros urbanos próximos. No caso do Oeste, eram tropeados até o local onde pudessem ser embarcados no trem que os levaria para São Paulo, grande centro demandante de banha (pois ainda não se fabricavam óleos vegetais) e carne suína. Este sistema, de criação e transporte de suínos, perdurou até a introdução do caminhão entre 1940 e 1950. Entretanto, de acordo com as entrevistas realizadas, essa forma de comercialização do porco não era utilizada na região de Iporã d' Oeste, onde prevalecia a produção da banha na propriedade para posterior venda no comércio local (isso já na segunda fase). Porém, a forma de criação, na roça de milho fazia-se presente, mas somente nos primeiros anos da colonização, pois tão logo tivessem condições, eram construídas instalações, mesmo que rudimentares.

Do ponto de vista do modo de viver, destaca-se a vida em comunidades, geralmente formadas em função das origens étnicas e religiosas, o que solidificava as relações de solidariedade entre os colonos. Essas comunidades caracterizam-se pelo "povoamento rural disperso", conforme analisado no capítulo 1. No município de Iporã d' Oeste, além da sede do município (perímetro urbano), existem 29 comunidades. Essas comunidades, ou linhas, eram o padrão tradicional de organização espacial e social dos colonos, e persistem até hoje. Pelo que se percebe na pesquisa de campo, é predominante a organização das comunidades em função da etnia e da religião, havendo comunidades formadas quase exclusivamente por alemães católicos.

A importância que representava a etnia e a religião pode ser percebida numa entrevista realizada com uma agricultora, de origem italiana e de confissão católica, quando questionada sobre como era a vida na comunidade quando chegaram no município de Iporã ' Oeste:

Tudo bom por que era, assim, os vizinho, ali a gente não conhecia ninguém naquela época. Chegamos lá (...) os vizinho que era perto era evangélico, era alemão, evangélico, mas gente boa. (...) Era só pedir que eles tinham ajuda (...) (Entrevista 12).

Percebe-se a importância da etnia e da religião na vida em comunidade. Nesse caso, apesar de serem de uma religião e etnia diferentes, não houve problemas do ponto de vista da solidariedade, uma vez que eram comuns os mutirões e as trocas de dias de serviço entre vizinhos. Entretanto, inicialmente, eram muito difíceis os casamentos entre pessoas de etnia e religião diferentes.

A sociabilidade estava diretamente ligada à vida nessas comunidades, e era reforçada pela origem étnica e a religião. O *Kerb*, principal festa lúdico-religiosa, conforme descrito no capítulo 1, persiste até hoje. A sociabilidade também fazia parte do modo de produzir. De acordo com as entrevistas, era comum, entre os colonos, a troca de dias de serviço, a reunião de agricultores para realizar a colheita e abate de animais, a troca de reprodutores. Essas atividades, faziam parte da forma de produzir e, ao mesmo tempo, representavam uma forma de sociabilidade.

2.3.2 Especialização Produtiva e Inserção Mercantil (1930/40 – 1960/70)

Conforme antes mencionado, o modo de vida colonial, começou a enfrentar problemas a partir do esgotamento da fronteira agrícola e do aumento da pressão demográfica sobre a utilização da área disponível nas pequenas propriedades. Os filhos que chegaram pequenos nos anos 1920, estão em idade plena de trabalhar nas décadas de 1930/40. A fronteira agrícola, aos poucos, começa a se esgotar na região e a solução dos limites passa por uma mudança no sistema produtivo. Passa-se ao que Waibel (1949) chamou de "sistema de rotação de terras melhorada", com uma maior utilização de animais (figura 05), arado e especialmente, a introdução da suinocultura para a produção de banha. Há um aumento no grau de mercantilização, uma vez que a relação com o comércio local se intensifica, principalmente na venda de fumo e banha. Com a introdução dos primeiros caminhões, tratores, motoserras, melhoram-se as estradas, tirando as comunidades do isolamento em que estavam.

Ocorre um crescimento acelerado da população e a expansão rápida da área cultivada, que de acordo com Waibel (1955), é uma característica de toda zona pioneira e, isto se deve, principalmente, ao aparecimento de um novo sistema de transporte, o caminhão, bem como a melhoria das estradas de rodagem e a construção de pontes.

Nessa fase, as duas variáveis importantes que afetam o sistema produtivo colonial são o fechamento da "zona pioneira" e o crescimento da pressão demográfica dentro da propriedade. Estes dois problemas geram um terceiro que é a especialização produtiva, através do milho e suíno, que possuem como objetivo final, a produção e comercialização da banha.

Figura 05
A tração animal na agricultura colonial.



A junta de bois talvez seja o principal símbolo da agricultura colonial, como a sua principal fonte de força de trabalho, seja puxando um arado, a carroça, ou mesmo arrastando árvores. Fonte: Roche (1969).

Nessa fase, ocorre um aumento do número de pessoas por família, pois as famílias possuem vários filhos que já estão em idade plena para trabalhar. De acordo com Chayanov (1974), seria o período de desenvolvimento da família onde pais e filhos estão em plena cooperação e capacidade de trabalhar. Nesse período a variável demográfica (tamanho e composição da família) implica, ao mesmo tempo, num aumento da capacidade de trabalho, como num aumento das necessidades de consumo. Isso acaba levando a uma utilização, mais intensiva da área, acarretando o esgotamento da fertilidade do solo. Por outro lado, é preciso adquirir mais produtos no mercado, e conseqüentemente, também é preciso vender mais produtos, o que, de certa forma, vai aumentando, lentamente, os graus de mercantilização dessas

famílias.

O tamanho da família, associado à pequena propriedade, ao sistema agrícola de rotação de terras e ao padrão de herança por partilha da terra, praticamente acabam inviabilizando esse modelo produtivo, uma vez que a fronteira agrícola na região se fecha em meados da década de 1960 (Silvestro, 1995)³⁵. Nesse sentido, um dos elementos que será discutido no capítulo 3, é como essas famílias conseguiram assegurar a sua sobrevivência, em propriedades cada vez menores, à partir dos anos 1960/70.

Na segunda fase, a madeira continua sendo explorada, uma vez que esta atividade acompanha a expansão da zona pioneira e o avanço do sistema de rotação de terras. Entretanto, neste período a exploração da madeira ocorre com maior intensidade. Anteriormente, ocorria nos locais mais próximos ao Rio Uruguai, e agora, com a ajuda de tratores e caminhões é estendida para áreas mais distantes. O transporte, que antes era via fluvial (balsas), passa agora a ser feito pelos caminhões, através das estradas, que começam a ser melhoradas. De acordo com Folador (1991):

Em questão de 25 a 30 anos as imensas florestas do Oeste Catarinense, ricas em cedro, louro, grápia e cabreúva, foram literalmente exterminadas. Desapareceram os vastos e soberbos pinhais. De toda esta imensa riqueza, de valor incalculável, não restou mais do que 5% (Folador, 1991:50).

Entretanto, além de continuar a extração da madeira, o binômio fumo/banha formou a base econômica dos colonos³⁶ da região de Iporã d' Oeste a partir de 1930, sendo a sua principal atividade produtiva. Produziam-se dois tipos de fumo: o fumo de galpão (*Schuppentabak*) e o fumo de estufa (*Ofentabak*)³⁷. A partir de 1955, o fumo de estufa foi abandonado e, aos poucos, introduziu-se o fumo "burley", que é mais leve na venda, mais fácil para manejar e de maior valor comercial. "O fumo era plantado sem adubação química ou orgânica especial. Preferia-se derrubar mata virgem ou capoeirões, fazer a queimada, plantar as

³⁵ Embora este autor aponte para o fechamento da fronteira agrícola na região Oeste de Santa Catarina ainda nos anos 1960, na região de Mondaí, conforme tabela 02, ocorreu um aumento da área agrícola até os anos 1980. Entretanto, a subdivisão das propriedades começa nos anos 1960.

³⁶ Essa situação foi descrita tanto por Jungblut (2000), como nas entrevistas realizadas com alguns dos agricultores mais idosos.

³⁷ Plantava-se também fumo para fazer o fumo de corda, porém, principalmente, para o consumo familiar (figura 06).

mudas, e deixá-las por conta da natureza" (Jungblut, 2000:429)³⁸.

Figura 06
Produção de fumo de corda.



A produção de fumo foi uma importante fonte de renda dos colonos. A produção era negociada com os comerciantes locais. Nesta foto, aparece a fabricação do fumo de corda, que nem sempre era destinado para o comércio, entretanto, era uma tradição entre os colonos, destinando-se ao consumo próprio. Fonte: Arquivo fotográfico da família Plein.

A banha era produzida na propriedade, sendo que os agricultores criavam o porco tipo banha (*Speckschwein*) de pelo preto. A alimentação básica do porco era a lavagem (*Saufes*), que consistia num ensopado feito com abóboras, melões, batatas, mandioca, sal e água, preparado em panelões de ferro (*Saufestopf*) ou tachos. A água utilizada para lavar a louça na cozinha (*Spülwasser*) também era usada para tratar os porcos. Além disso, ainda eram tratados, de forma *in natura*, com pasto verde, milho em espiga, mandioca e batata. Eram poucos os colonos que usavam ração industrializada³⁹. Os porcos eram engordados em instalações rudimentares (figura 07), sendo que o esterco escorria por baixo e ao redor dos

³⁸ Somente nos anos 1970/80 foram introduzidas novas tecnologias e variedades mais sensíveis, sendo que as fumageiras foram pioneiras nas inovações tecnológicas, extensão rural e no uso de agrotóxicos.

³⁹ *Der Schwein Wasser geben* (dar água para os porcos); *Milhe – Mais – aufziehen für die Schwein* (desempalhar milho para os porcos); *Futter holen gehen für die Schwein* (buscar pasto para os porcos) são algumas expressões que deixam claro o tipo de manejo e alimentação na época.

"chiqueiros", trazendo, posteriormente, sérios problemas com a poluição da água.

Figura 07
Antiga instalação para a criação de suínos.



A criação de suínos sempre esteve presente entre os colonos. Primeiro eram criados ao ar livre e depois, em instalações rudimentares como a da foto, tirada em 1961, toda em madeira, inclusive o telhado. Inicialmente a criação de suínos era voltada para o consumo familiar, Posteriormente, para a produção e venda de banha, que juntamente com o fumo formaram a base de renda dos colonos. Com o desenvolvimento da produção do óleo de soja, a criação de suínos volta-se para a produção de carne. Fonte: Jungblut (2000:430).

Os suínos eram tratados até cerca de dois anos, quando tivessem acumulado bastante gordura. Havia casos em que os animais, de tão gordos, não conseguiam nem caminhar. Ao serem abatidos, geralmente, a maior parte do seu peso, era banha.

[...] o pai sempre vendia a banha, pois tinha bons suínos para banha que davam mais da metade do peso em banha, sendo que às vezes, o porco pesava 80 Kg e dava 44 Kg de banha (Entrevista 01).

Para obter a banha, o toucinho cozido era prensado em prensas (*Schmalzpress*), posteriormente acondicionado em latas de 20 Kg (*Schmalzblech*), ou em tambores de ferro. Os comerciantes compravam a banha e a revendiam no

Rio Grande do Sul, por um preço quatro a sete vezes superior. Nesse período, a banha era o principal produto comercializado, no que se refere a criação de suínos. Havia pouca comercialização da carne⁴⁰, que restringia-se aos moradores locais:

Muitas vezes vendia também carne de porco para o dentista para arrumar dentes, trocando carne pelos serviços dentários (Entrevista 01).

Embora a produção de banha e fumo não tenha significado uma maior modernização tecnológica nas propriedades dos colonos, foi através destas atividades que se iniciaram dois processos sociais de grande importância para a compreensão do processo de transição da agricultura colonial para a agricultura familiar atual. De um lado, estas atividades implicaram em uma maior especialização dos processos produtivos e, conseqüentemente, um aumento nos volumes de produção e de uso da força de trabalho familiar. De outro lado, impulsionaram uma maior integração aos mercados e ao comércio, ocasionando uma monetarização, cada vez mais intensa, da vida social e econômica da colônia. Enfim, ocorre um aumento na mercantilização (Ploeg, 1992), que possui as suas raízes na relação com os comerciantes locais.

Jungblut (2000), destaca que a relação do colono com o capital comercial⁴¹, ou seja, a relação com o comerciante (*geschäftsmann*), surgiu pela necessidade dos colonos em vender os seus excedentes e comprar o que não podiam produzir. Eram os comerciantes locais que compravam os produtos, ditavam o preço e transportavam os excedentes até os centros maiores, trazendo, na volta, os artigos que os colonos não produziam, tais como tecidos, calçados, querosene, ferramentas, sal, pólvora, entre outros. O comerciante significava o elo de ligação dessas comunidades e a sociedade em geral.

⁴⁰ O que começou a mudar com o surgimento das agroindústrias, especialmente nos anos 1960.

⁴¹ Com o advento da agricultura moderna e o surgimento das agroindústrias, a relação do colono com o capital comercial foi substituída pela relação com o capital industrial, como será analisado no próximo capítulo.

A riqueza gerada por este processo costuma ser denominado **Capital Comercial**. O longo processo de vender um grande volume em troca de uma pequena quantidade transferiu o capital da propriedade para o comércio. O comerciante comprava do agricultor, financiava para o agricultor e vendia para o agricultor, criando um compromisso de fidelidade e cega confiança. Os acordos eram feitos por ocasião da colheita ou venda do fumo ou de porcos. Como o agricultor devia na loja do seu comerciante ele se sentia na obrigação moral de entregar a sua produção para o seu **benfeitor** sem poder pesquisar um pagamento melhor. Os agricultores que tinham dinheiro em haver costumavam deixar o dinheiro guardado com o *Geschäftsmann*. (Jungblut, 2000:471-2). Grifos no original.

A relação com o comércio cimentava a vida dos colonos nesse período, possibilitando a venda de algum excedente, no caso, a banha e o fumo, e a compra de alguns produtos que os agricultores não produziam, conforme pode-se verificar nesse depoimento:

Lá em Itapiranga, antes de vir para Iporã em 1967, nós produzía fumo de galpão e suínos. O suíno era abatido e fazia banha. Daí nós vendía a banha e o fumo para um comerciante de Sede Capela, de sobrenome Scheler. Não tinha mais nada que era vendido naquela época, só mais tarde começamos a vender a carne de porco. No comércio nós comprávamos roupa, sal, açúcar, farinha de trigo e erva-mate (Entrevista 01).

Para se ter uma idéia dos preços praticados pelo comércio, veja-se as seguintes equivalências, registradas entre os anos de 1926 e 1932, dos principais produtos que eram comprados pelos agricultores.

Tabela 01
Equivalência de preços praticados pelo comércio de Porto Novo (Itapiranga) entre 1926 e 1932.

Produto	Preços em réis	Banha necessária (Kg)*
1 Kg de sal	1\$200	2,18
1 Kg de açúcar	3\$000	5,54
1 Kg de farinha de trigo	2\$200	4,00
1 Kg de café	7\$000	12,72
1 Kg de erva-mate	1\$600	2,91
1 garrafa de vinagre	1\$200	2,18
1 garrafa de cachaça	3\$600	6,54
1 Garrafa de querosene	1\$500	2,73
1 carteira de cigarro	1\$200	2,18
1 foice	12\$000	21,82
1 concha de cozinha	2\$000	3,64
1 Kg de pregos	5\$500	10,00
1 pacote de fósforo	1\$200	2,18
1 prato de porcelana	2\$400	4,36
1 par de tamancos	3\$500	6,36
1 par de chinelos	3\$800	6,91
1 par de chinelo de couro	9\$000	16,36

Fonte: adaptado de Jungblut (2000:431-2).

*Para se ter uma idéia melhor dos preços, calculou-se a equivalência em relação a um dos principais produtos de venda dos colonos, a banha, pela qual recebia na época, entre \$400 e \$700 réis, sendo que o cálculo foi feito pela média de \$550 réis.

Enfim, a segunda fase de desenvolvimento da agricultura colonial caracteriza-se, ao seu final, pelo que chamou-se, ainda no capítulo 1, de "crise e desarticulação do sistema produtivo colonial". Primeiro, o modelo agrícola de rotação de terras dependia da expansão da zona pioneira, entretanto, na região Oeste de Santa Catarina, a fronteira agrícola começa a se fechar ainda nos anos 1960. Segundo, do ponto de vista da produção, ocorre uma passagem do sistema de corte e queimada, para outros sistemas mais especializados, como foi o caso da produção de fumo e banha, comercializados nos comércios locais, o que levou a uma maior mercantilização e monetarização da produção. Terceiro, o aumento do tamanho das famílias, associado ao padrão de herança por partilha da terra, acaba originando uma situação com muitos filhos e pouca terra.

Esse conjunto de elementos é responsável pela crise da agricultura colonial, que manifesta-se através de uma mudança no processo produtivo, na maior inserção no ambiente externo, via mercados e num processo de minifundização. Assim, o sistema produtivo colonial já enfrentava sérios problemas e limites à sua reprodução mesmo antes de se iniciar o processo de modernização tecnológica da agricultura, que será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PRINCIPAIS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE DE SANTA CATARINA

No capítulo anterior destacou-se como foi o processo de formação e desenvolvimento da agricultura colonial. Viu-se que a agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina, é resultado de um processo de colonização dirigida, que teve como base a pequena propriedade e a chegada de colonos descendentes de alemães e italianos do estado do Rio Grande do Sul. Estes colonos reproduziram na região o seu modo de vida, caracterizado, por um modo específico de produzir e de sociabilidade. Do ponto de vista do seu modo de produzir, denominado de agricultura colonial, percebeu-se uma crise em função das técnicas agrícolas utilizadas pelos colonos, que esgotavam o solo em um período de 30 a 50 anos. O sistema agrícola de rotação de terras implementado, entrou em crise a partir do fechamento da fronteira agrícola, que de acordo com Silvestro (1995), iniciou em meados dos anos 1960 na região Oeste Catarinense. Essa situação, foi agravada pelo tamanho reduzido das propriedades, aliado ao sistema de herança por partilha, uma vez que as famílias eram numerosas, e os filhos, em idade de se emancipar da casa paterna, não conseguiam mais obter novas terras com facilidade.

Neste capítulo discute-se como os chamados fatores internos da crise do sistema produtivo colonial, ou da agricultura colonial, tais como o tamanho da área, o sistema de herança, o fechamento da fronteira agrícola, vão somar-se a outros fatores, como a integração social e econômica da agricultura da região à dinâmica capitalista, que se dá pela modernização da agricultura. Na região, o processo de modernização se distingue por duas fases distintas. A primeira (1965-1985),

caracteriza-se pelo processo denominado de "revolução verde", com a adoção do "pacote tecnológico", financiado pelos fartos créditos, e uma crescente integração dos agricultores aos mercados, especialmente via agroindústrias. Na segunda fase (1985-1995), a partir do processo mais geral de globalização da economia, ocorre uma intensificação do processo de diferenciação econômica da agricultura familiar, marcado por crises econômicas, a diminuição do crédito, e uma política de concentração e intensificação da produção, promovido pelas agroindústrias. Essas fases, referem-se aos impactos da modernização da agricultura no Oeste de Santa Catarina.

Assim, tentar-se-á demonstrar como o processo de modernização da agricultura, a partir de seus impactos sócio-econômicos, implica, de um lado, num processo crescente de mercantilização, e por outro, numa reconversão das estratégias de reprodução das famílias. Muitas famílias excluídas de algumas cadeias produtivas tradicionais, como é o caso da suinocultura, intensificam as migrações rurais/urbanas e recorrem à reconversão produtiva⁴².

Percebe-se que nos últimos trinta anos, essa forma familiar de produção, que atualmente denomina-se de agricultura familiar, sofreu grandes transformações, ou seja, uma agricultura colonial que foi "metamorfoseando-se"⁴³. Essa metamorfose caracteriza-se pela crescente integração mercantil e especialização⁴⁴ produtiva, aumentando o seu grau de mercantilização.

De acordo com Ploeg (1992), conforme viu-se no capítulo 1, a mercantilização provoca uma dependência da agricultura familiar em relação aos mercados, tanto na esfera da comercialização como na esfera da produção. A mercantilização pode materializar-se, por exemplo, pela venda de mercadorias, na compra de insumos para a produção, ou ainda, na utilização de crédito agrícola. Todos esses aspectos foram intensificados com o processo de modernização da

⁴² Por reconversão produtiva entende-se a troca de uma atividade, agrícola ou pecuária, por outra, visando a produção para o mercado.

⁴³ Expressão utilizada por Abramovay (1992).

⁴⁴ Essa especialização produtiva ocorre fundamentalmente nas atividades integradas às agroindústrias, onde o caso da suinocultura é o mais emblemático. Inicialmente, a produção da alimentação e todas as fases da criação ocorriam dentro de uma mesma propriedade. Atualmente, praticamente toda a ração é fornecida pela empresa e existem produtores especializados em criar leitões, e outros fazem somente a engorda.

agricultura, especialmente no que se refere aos insumos para a produção.

A análise desse processo de mercantilização da agricultura familiar na região, será feita a partir da utilização de dados secundários, no caso, os Censos Agropecuários e Demográficos do IBGE. Esses dados, para avaliar a evolução do município de Iporã d' Oeste, serão utilizados de forma agrupada, referentes ao município de Mondaí, antiga Colônia Porto Feliz, uma vez que este município emancipou Iporã d' Oeste em 1988, e Riqueza em 1992. Finalmente, utiliza-se, dados primários, organizados a partir das entrevistas com agricultores, e ainda, bibliografias sobre o tema.

3.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A partir da década de 1960 a região Oeste de Santa Catarina, como outras regiões do Sul do Brasil, foi palco de um processo de transformação estrutural da base produtiva da agricultura. Esta transformação inicia pela introdução de máquinas e equipamentos, que lentamente vão substituindo a força motriz animal nas propriedades. Será, também, o momento da introdução de insumos de origem industrial, como fertilizantes e defensivos, bem como, de sementes geneticamente melhoradas.

Em razão de ser um tema amplamente analisado e discutido nas literatura especializada, não se realizará uma discussão pormenorizada deste processo, mas apenas, indicar que aqui entende-se a modernização agrícola nos termos em que foi analisado por Graziano da Silva (1996) e Kageyama *et al.* (1990). Segundo Graziano da Silva (1996), por modernização da agricultura, entende-se o processo de alteração da base técnica da produção agropecuária, que tem como objetivo aumentar a produtividade.

Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir (Kageyama *et al.*, 1990:113).

Segundo Oliveira (1988), o pano de fundo desse processo de modernização era o desenvolvimento urbano-industrial do país, para o qual, a agricultura teria determinadas funções, como a produção de alimentos baratos para abastecer as cidades; a liberação de mão-de-obra para o setor urbano-industrial e a geração de divisas para exportação (Oliveira, 1988).

De um modo geral, o processo de modernização da agricultura brasileira, foi extremamente seletivo, no que se refere a produtos (exportáveis), regiões (Centro-Sul) e produtores (os melhor estruturados). No caso da região Oeste de Santa Catarina, essa seletividade se expressa, principalmente, através dos produtores ligados às agroindústrias, especialmente de suínos, e na produção de milho e soja. Na região, esse processo ocorre em função das políticas de crédito do Estado e da presença e atuação do setor agroindustrial. Entretanto, não moderniza complementemente o processo produtivo da pequena propriedade.

O conjunto de políticas desenvolvidas para a pequena propriedade, faz no máximo com que a atividade integrada ao processo agroindustrial seja modernizada, sendo as demais atividades desenvolvidas pela pequena propriedade ainda exploradas em bases "tradicionais" (Silvestro, 1995:158).

A partir dos anos 1960 a agricultura familiar da região Oeste Catarinense integra-se, crescentemente, às agroindústrias, especificamente via produção de suínos e aves, que também estava vinculada à produção de soja e milho, que serve como alimentação para estes animais. Esse novo modelo de produção levou ao crescimento dos frigoríficos, que, posteriormente, formaram um dos maiores complexos agroindustriais de carne do país. Destaca-se a atuação de empresas como a Sadia, Perdigão e Ceval.

Essa forma de produção primária, essencialmente no caso dos suínos, modernizada pela sua integração à agroindústria que garante a comercialização, atraiu a maioria dos agricultores⁴⁵. Porém, nos anos 1980 em diante, ocorre um processo de concentração e intensificação dessa produção, excluindo mais de dois terços dos produtores num período de dez anos, conforme será analisado mais

⁴⁵ Conforme analisou-se no capítulo 2, a criação de suínos para a produção e comercialização de banha era uma das principais atividades entre os colonos. Entretanto, com o surgimento das agroindústrias processadoras de óleos vegetais, a demanda por banha decaiu. Por outro lado, aumenta a demanda por carne, o que reflete-se numa troca dos suínos tipo-banha, por suínos tipo-carne.

adiante.

Considera-se esse processo, social e econômico, de modernização da agricultura, ou melhor, de alteração da base tecnológica do processo produtivo, como central para entender as transformações estruturais por que passou a forma familiar de produção na região Oeste. É interessante observar nas entrevistas, como o progresso tecnológico foi significativo na vida desses agricultores, quando questionados sobre quais teriam sido as principais mudanças na agricultura nos últimos trinta anos:

A mudança mesmo, começou quando foi começado usar agrotóxico. Então o trabalho foi completamente diferente (Entrevista 09).

A principal mudança foram as máquinas. Ficou mais fácil, porque uma vez era só com boi e vaca. E agora ficou mais fácil para trabalhar por causa da plantadeira e trator, tem tudo ali. Então a gente tem até máquina para passar veneno (Entrevista 11).

Houve bastante mudanças. Analisar a vinte anos atrás se fazia roça com boi e hoje faz com máquina. Tirava leite manualmente, hoje tira com ordenhadeira (Entrevista 06).

A principal mudança é a tecnologia (Entrevista 05).

O que mais mudou foi a tecnologia. A maneira de trabalhar. Porque antigamente lavrava e plantava e agora veio herbicida. O bom é que é mais confortável trabalhar hoje. Pois antigamente era boi e agora tem trator (Entrevista 13).

Pelas entrevistas, percebe-se como essas novas tecnologias, especialmente as máquinas, os implementos e os agrotóxicos, fascinam os agricultores, principalmente, no que se refere a diminuição da penosidade no trabalho, que pode ser feito de uma maneira mais rápida e com menos pessoas envolvidas no processo de produção.

A partir desse quadro, pretende-se, na seqüência, apresentar alguns indicadores, sociais e econômicos, das transformações estruturais que ocorreram na agricultura e no ambiente em que se inserem os agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina.

3.1.1 As Alterações na Estrutura Fundiária

Para entender as alterações estruturais da agricultura familiar, em função da modernização da agricultura brasileira, inicialmente, é interessante observar a alteração da estrutura fundiária (tabela 02). Observando-se as colunas do número total de estabelecimentos e do tamanho médio, percebe-se claramente um processo de minifundização, que foi um dos principais resultados da crise do sistema produtivo colonial, ou seja, ocorre uma intensificação do uso do solo e a subdivisão da terra entre os herdeiros.

Tabela 02
Evolução da estrutura fundiária do município de Mondáí [atuais municípios de Mondáí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Número total de estabelecimentos	Área agrícola total (ha)	Tamanho médio (ha)	Estabelecimentos por estratos de área (ha)				
				<5	5<20	20<50	50<100	>100
1960	1.350	31.549	23,37	85	612	563	68	22
1970	2.443	43.540	17,82	131	1.484	769	53	06
1975	2.892	48.515	16,77	362	1.625	821	75	09
1980	3.249	53.104	16,34	356	2.037	778	65	13
1985	3.597	51.418	14,29	541	2.302	668	55	11
1995	3.406	48.051	14,11	442	2.210	686	57	11

Fonte: IBGE, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Conforme já mencionado, a estrutura fundiária da região é marcada pelo próprio processo de colonização, realizado a partir da demarcação das colônias, que eqüivaliam a uma área de 24,2 ha, ou 10 alqueires. Nesse sentido, um dos aspectos mais marcantes da evolução da estrutura fundiária na região é o fracionamento ou a divisão constante da terra devido aos padrões de herança vigentes. O que se percebe, é que atualmente, praticamente 78% dos estabelecimentos agrícolas possuem menos de 20 ha.

Analisando os dados da tabela 02, percebe-se que até os anos 1960, a propriedade ainda mantinha o seu tamanho médio original. Porém, nos anos 1970, há um grande aumento na área agrícola e uma explosão no número de estabelecimentos, e exatamente naquelas menores de 20 ha, o que parece indicar um problema de herança, pela subdivisão das propriedades entre os filhos que já estão em idade de casar. Segundo entrevistas com alguns agricultores mais velhos, uma das práticas comuns era dar uma área de aproximadamente 5 a 10 ha para cada um dos filhos homens que casasse, uma vez que a fronteira agrícola da região já estava quase totalmente ocupada e a aquisição de novas áreas, geralmente no

estado do Paraná, nem sempre era possível financeiramente. Essa subdivisão fica ainda mais clara quando abre-se os dados do Censo, sendo que registrou-se um aumento de praticamente 86% no número de estabelecimentos, entre 5 e 10 ha, no período de 1970 a 1995. Já o número de estabelecimentos com menos de 5 ha aumentou mais de cinco vezes no período de 1960 a 1995.

Outra prática comum na região era a divisão das colônias ao meio, em lotes de 12,1 ha. Muitos dos agricultores entrevistados, que compraram terras no município de Iporã d' Oeste a partir do final dos anos 1960, adquiriram a chamada "meia colônia". Além do mais, muitos agricultores que adquiriam uma colônia, acabaram vendendo uma parte desta terra para poder pagar o restante. Na tabela 02 percebe-se essa divisão. Nos anos 1960, o tamanho médio das propriedades era de 23,37 ha, e nos anos 1995, é de 14,11 ha.

É importante fazer uma observação quanto à pequena diminuição no número de estabelecimentos entre os censos de 1985 e 1995, uma vez que esta, provavelmente, está relacionada a uma modificação no conceito de estabelecimento utilizada pelo IBGE. Pode ser que, na realidade, não houve uma redução no número de estabelecimentos, apenas muitos não foram considerados como tal. Além do mais, nesse período houve duas emancipações, o que pode ter tornado urbanas algumas áreas antes consideradas como estabelecimentos rurais.

Enfim, a partir desses dados nas alterações na estrutura fundiária, a questão que se coloca é, como essa forma de produção familiar conseguiu continuar se reproduzindo em propriedades cada vez menores? Acredita-se que a explicação esteja ligada ao progresso tecnológico. Pois, se durante a agricultura colonial, o tamanho da propriedade era um fator limitante, em função da utilização de um sistema agrícola que esgotava a fertilidade do solo, agora, o problema da falta de fertilidade pode ser resolvido aplicando-se fertilizantes químicos, que são um dos elementos centrais do "pacote tecnológico" do processo de "revolução verde". Por outro lado, a constituição dos complexos agroindustriais, no caso específico da criação de suínos e aves, também foi fundamental, pois, possibilitava a manutenção de um grande número de animais na propriedade, sem necessariamente, precisar produzir o seu alimento, que é fornecido pela empresa.

3.1.2 A Utilização das Novas Tecnologias

O processo de modernização da agricultura caracteriza-se pela alteração da base técnica da produção, no que se refere à utilização de máquinas, equipamentos, fertilizantes químicos, agrotóxicos para o controle de ervas invasoras, pragas e doenças, e a utilização de sementes de variedades melhoradas geneticamente. Esse conjunto, forma o chamado "pacote tecnológico"⁴⁶.

Do ponto de vista da adoção de um pacote tecnológico (tabela 03), na região Oeste de Santa Catarina, este, talvez seja mais marcante, na produção pecuária, principalmente no caso da produção de suínos e aves e, especialmente, no que se refere à genética dos animais, instalações e equipamentos, como por exemplo, para o controle de temperatura do ambiente e nos comedouros e bebedouros, sendo que todos os processos são cada vez mais automatizados. No caso dos suínos, houve uma ruptura com a forma anterior de produzir, uma vez que praticamente todos os agricultores mantinham a criação de suínos como fonte de renda, mas esta teve que ser, cada vez mais, modernizada para manter a integração com a agroindústria.

Tabela 03
Evolução do uso de fertilizantes e corretivos no município de Mondai [atuais municípios de Mondai, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Total de estabelecimentos	Adubos				Corretivos		Práticas de conservação do solo	
		Químicos		Orgânicos		Inf.	%	Inf..	%
		Inf.	%	Inf.	%				
1970	2.715	353	13,00	434	15,98	28	01,03	-	-
1975	2.892	913	31,57	289	10,00	110	03,80	303	10,48
1980	3.249	1.379	42,44	757	23,30	133	04,09	1.114	34,29
1985	3.597	1.780	49,48	2.057	57,17	262	07,28	2.379	66,14
1995	3.409	3.008	88,23	2.158	63,30	845	24,79	2.048	60,08

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995

Os impactos da modernização na produção agrícola podem ser analisados na tabela 03. Destaca-se, especialmente, o salto na utilização de adubos químicos e corretivos a partir de 1985. Outro aspecto importante, é a crescente utilização do adubo orgânico, o que parece indicar problemas com a fertilidade natural do solo, decorrente do sistema de rotação de terras praticado durante muitos anos pelos agricultores. Assim, uma vez que praticamente não existem mais áreas

⁴⁶ Essa noção de pacote significa que o sucesso na produção depende da utilização integrada dessas novas tecnologias.

novas para plantar, a solução para resolver o problema da fertilidade foi a utilização de adubos, químicos e orgânicos, estes últimos, disponíveis na propriedade e que, muitas vezes, não eram utilizados. Destaca-se ainda, a utilização de práticas de conservação do solo, tendo em vista os problemas causados pela erosão.

No que se refere ao emprego da força de trabalho, o que se percebe na tabela 04, é que apesar do aumento na utilização da força mecânica, em função da modernização da agricultura, não houve o abandono ou diminuição do emprego da força animal. Isso ocorreu, provavelmente, em função do relevo da área, que na sua grande maioria, é acidentado, o que dificulta a utilização de máquinas. Assim, a junta de bois, o arado e a carroça, continuam sendo algo bem típico dos agricultores da região (figura 08). Continua uma agricultura familiar fortemente dependente da força de trabalho humana e animal.

Tabela 04
Evolução do emprego da força de trabalho e sua procedência no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Nº de estabelecimentos	Animal		Mecânica		Procedência			
		Inf.	%	Inf.	%	Própria		Alugada	
						Inf.	%	Inf.	%
1970	2.715	2.020	74,40	2	0,07	-	-	-	-
1975	2.892	2.697	93,26	244	8,44	2.373	82,05	374	12,93
1980	3.249	3.085	94,95	847	26,07	2.686	82,67	743	22,87
1985	3.597	3.415	94,94	798	22,18	2.955	82,15	648	18,01

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995

No caso da utilização de tratores (tabela 05), percebe-se que houve um aumento extraordinário no número de tratores a partir de 1975, acompanhando o processo de modernização da agricultura brasileira. Nos anos 1980 esse aumento é ainda mais intenso, especialmente em tratores de 50 a 100cv. Entretanto, apesar de todo este incremento no número de tratores, atualmente menos de 10% das propriedades possuem trator. Isso, talvez pareça pouco, porém, é preciso ter claro a questão do tamanho das propriedades, pois existem, atualmente, 11 propriedades para cada trator, ou ainda, 160 ha para cada trator. Isso evidencia, mais uma vez, o problema da pulverização fundiária na região, sendo que, na maioria das vezes, a aquisição de um trator somente se torna viável quando este atende mais de uma propriedade, prestando serviços com máquinas e equipamentos para terceiros, em atividades como, lavrar, distribuir esterco, pulverizar, entre outros. Essa situação foi comprovada nas entrevistas realizadas.

Figura 08
A persistência da tração animal.



A persistência da tração animal deve-se, de um lado, pelo tamanho reduzido das propriedades, o que inviabiliza a compra de um trator, por outro, somente em torno de 20% da área permite a utilização de máquinas. Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 05
Evolução do número de tratores no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Área agrícola total (ha)	Número de estabelecimentos	Informantes		Nº de tratores	Potência (cv)				A/C	B/C
			N	%		<10	10<50	50<100	>100		
1970	43.540	2.715	6	0,22	7	4	2	1	-	6.220	388
1975	48.515	2.892	77	2,66	83	5	42	30	6	584	35
1980	53.104	3.249	165	5,08	180	6	64	100	10	295	18
1985	51.418	3.597	204	5,67	213	6	63	132	12	241	17
1995	48.051	3.406	288	8,45	300	12	67	221	3	160	11

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995

As tabelas 04 e 05 mostram que a modernização da agricultura na região não se deu pela substituição da tração animal pela mecânica. Apesar de ter havido um aumento no número de tratores, esse atinge poucas propriedades. Por outro lado, a tração animal não reduziu, persistindo ainda nos dias atuais, como uma das principais fontes de tração. O pequeno número de tratores e a persistência da tração animal, estão diretamente ligados à duas características físicas das propriedades agrícolas da região Oeste de Santa Catarina. De um lado, o tamanho reduzido das propriedades inviabiliza a aquisição de um trator. Por outro lado, conforme viu-se no capítulo 2, somente em torno de 20% da área permite a mecanização, sendo que o relevo é fortemente acidentado.

Entretanto, uma das principais características da modernização da agricultura na região Oeste, talvez esteja relacionado com o processo de mecanização da colheita dos cereais⁴⁷, especialmente milho e soja, uma vez que praticamente em todas as propriedades encontram-se as trilhadeiras movidas à motor (figura 09).

Figura 09
Trilhadeira de cereais.



A trilhadeira constitui-se numa outra marca da agricultura familiar durante o processo de modernização da agricultura. Fonte: pesquisa de campo.

Esses dados, anteriormente apresentados, indicam que houve a introdução de novas tecnologias, e que, em função destas, os agricultores conseguiram adiar a solução de dois problemas da agricultura colonial, ou seja, o problema da fertilidade do solo e do tamanho da área. Assim, em função da adoção de novas tecnologias, que permitiram a intensificação da produção, os agricultores conseguiram garantir a sua sobrevivência numa propriedade cada vez menor e num solo com problemas de fertilidade. Entretanto, esse modelo de modernização foi extremamente seletivo e desigual, não atingindo todos os agricultores, e isso se expressa no aumento das migrações rurais/urbanas que serão analisadas mais adiante.

⁴⁷ Antes da chegada da trilhadeira, o processo de colheita era feito manualmente, com a ajuda de um mangual, ou com a ajuda de animais. Às vezes, os animais eram tratados com as espigas de milho ou feixes de soja, sem serem debulhados (Jungblut, 2000:462).

O fundamental, desse processo de inovação tecnológica, foi o aumento da produtividade e a maior especialização da produção. Isto leva a uma maior mercantilização e integração dos agricultores familiares com o mercado.

3.1.3 O Estado e o Papel do Crédito Agrícola

O processo de modernização da agricultura brasileira somente pode ser efetivamente concretizado em função das políticas agrícolas, sendo fundamental a atuação do Estado nesse processo.

A política agrícola visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infra-estrutura econômica e social, carga fiscal etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infra-estrutura, e de recursos naturais e meio ambiente (Delgado, 2001:23).

Para este autor, numa economia mercantilizada e integrada ao processo de agroindustrialização, a política agrícola condiciona e regulariza as relações de preços de produtos e fatores (terra, mão de obra, meios técnicos e financeiros de produção, etc.), as condições de comercialização e de financiamento, os incentivos e subsídios fiscais concedidos, o padrão técnico adotado, influenciando decisivamente o próprio grau de integração intersetorial e de internacionalização da agricultura.

Para modernizar a agricultura brasileira, o Estado utilizou-se do crédito agrícola, serviços de extensão rural, pesquisa agropecuária e seguro agrícola. Esses instrumentos funcionavam da seguinte forma: a pesquisa criava novas tecnologias para a agricultura; os serviços de extensão rural levavam essas tecnologias para os agricultores; os agricultores só adotavam uma nova tecnologia em função do crédito disponível para financiar os investimentos necessários; a política de preços mínimos garantia um preço adequado na venda dos produtos e o seguro agrícola tinha a função de evitar prejuízos na safra bem como garantir que o agricultor pudesse pagar seus empréstimos.

De acordo com Belik &Paulillo (2001:97):

O crédito agrícola foi o vetor da modernização no Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno do crédito rural gravitavam as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização das matérias-primas do campo. (Grifos nossos).

Para Leite (2001), a política operacionalizada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado em 1965, cumpriu um papel determinante na transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, aumentando a produtividade do setor, consolidando os complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e integrando os capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. "Ao privilegiar produtores (sobretudo grandes), regiões (Centro-Sul do País) e produtos (exportáveis), o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, toda a década de 70 e parcialmente os anos 80" (Leite, 2001:54).

Para analisar o programa de crédito rural, à luz do ajuste econômico brasileiro, Leite (2001) propõe que:

[...] podemos dividir a política de crédito rural no Brasil em dois grandes períodos, a partir da criação do SNCR: um primeiro que abrange o intervalo de 1965 a 1985, e o outro de 1986 a 1997. Os vinte anos iniciais da política de crédito rural caracterizaram-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários. Nota-se ainda a presença significativa do Tesouro Nacional como fonte originária dos recursos e atuação do BB como agente intermediário. No segundo período, dada unificação orçamentária e encerramento da conta movimento junto ao Bacen, estas facilidades se reduziram, como também é reduzida a participação do Tesouro no financiamento do programa. Verifica-se a criação de novos instrumentos de captação de recursos, como a poupança rural e a emissão de títulos privados (p. 55).

Na tabela 06, percebe-se como os agricultores da região tiveram acesso ao crédito agrícola. Primeiro, houve um aumento gradativo dos agricultores com acesso ao crédito, passando de 12,93% para 55,80% em 1980. É interessante observar que, inicialmente, a finalidade principal do crédito era o investimento, provavelmente, com o objetivo de fazer construções (principalmente para a criação de suínos) e comprar máquinas. Já nos anos 1980, a finalidade principal dos financiamentos destinava-se ao custeio da produção, indicando o grande aumento

do consumo intermediário, principalmente de insumos, o que revela uma dependência crescente em relação ao novo padrão tecnológico. Outro dado interessante é o aumento do valor do financiamento que se destinou à comercialização a partir dos anos 1975 e especialmente nos anos 1980. O que se percebe é uma certa troca de prioridades, primeiro infra-estrutura, máquinas e equipamentos, depois custeio, e finalmente a comercialização.

Tabela 06
Evolução dos estabelecimentos com financiamento, finalidade principal e origem dos recursos obtidos no município de Mondáí [atuais municípios de Mondáí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980.

Ano	Estab.	Financiamento (%)	Finalidade principal (% do valor)			Origem (% do valor)	
			Investimento	Custeio	Comercialização	Governo	Outras
1970	2.715	12,93	90,75	4,16	5,09	82,59	17,41
1975	2.892	42,88	55,11	6,31	38,58	94,41	5,59
1980	3.249	55,80	6,89	40,94	52,17	97,24	2,76

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1980.

Enfim, o que interessa reter nesse momento é que a atuação do Estado, principalmente através do crédito subsidiado, foi decisiva na adoção das novas tecnologias pelos agricultores, que com elas, conseguiram resolver, pelo menos em partes, os problemas de fertilidade do solo e do tamanho reduzido da propriedade, conseguindo assegurar a sua reprodução. Nesse sentido, a adoção das novas tecnologias não foi uma estratégia "dos" agricultores, mas fazia parte de um projeto político de desenvolvimento nacional.

3.1.4 Transformações nos Processos Produtivos

Ao analisar os dados sobre a forma de utilização das terras e a evolução da produção animal e vegetal, percebe-se uma especialização crescente na produção, decorrente de uma agricultura cada vez menos diversificada e cada vez mais mercantilizada. Ocorre um abandono progressivo da produção voltada para a subsistência da família, uma vez que ela pode adquirir esses bens no mercado, e por outro lado, a produção se destina cada vez mais "para" o mercado, e conseqüentemente, se especializa em determinados produtos, no caso da região estudada, dá-se destaque para a produção de grãos (soja e milho), fumo, leite, suínos e aves. Pode-se dizer que isto revela o abandono do sistema produtivo colonial que era baseado na policultura.

Na tabela 07, percebe-se algumas transformações importantes sobre a utilização das terras na região e as novas formas de produção dos agricultores. Considerando que os primeiros colonizadores chegaram no início da década de 1920, percebe-se que em 50 anos desmataram mais de 60% das terras. Apesar do progresso tecnológico, o desmatamento não parou, o que evidencia os problemas relacionados com a pulverização fundiária, que acaba obrigando o agricultor a utilizar praticamente toda a área disponível. O cenário começa a mudar um pouco nos anos 1990, com o forte apelo ambiental, principalmente no que se refere à legislação. O reflorestamento com variedades exóticas, passa a se apresentar também, como uma estratégia produtiva, havendo um incremento na área de mata plantada. Apesar disso, no município de Iporã d' Oeste, a área ocupada com matas (nativas e plantadas) não chega aos 6% e a área ocupada com lavoura quase atinge 70%, indicando uma superexploração da propriedade.

Tabela 07
Evolução da utilização das terras no município de Mondai [atuais municípios de Mondai, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Lavoura				Pastagem				Mata				Produtiva não utilizada		Total (ha)		
	Permanente		Temporária		Em descanso		Natural		Plantada		Natural		Plantada			ha	%
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%			
1970	944	2	15.674	39	*	*	75	0	4.587	12	15.054	38	28	0	3.574	9	39.936
1975	55	0	20.125	45	2.552	6	338	1	5.517	12	14.365	32	130	0	1.992	4	45.074
1980	405	1	29.555	60	765	1	376	1	6.205	13	9.372	19	563	1	1.810	4	49.051
1985	871	2	28.533	60	2.010	4	796	2	6.591	14	7.112	15	644	1	1.212	2	47.769
1995	1.993	4	23.076	48	1.341	3	3.642	7	7.557	16	6.601	14	2.233	5	1.575	3	48.018

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

*O Censo Agropecuário de 1970 não separava as terras em descanso das terras produtivas não utilizadas.

Outro aspecto importante, é o declínio da área ocupada com lavoura temporária a partir de 1985, o que está diretamente ligado ao abandono progressivo de culturas tradicionais como o milho e a soja. A diminuição das lavouras temporárias também está relacionada com as novas atividades de produção. Como é o caso da produção de leite, o que pode ser evidenciado com o aumento da área com pastagens plantadas, bem como, um incremento na produção de suínos entre os anos de 1975 e 1980, conforme se pode perceber na tabela 11.

Na tabela 08 é apresentada a evolução das principais culturas econômicas da região. Pode-se perceber que o milho sempre foi a principal cultura produzida pelos agricultores, ocupando, em média, aproximadamente 65% da área de lavoura, ou ainda, em torno de 34% da área agrícola da região (tabela 09). Outro

dato importante, é o aumento expressivo da produção de fumo a partir dos anos 1985, constituindo-se numa importante estratégia produtiva para grande parcela dos produtores. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995, no município de Iporã d' Oeste, o fumo era plantado por 47% dos agricultores, sendo que para aproximadamente 27% constitui-se na atividade econômica principal do estabelecimento. Já no caso do milho, apesar de ser plantado em quase 93% dos estabelecimentos, somente em 8% é a atividade econômica principal.

Tabela 08
Evolução da produção agrícola no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Feijão			Fumo			Milho			Soja		
	ha	ton	Kg/ha	ha	ton	Kg/ha	ha	ton	Kg/ha	ha	ton	Kg/ha
1970	2.106	1.719	816	-	-	-	9.264	20.549	2.218	2.883	2.374	823
1975	2.400	2.419	1.008	1.117	1.013	907	13.024	39.124	3.005	7.353	9.823	1.336
1980	2.098	1.313	626	786	239	304	21.668	54.811	2.530	9.844	8.187	832
1985	4.093	2.508	613	581	601	1.034	20.052	51.448	2.566	7.314	6.748	923
1995	4.053	3.133	768	2.253	2.904	1.289	14.617	31.335	2.144	634	791	1.248

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Ainda podem ser apontados outros dois aspectos importantes sobre a produção agrícola da região. A área cultivada com milho e soja vem se reduzindo gradativamente a partir de 1980, o que está diretamente ligado com a redução dos rendimentos dessas culturas e a busca de alternativas produtivas pelos agricultores, especialmente a produção de leiteira, suínos e aves. O outro aspecto, refere-se a queda na produtividade do milho, feijão e soja a partir de 1975, o que parece indicar um certo esgotamento do solo da região, e principalmente, o aumento da integração às agroindústrias na produção de suínos. O fumo, ao contrário, teve um incremento significativo na sua produtividade, o que pode ser explicado pelo fato de que este vem acompanhado de um pacote tecnológico mais completo, o que não ocorreu, com a mesma intensidade, com o milho e muito menos com a produção de feijão.

Tabela 09
Evolução da área total, área de lavoura e área das principais culturas no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Área Total (ha)	Lavoura temporária		Feijão		Fumo		Milho		Soja	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
1970	39.936	15.674	39	2.106	13,4	-	-	9.264	59,1	2.883	18,4
1975	45.074	20.125	45	2.400	11,9	1.117	5,5	13.024	64,7	7.353	36,5
1980	49.051	29.555	60	2.098	7,1	786	2,7	21.668	73,3	9.844	33,3
1985	47.769	28.533	60	4.093	14,3	581	2,1	20.052	70,3	7.314	25,6
1995	48.018	23.076	48	4.053	17,6	2.253	9,8	14.617	63,3	634	2,7

Lavoura temporária (% da área total); culturas (% da área de lavoura temporária).

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Na tabela 10, pode-se acompanhar o comportamento desses cultivos durante os anos 1990 na Microrregião de São Miguel do Oeste⁴⁸. Percebe-se que o cultivo de feijão sofre um abandono crescente e sua produtividade é muito oscilante de um ano para o outro. No caso do fumo, há uma pequena redução na área plantada, o que pode ser explicado pelo incremento na produtividade dessa cultura. Já o cultivo da soja e do milho continua reduzindo, entretanto, essa redução na área plantada é acompanhada por um aumento considerável na produtividade, que ultrapassa os 100% na soja e chega aos 50% no milho. Dentre os possíveis responsáveis pelo abandono do cultivo da soja, pode-se destacar os problemas relacionados com o controle de ervas daninhas e a perda da fertilidade do solo, uma vez que a soja, geralmente, era cultivada na entrelinha da cultura do milho, e a maioria dos agricultores, não fazia um uso intenso de tecnologias como em outras regiões, especialmente no Centro-Oeste do país. Atualmente a soja é cultivada em poucas propriedades, entretanto, com uma alta produtividade.

Tabela 10
Principais cultivos da MRG⁴⁹ de São Miguel do Oeste, Santa Catarina na década de 1990.

Ano	Feijão			Fumo			Milho			Soja		
	ha	ton	Kg/ha	ha	ton	Kg/ha	ha	ton	Kg/ha	ha	ton	Kg/ha
90	33.190	18.273	551	5.667	8.499	1.500	158.880	424.198	2.670	72.600	84.385	1.162
91	29.770	13.839	465	6.767	10.552	1.559	144.100	202.082	1.402	39.950	25.341	634
92	30.540	24.857	814	9.861	17.597	1.785	165.720	489.766	2.955	23.330	34.446	1.478
93	20.425	11.970	586	14.016	20.391	1.455	165.285	507.780	3.072	16.500	26.159	1.585
94	20.995	17.892	852	12.229	20.256	1.656	169.560	506.871	2.989	14.460	23.625	1.634
95	23.210	17.981	775	8.741	11.723	1.341	171.260	604.692	3.531	12.205	22.016	1.804
96	22.840	13.033	571	9.922	15.413	1.553	159.400	362.639	2.275	12.860	26.286	2.044
97	17.720	12.893	728	11.057	18.010	1.629	118.720	403.738	3.401	11.870	27.442	2.312
98	16.062	5.389	336	12.434	13.819	1.111	122.900	332.106	2.702	12.675	26.541	2.094
99	13.675	10.453	764	10.351	18.356	1.773	119.100	439.331	3.688	12.425	28.123	2.263
00	10.100	8.742	865	9.569	17.245	1.802	126.700	510.000	4.025	10.295	25.087	2.437

Fonte: ICEPA/SC.

No que se refere à produção animal, analisando-se os dados da tabela 11, merece atenção especial o caso da atividade leiteira. Isso deve-se ao fato de que o processo de produção de suínos sofreu uma intensa concentração à partir dos anos 1985, sendo que a produção de leite se colocou como uma das principais

⁴⁸ Chama-se a atenção para o fato de que nas tabelas 10 e 12, utiliza-se dados referentes à microrregião de São Miguel do Oeste, que compreende os municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina. No gráfico 01, os dados são referentes ao Oeste Catarinense. Essa alteração na base de dados justifica-se pelo fato de que não foi possível obter esses dados para o município de Iporã d' Oeste.

⁴⁹ Microrregião geográfica: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã d' Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Riqueza, Romelândia, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

atividades produtivas para a maioria dos agricultores. Isso fica bem evidenciado quando se observa os dados referentes ao rebanho bovino, que entre os anos 1985 e 1995 sofre um incremento de mais de 45%. Pelo aumento, quase na mesma proporção, do número de vacas ordenhadas, pode-se dizer que, a maior parte desse rebanho que aumentou, foi com vacas destinadas à produção de leite. A produção de leite também teve um grande aumento, bem como a sua produtividade, chegando a quase 2.000 litros por vaca/ano, que é resultado das inovações tecnológicas, especialmente genéticas, no caso da inseminação artificial, e no melhoramento de pastagens. Essa passagem para a atividade leiteira também é sinal do esgotamento da fertilidade do solo para as culturas tradicionais como o milho e a soja.

Tabela 11
Evolução da produção animal no município de Mondai [atuais municípios de Mondai, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Bovinos				Suínos	Aves
	Rebanho	Vacas ordenhadas	Produção (mil litros)	Produtividade (l/vaca/ano)		
1970	16.580	4.103	5.446	1.327	57.019	149.831
1975	22.093	4.997	5.958	1.192	78.911	216.082
1980	25.608	5.753	8.575	1.490	95.120	218.072
1985	29.796	6.357	8.451	1.487	66.374	390.464
1995	43.593	10.145	19.286	1.901	70.705	1.171.000

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

A produção de suínos sofre uma redução a partir do ano de 1985, em função do processo de concentração e intensificação da produção, mas logo em seguida, mesmo com menos produtores, a microrregião de São Miguel do Oeste continua aumentando o plantel (tabela 12). No caso das aves, fica bem evidente o incremento da produção a partir de 1985, constituindo-se numa nova atividade produtiva, entretanto, possível para poucos agricultores, geralmente aquelas mais capitalizados.

Tabela 12
Produção animal na MRG de São Miguel do Oeste, SC.

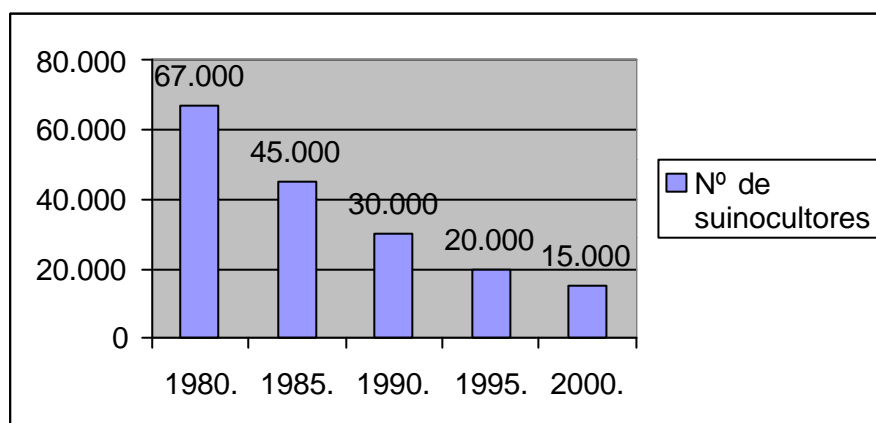
Anos	Bovinos				Suínos	Aves
	Rebanho	Vacas ordenhadas	Produção (mil litros)	Produtividade (l/vaca/ano)		
1985		42.000	61.030	1.453	432.400	2.729.300
1990	189.607	56.457	80.062	1.418	456.501	4.387.785
1991	246.272	68.346	89.063	1.303	448.258	5.003.831
1992	225.994	64.954	87.453	1.346	437.304	4.935.383
1993	208.061	64.686	92.326	1.427	441.955	5.036.879
1994	206.400	63.320	86.546	1.367	446.075	-
1995	220.651	70.038	97.118	1.387	503.679	-
1996	310.500	67.648	128.612	1.901	530.600	16.149.000

Fonte: Instituto Cepa/SC.

A atuação dos Complexos Agroindustriais (suínos e aves) fica bem evidente nos dados da tabela 11. Percebe-se que no período de 1970 até 1985, ocorre um grande aumento na produção de suínos. Já entre os anos de 1985 e 1995, a produção de aves triplicou.

Esses dados, da produção animal e vegetal, evidenciam a crescente especialização da produção em função do processo mais geral de modernização da agricultura brasileira. Isso pode ser melhor visualizado no caso da produção de suínos, onde houve um processo de concentração e intensificação. Apesar da crescente redução no número de suinocultores (gráfico 01) não houve uma redução substancial na produção (tabela 10), e nos últimos dez anos, inclusive, aumentou (tabela 11).

Gráfico 01
Número de suinocultores na região Oeste de Santa Catarina no período de 1980 a 2000.



Fonte: Adaptado de Testa *et al.* (1996:23) e Bach (2001:64).

Conforme pode-se ver no gráfico 01, esse processo de concentração da produção foi muito intenso, sendo que num período de vinte anos, entre 1980 e 2000, houve uma diminuição de aproximadamente 80% no número de suinocultores, sem com isso, reduzir a quantidade de animais produzidos, uma vez que, graças ao progresso tecnológico na atividade, houve um processo de intensificação da produção, que permitiu concentrar a produção em poucas propriedades (figura 10).

Figura 10
Suinocultura moderna I.



Na foto, instalação para terminação de suínos, quase totalmente automatizada, evidenciando o uso de alta tecnologia e a especialização da atividade. Fonte: pesquisa de campo.

Figura 11
Suinocultura moderna II.



Na foto, a central de inseminação de uma propriedade de criação de leitões, com um plantel de 300 matrizes. Evidências da alta tecnologia, da especialização, da concentração e intensificação da suinocultura. Fonte: pesquisa de campo.

Para se ter uma idéia de como esse processo foi intenso, basta lembrar que anteriormente, praticamente todos os colonos possuíam uma ou duas criadeiras, sendo a suinocultura uma importante fonte de renda. Atualmente, essa atividade é muito especializada e está concentrada em poucas propriedades. Comparando o número de suinocultores e o número de estabelecimentos agrícolas da região Oeste de Santa Catarina, percebe-se que até 1980, praticamente em todas as propriedades havia a criação de suínos. Atualmente, essa ocorre somente em 17% das propriedades. Um exemplo dessa situação, foi que, em uma das propriedades visitadas, havia um plantel de 300 criadeiras destinadas à criação de leitões. Do ponto de vista tecnológico, um dos aspectos mais impressionantes desta propriedade, é que contava com um laboratório de inseminação artificial (figura 11). A pergunta que fica é quantas propriedades esta granja, de um agricultor, está substituindo?

3.1.5 O Aumento da Produtividade

De todo esse processo de modernização da agricultura brasileira, um dos principais impactos foi o aumento da produtividade, conforme pode ser visto na tabela 13. No que se refere às principais culturas vegetais, destaca-se que, o milho, o fumo e a soja, obtiveram um grande aumento na sua produtividade, com maior expressão no caso da soja, mais impactada pelo pacote tecnológico, principalmente no que se refere ao financiamento da produção e variedades de sementes melhoradas geneticamente. O caso do feijão⁵⁰ é diferente pois, o que acontece geralmente, é que o seu cultivo era e é feito em áreas desmatadas e queimadas, sem a utilização de fertilizantes químicos. Assim, a queda na produtividade parece indicar uma diminuição na fertilidade natural do solo, provocada pelo curto tempo de pousio, ou seja, atualmente, muitos agricultores plantam feijão em áreas onde existiam somente "capoeiras", sendo que a fertilidade natural ainda não teve tempo para se recompor.

⁵⁰ Como foi visto anteriormente, o processo de modernização era seletivo também no que se referia aos produtos, sendo voltado, principalmente, para a soja e o milho.

Tabela 13
Evolução dos índices de produtividade no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995.

Ano	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Leite
1970	100,00	-	100,00	100,00	100,00
1975	123,53	100,00	135,48	162,33	89,83
1980	76,72	33,52	114,07	101,09	112,28
1985	75,12	114,00	115,69	112,15	112,06
1995	94,12	142,12	96,66	151,64	143,25
2000*	106,00	198,68	181,47	296,11	-

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

* Dados referentes à Microrregião de São Miguel do Oeste, conforme ICEPA/SC.

O aumento da produtividade do leite está relacionado ao progresso tecnológico na atividade, especialmente no que se refere à genética dos animais (inseminação artificial) e alimentação. No caso dos suínos e aves, conforme visto anteriormente, a redução do número de produtores não se refletiu em uma redução da produção e da produtividade.

O que se percebe, com todo esse processo de modernização da agricultura, é que ocorre o fim do sistema produtivo colonial, pois abandona-se o sistema de rotação de terras, se introduz novas tecnologias produtivas, e principalmente, ocorre a especialização produtiva em algumas atividades e, por outro lado, a agricultura familiar integra-se, cada vez mais, aos mercados.

3.2 A MERCANTILIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Até aqui, viu-se que o processo de modernização da agricultura brasileira estava inscrito numa política mais geral de desenvolvimento do país. Seu objetivo era aumentar a produtividade, e para tal, centrou-se na mudança da base tecnológica da produção. Constatou-se que este aumento na produtividade foi alcançado. Entretanto, é preciso indagar-se sobre os impactos sócio-econômicos que esse processo teve sobre a agricultura familiar da região Oeste de Santa Catarina.

A mercantilização é um sinal da crescente integração da agricultura familiar à divisão social do trabalho. Ela revela que existe uma diferenciação da agricultura familiar em relação à agricultura colonial, conforme será analisado em seguida.

3.2.1 Especialização Produtiva e Internalização do Progresso Técnico

Uma vez que o aumento da produtividade foi alcançado, seria de se esperar que este processo de transformação tecnológica alteraria, também, a situação econômica dos agricultores. Entretanto, isto não ocorreu por dois motivos: a queda dos preços agrícolas e o aumento do consumo intermediário.

A queda dos preços dos produtos agrícolas pode ser evidenciada na tabela 14 e no gráfico 02. Percebe-se que, historicamente, há uma redução dos preços praticados. Nos dois produtos mais tradicionais da região, o milho e o suíno, essa redução nos preços pagos passa dos 50% no período de 1975-2000. O caso mais evidente é do leite, que teve uma redução na ordem de 75%. O fumo é que teve a menor redução e, talvez seja por essa razão, que atualmente é uma das principais atividades a gerar alguma renda para a um grande número de agricultores.

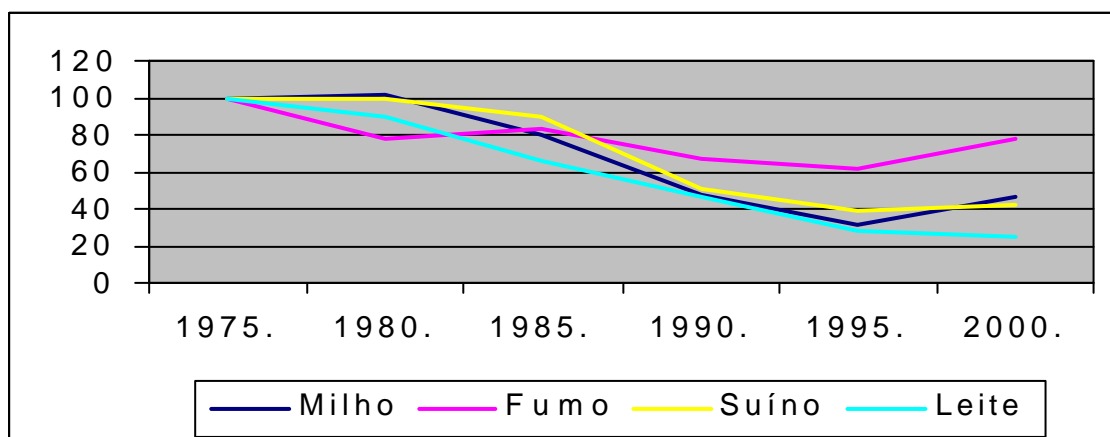
Tabela 14
Evolução dos preços dos principais produtos agropecuários em Santa Catarina nos anos de 1975, 1980, 1985, 1995 e 2000.

Ano	Milho		Fumo		Suíno		Leite	
	R\$	Índice	R\$	Índice	R\$	Índice	R\$	Índice
1975	24,22	100,00	43,20	100,00	2,55	100,00	0,76	100,00
1980	24,59	101,53	33,45	77,43	2,55	100,00	0,68	89,47
1985	19,33	79,81	36,15	83,68	2,28	89,41	0,50	65,79
1990	11,63	48,02	29,10	67,36	1,30	50,98	0,35	46,05
1995	7,59	31,34	26,55	61,46	0,98	38,43	0,22	28,95
2000*	11,15	46,04	33,75	78,12	1,08	42,35	0,19	25,00

Fonte: Adaptado de EPGRI, *Acompanhamento e análise dos preços agrícolas (1972-1997)*. Valores atualizados pelo IGP de agosto de 1997.

* Dados do INSTITUTO CEPA/SC.

Gráfico 02
Evolução do índices de preços dos principais produtos agropecuários em Santa Catarina nos anos de 1975, 1980, 1985, 1995 e 2000*.



Fonte: Tabela 14.

Se por um lado os preços dos produtos foram diminuindo cada vez mais, as despesas do agricultor para produzir também aumentaram, em função do aumento do consumo intermediário, que refere-se aos insumos de produção, conforme pode-se verificar na tabela 15. De acordo com Kageyama *et al.* (1990:120):

O processo de modernização pode ser visualizado pela elevação do consumo intermediário na agricultura, que indica a crescente dependência da agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias. O consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho). Inclui as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens e outros itens que possam ser considerados matérias-primas ou insumos produtivos.

Tabela 15
Evolução das despesas* dos agricultores no município de Mondaí [atuais municípios de Mondaí, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1995.

Tipos de despesas	Ano			
	1970	1975	1980	1995
Salário	1,46	4,31	5,57	2,52
Quota-parte da produção entregue à parceiros	0,40	0,76	1,00	0,35
Arrendamentos de terras	1,84	5,92	6,92	1,68
Azubos e corretivos	1,09	7,80	7,27	9,63
Sementes e mudas	0,98	4,26	5,22	3,23
Agrotóxicos	0,41	1,88	2,58	3,60
Alimentação para animais (ração, sal e outros)	8,98	23,72	41,90	56,17
Medicamentos para animais	2,39	4,40	3,96	2,33
Serviços de empreitada	1,60	3,62	1,50	0,41
Juros e despesas bancárias	1,42	9,85	9,73	1,11
Impostos e taxas	2,60	7,41	3,98	1,18
Aluguel de máquinas e equipamentos	-	0,67	1,37	0,69
Transporte da produção	-	0,25	0,12	0,46
Energia elétrica	-	-	0,86	2,97
Combustíveis e lubrificantes	-	-	6,12	2,47
Sacaria e outras embalagens	-	-	0,05	0,03
Ovos fertilizados e pintos de um dia	-	-	-	8,09
Outras despesas	76,80	25,10	3,47	3,06

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 até 1995.

*Os valores são porcentagens em relação ao valor total das despesas.

Na tabela 15, percebe-se claramente que houve a adoção do pacote tecnológico, uma vez que há um aumento considerável das despesas com adubos, corretivos, sementes e agrotóxicos, que, se por um lado, permitiram ganhos de produtividade, por outro, aumentaram as despesas dos agricultores. Um outro dado interessante é o valor que representa a ração para os animais. O que aconteceu foi uma crescente substituição do sistema em que o agricultor mesmo produzia o milho para o consumo dos animais (suínos) e, atualmente, quase toda a ração é fornecida

pela empresa. Esse aumento no custo da alimentação animal, também se deve ao fato da concentração e intensificação da produção de suínos, uma vez que fica difícil, numa propriedade tão pequena e com os solos já esgotados, produzir o alimento suficiente para tantos animais. Assim, as empresas integradoras querem um agricultor cada vez mais especializado, no limite, um "tratador de porcos". Esse aumento do custo com a alimentação para animais, fica bem evidente na tabela 15, sendo que em 1970, quando o agricultor ainda produzia a maior parte do milho, representava somente 8,98%. Já em 1995, esse custo chega aos 56,17%.

Um outro dado que é interessante observar nesta tabela, é que o aumento do consumo intermediário, através da aquisição de insumos industriais, como adubos, sementes, agrotóxicos, aumenta justamente entre os anos de 1975 e 1980, onde havia a disponibilidade de crédito agrícola. O acesso ao crédito pode ser evidenciado uma vez que as despesas com juros bancários quase chega à 10% nesse mesmo período.

É interessante observar como, essa noção de queda nos preços e aumento do consumo intermediário, está presente nas falas dos agricultores entrevistados, quando questionados sobre quais as principais mudanças nos últimos 30 anos. Eles destacam que essa nova maneira de produzir, exige sempre uma soma de dinheiro para adquirir os insumos. Por outro lado, reconhecem que a penosidade do trabalho diminuiu, mas isto possui um custo, que acaba reduzindo a sua renda.

Tudo é difícil porque o dinheiro não alcança mais nada. Isso é o problema. Um pouquinho de dinheiro não chega mais para plantar essas coisas. Precisa sempre de dinheiro para viver e para plantar. Isso não chega mais nada. Isso tudo é muito caro o que tu compra. E o que tu vende não ganha nada (Entrevista 10).

O lucro diminuiu bastante na agricultura, e quem fica com ele são as agroindústrias que não repassam para os agricultores (Entrevista 06).

É mais confortável trabalhar hoje. Só que daí eleva mais o custo com energia elétrica, combustível, veneno e adubo (Entrevista 13).

Entretanto, apesar do processo de modernização não ter alterado significativamente a renda dos agricultores, modificou profundamente as características desta agricultura familiar. Em primeiro lugar, o que se observa, é uma crescente especialização da produção, onde o colono torna-se um agricultor familiar,

ou profissional, conforme diz Abramovay (1992). De acordo com o exposto no capítulo 1, o que caracteriza a agricultura familiar é o trabalho familiar, a propriedade da terra, a administração da propriedade pela família, e principalmente, a integração mercantil, que marca profundamente a diferenciação em relação à agricultura colonial.

Isso não quer dizer que esses agricultores abandonem completamente a produção de subsistência, entretanto, a finalidade principal da produção é o mercado, e essa produção para o mercado é que (re)orienta o processo produtivo para atividades especializadas. O caso mais típico talvez seja o da suinocultura, onde inicialmente, todas as etapas de criação eram feitas na mesma propriedade, que ainda produzia todo o alimento dispensado aos animais. Atualmente, praticamente toda a alimentação vem das agroindústrias e existem propriedades especializadas em criar leitões e outras, somente em fazer a engorda desses animais.

3.2.2 A Mercantilização e a Integração Agroindustrial

A integração crescente dos agricultores aos mercados, tanto para comprar como para vender suas mercadorias, como foi visto anteriormente, é responsável por uma transformação radical, mercantilizando a agricultura familiar. A compra não se limita somente aos insumos agrícolas, mas também a toda uma gama de produtos que antes eram produzidos pelos colonos, e que agora, necessitam ser adquiridos fora da propriedade.

No caso da produção de suínos, frangos e fumo, a relação do agricultor com o mercado ocorre através do sistema de integração com as agroindústrias. De acordo com Jungblut, (2000), o sistema de integração funciona da seguinte maneira. No caso dos frangos, o agricultor entra com o galinheiro, os equipamentos, a energia, a maravalha e a mão-de-obra. A empresa fornece os pintos, os remédios, a ração e dá assistência técnica. O frango é de propriedade da empresa. O criador é obrigado a seguir as orientações dadas pela empresa via técnico, o qual representa o único canal de contato entre as partes. Existe uma obrigação, por parte do integrado em produzir e vender o frango para a empresa, mas esta tem um compromisso não documentado de comprar a produção. O criador não tem poder de

decisão. O preço é ditado pela empresa, calculado segundo uma equação técnica formulada somente pela empresa, jamais vista por algum integrado.

No caso dos suínos, existem duas modalidades de integração. O fomento, onde os criadores entram com o chiqueiro, os remédios, os reprodutores, as matrizes, equipamentos e mão-de-obra. A empresa participa com assistência técnica e ração. Existe um compromisso não assinado da empresa em comprar os leitões, mas o criador é obrigado a vender os leitões para a empresa. A outra modalidade é a integração terminal, em que o produtor integrado recebe leitões de 60 dias para engordá-los. Para tal recebe o leitão, o concentrado e os demais ingredientes para o preparo da ração e a assistência técnica. O agricultor tem a obrigação de entregar o suíno pronto à empresa, mas esta não tem a mesma obrigação, observa apenas o compromisso. Os contratos de integrados – fumo, frango e suínos – parece que são assinados pelo agricultor e alguém não identificável e vigora enquanto a empresa tiver interesse em mantê-lo (Jungblut, 2000).

No que se refere ao papel desempenhado pelos Complexos Agroindustriais (CAIs) na região, pode-se destacar duas fases quanto à evolução da relação de integração dos agricultores com as agroindústrias. Na primeira fase, que vai até 1980, há uma convergência de interesses entre o setor agroindustrial e os produtores familiares, ocorrendo uma grande incorporação de produtores devido ao aumento da demanda interna. Na segunda fase, após 1980, ocorre a articulação agroindustrial que visa intensificar a produção, sendo que a ampliação do mercado de carnes e derivados não mais se deu via aumento do número de produtores como na fase anterior, mas pela sua diminuição. De acordo com Testa *et al.* (1996:190), esta diminuição foi possível pelo aumento da produção própria das agroindústrias, pelo aumento da escala de produção e a implementação de sistemas especializados de produção de suínos. O segundo período é marcado, também, pela maior exigência do mercado interno e ampliação da importância do mercado externo, que repercute na produção familiar, diminuindo o número de produtores integrados às agroindústrias.

Já no caso da avicultura industrial, esta data do início dos anos 1970 e suas características são distintas da suinocultura. A avicultura foi introduzida pelas agroindústrias a partir da adaptação do pacote tecnológico, trazido do mercado

nacional e internacional, não havendo uma ruptura na substituição do padrão tecnológico como aconteceu com a suinocultura. Algo semelhante aconteceu com a produção de fumo, também acoplado a um pacote tecnológico da indústria fumageira.

Esta reestruturação agroindustrial acabou exigindo uma maior especialização da produção familiar. De acordo com Testa *et al* (1996:193):

Na primeira etapa do processo de desenvolvimento da região a expansão da agroindustrialização se deu a partir do potencial de produção e de expansão da agricultura familiar diversificada, enquanto na segunda as agroindústrias têm voltado sua atenção ao produto específico. Para isto, já em meados dos anos 80, boa parte das agroindústrias adotaram ou estão adotando a especialização como forma de produção de matérias-primas (suínos) e busca de economias de escala. Assim, a nova situação coloca em cheque a forma de organização da produção diversificada voltada à subsistência e ao mercado.

Se do ponto de vista econômico, a modernização da agricultura não alterou significativamente a renda dos agricultores, ela alterou várias outras características. Entre elas, destaca-se a especialização produtiva, a relação com o mercado, o acesso às políticas públicas, enfim, uma agricultura que, aos poucos, aumenta os seus graus de mercantilização, o que torna a sua reprodução, cada vez mais, subordinada e dependente das relações que estabelece com o mercado, tanto para adquirir os insumos para a produção como para a venda de suas mercadorias, conforme destacou-se no capítulo 1, com base no conceito de mercantilização de Ploeg (1992).

3.2.3 A Mercantilização e a Diferenciação Social da Agricultura Familiar

Do ponto de vista sócio-cultural, os resultados desse processo de transformação da base econômica produtiva estão relacionados com a diferenciação social (figuras 12 e 13), transformações na família, alterações na sociabilidade e mudanças na demografia, intensificando processos migratórios. Essas transformações são efeitos da mercantilização e representam a nova dinâmica da vida social da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina.

Figura 12
Diferenciação social I.



Família numerosa e extremamente pobre. A propriedade (12,1 ha) não consegue garantir a reprodução social da família. Falta água para o consumo. O acesso é difícil e o relevo é bastante acidentado com um solo pedregoso. Fonte: pesquisa de campo.

Figura 13
Diferenciação social II.



Nessa propriedade, apesar de pequena (12,1 ha), vivem duas famílias, que garantem a sua reprodução social graças à integração agroindustrial (aves, fumo e leite). O acesso é mais fácil e a terra é relativamente plana.

O processo de modernização da agricultura, extremamente seletivo, do ponto de vista das regiões, produtos e produtores, acentua a diferenciação social e econômica entre os produtores. Na região Oeste Catarinense, esteve diretamente ligado aos produtores que já estavam melhor financeiramente e que estavam integrados às agroindústrias. Esta, por sua vez, continua selecionando os melhores produtores e concentrando, cada vez mais, a produção, graças aos avanços constantes no progresso tecnológico, especialmente no que se refere à criação de suínos e aves. Nesse sentido, de acordo com Graziano da Silva (1999), em função do processo de mudanças tecnológicas os agricultores seriam obrigados a entrar numa espécie de "corrida tecnológica", sendo que desse fenômeno pode resultar a diferenciação da unidade familiar no sentido ascendente (mais rica) ou descendente (mais pobre).

O que se percebe é que os impactos, resultantes do processo de modernização da agricultura, foram extremamente desiguais. Apesar de toda a tecnologia existente, foi possível evidenciar casos bem extremos, como por exemplo na produção de milho, onde pode-se encontrar, de um lado, famílias extremamente pobres, que praticamente não fazem uso de fertilizantes químicos, realizando todo o trabalho com força humana e animal, obtendo uma produtividade de aproximadamente 50 sc/ha. De outro lado, propriedades utilizando integralmente as inovações tecnológicas, como sementes, adubos químicos, agrotóxicos, máquinas, obtendo uma produtividade superior a 100 sc/ha, onde a família pode se dar certos confortos, como automóvel, telefone, e outros.

No que se refere à família, destaca-se as mudanças nas formas de herança e acesso ao patrimônio. Historicamente, a forma de acesso à terra na região se dava de duas maneiras: pela compra das companhias colonizadoras e pela herança. Analisando os dados da tabela 16, pode-se perceber que a condição de proprietário da terra, historicamente, é predominante, sendo pouco expressivas as condições de arrendatário, parceiro e ocupante.

Tabela 16
Evolução da condição do produtor no município de Mondai [atuais municípios de Mondai, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995

Ano	Número total de Estabelecimentos	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		N	%	N	%	N	%	N	%
1970	2.715	2.150	79,19	223	8,21	158	5,82	184	6,78
1975	2.892	2.390	82,64	178	6,15	149	5,15	175	6,05
1980	3.249	2.610	80,33	237	7,29	228	7,02	174	5,35
1985	3.597	2.741	76,20	288	8,01	334	9,28	234	6,50
1995	3.409	2.907	85,27	308	9,03	58	1,70	109	3,20

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 a 1995.

Quanto ao acesso à terra pela herança, conforme visto no capítulo 2, haviam duas formas predominantes entre os colonos, a herança por partilha total e a herança sem partilha. O sistema de herança por partilha total gerou a pulverização da estrutura fundiária, dificultando a reprodução social das famílias. O que se percebe na pesquisa de campo é que estes sistemas ainda existem, mas sofreram algumas modificações. O que acontece é que as propriedades já são excessivamente pequenas, além do mais, a maioria dos filhos já não vive mais na propriedade e nem todos querem continuar na agricultura. Assim, encontraram-se duas situações. Na primeira, no sistema de herança por partilha total, a terra é dividida proporcionalmente entre os filhos, e aquele que é agricultor e pretende continuar na propriedade, paga a terra aos demais que já não moram mais ali. Assim, apesar de ser um sistema de herança por partilha, garante a integridade da propriedade. Na segunda situação, no sistema de herança sem partilha, os demais filhos "abrem mão" da sua parte na herança para aquele filho(a) que assume o compromisso de "cuidar dos pais", já que estes estão em idade avançada e precisam de cuidados, e geralmente, a maioria dos filhos já não vive mais ali.

A questão do não apego à terra, descrita por Waibel (1949; 1955) no capítulo 2, parece não ter a mesma relevância atualmente. Devido ao grande capital imobilizado, especialmente nas construções destinadas à criação de aves e suínos, bem como os equipamentos, a família acaba valorizando muito mais a terra ou propriedade, uma vez que não é fácil desfazer-se de tudo e migrar para a cidade. Assim, o valor imobilizado na terra acaba tendo um peso considerável na tomada de decisões da família. Essa situação ficou bem evidente no depoimento do filho de um agricultor, produtor de suínos, com mais de 300 matrizes, quando indagado sobre as pessoas que estavam trabalhando na propriedade:

Olha, hoje estamos trabalhando em seis aqui na propriedade. Tem um que vai sair agora, aí tem que reflorescer de novo, ajudar a ter alguém para que ajude fazer o serviço porque essa coisa que tá aí, construção, deixar tudo aí sem alguém para ajudar a fazer o serviço aí é ruim. (Entrevista 05).

Até aqui, já foram apontadas algumas transformações, ou efeitos da modernização da agricultura e da mercantilização, como a diferenciação social e mudanças nos mecanismos de herança. Agora, será analisado um dos outros efeitos ou resultados desse mesmo processo social, ou seja, a migração.

Considera-se a migração como uma importante estratégia de reprodução familiar. Primeiramente, até meados da década de 1960, as migrações rurais/rurais em função da existência de uma fronteira agrícola para ser ocupada. No período posterior, ganham maior ênfase, as migrações rurais/urbanas, tendo em vista, principalmente, o processo de desenvolvimento urbano-industrial do país a partir da década de 1950, demandante de muita mão-de-obra.

Tabela 17
Aspectos da evolução demográfica no município de Mondai [atuais municípios de Mondai, Riqueza e Iporã d' Oeste] nos anos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Ano	População total	Urbana		Rural		Média de pessoas por estabelecimento agrícola	Densidade demográfica**
		N	%	N	%		
1950	5.300	657	12,40	4.643	87,60	-	08,98
1960	11.861	2.027	17,09	9.834	82,91	7,28	20,10
1970	19.056	2.577	13,52	16.479	86,48	6,74	32,30
1980	23.914	5.323	22,26	18.591	77,74	5,72	40,53
1991	24.154	6.692	27,70	18.462	72,30	4,71*	40,94
2000	21.762	8.161	37,50	13.601	62,50	4,71*	36,88

* Para se ter uma idéia dos anos 1990-2000, este valor foi calculado de acordo com a média entre a população de 1991 e 2000 dividido pelo número de estabelecimentos agrícolas de 1995. No município de Iporã d' Oeste, a média de pessoas por estabelecimento agrícola no ano de 2000 é de 4,58.

** Os três municípios somam uma área de 590 Km², sendo Mondai com 215 Km², Riqueza com 191 Km² e Iporã d' Oeste com 184 Km².

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2000.

No que se refere à evolução demográfica da região, com base nos dados da tabela 17, pode-se destacar algumas características marcantes. Primeiramente, um grande aumento na população total entre as décadas de 1950 e 1970, praticamente dobrando a população em cada período de dez anos, o que provavelmente pode ser explicado pelo movimento migratório de ocupação da região, sendo que a fronteira agrícola se fecha ainda nos anos 1960. Outro aspecto considerável é o tamanho das famílias, uma vez que, não se fazia presente o controle de natalidade, haviam terras disponíveis e a necessidade de braços para

trabalhar era muito grande.

O declínio do número de pessoas, por estabelecimento agrícola, pode estar relacionado à migração de parte da família, bem como, com a redução do número de filhos. De acordo com as entrevistas realizadas, o número de filhos de uma família, nas décadas passadas, girava em torno de 10 ou mais, atualmente é de 2 a 4. Essa redução pode ser explicada por vários fatores, como o maior acesso às informações, como a escola, rádio, televisão; os recursos contraceptivos; o progresso tecnológico que dispensa a necessidade de tantos braços para o trabalho, bem como as próprias dificuldades de sustentar e garantir o futuro de tantos filhos⁵¹.

Aqui é interessante retomar a variável demográfica de Chayanov (1974), expressa na tabela 17 pela coluna da média de pessoas por estabelecimento. Para este autor, é a composição e o tamanho da família que determinam o montante de força de trabalho na unidade econômica camponesa, ou nesse caso, da unidade colonial. Assim, as famílias dos colonos eram numerosas para garantir a força de trabalho necessária para a sua reprodução. Entretanto, com os avanços tecnológicos, aumenta a produtividade do trabalho, o que dispensa a necessidade de muitas pessoas para trabalhar. Daí podem resultar dois efeitos: a redução do número de filhos ou a migração de parte da família.

Outro aspecto, que merece atenção, é o crescimento negativo da população à partir da década de 1990, o que parece indicar a grande saída de pessoas, especialmente de jovens, da zona rural, em busca de oportunidades de trabalho nos grandes centros urbanos do país. Outros autores também verificaram este processo.

É do Oeste de Santa Catarina que se origina uma considerável quantidade de jovens trabalhando hoje em redes de churrascarias e lanchonetes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Trata-se de migração altamente organizada: somente as duas maiores agências voltadas a esta atividade, localizadas em São Miguel do Oeste e Guaraciaba, colocaram nada menos que 700 jovens, na sua grande maioria rapazes, em São Paulo e no Rio de Janeiro durante o ano 2000 (Silvestro *et al.*, 2001:24).

No município de Iporã d' Oeste, a saída de jovens do meio rural também foi constatada em pesquisa realizada pelos alunos e professores da Casa Familiar

⁵¹ Garantir a reprodução social, ou ainda, como dizem muitos agricultores, "colocar" os filhos.

Rural do município. De acordo com os dados, de um total de 568 famílias de agricultores pesquisadas, saíram 229 jovens entre os anos de 1991 e 1996.

Finalmente, ainda sobre a demografia, há um processo de aumento da população urbana em contraste com a diminuição da população rural, que apesar disso ainda é majoritária. Entretanto, é necessário levar em consideração que houve duas emancipações, uma em 1988 e outra em 1992, que tornaram urbanas, pela lei municipal do perímetro urbano, populações antes consideradas rurais.

Em comparação com o período que se definiu como agricultura colonial, pode-se afirmar que também houve alterações na sociabilidade, decorrentes desse processo mais geral de mercantilização social e econômica. Se o modo de vida colonial se caracterizava por um modo de viver e de trabalhar, pode-se destacar que ambos os aspectos, sofreram alterações com o processo de modernização da agricultura. Provavelmente, o que mais se transformou foi a maneira de trabalhar, em função das novas tecnologias, como já foi visto anteriormente. Entretanto, a vida das pessoas também mudou, especialmente no que se refere à sociabilidade.

A sociabilidade estava diretamente ligada à vida nas comunidades, religião e etnia, sendo que os relacionamentos de reciprocidade eram muito fortes. As comunidades persistem, entretanto, percebe-se uma certa diminuição das relações de reciprocidade entre as pessoas, dando espaço à competição e ao individualismo, conforme se pode verificar nos depoimentos dos agricultores:

Essa ajuda entre os vizinhos na comunidade não existe mais. Não e tem um motivo. Por exemplo, eu tenho minhas tarefas, tenho quase todo o dia já cronometrado. Preciso fazer isso e aquilo. E o meu vizinho, a mesma coisa (Entrevista 04).

A ajuda entre as famílias eu acho que tá fraca. Hoje existe muita desconfiança. Quase que cada um por si e Deus por todos (Entrevista 11).

É cada um para si (Entrevista 14).

É cada um para si. Isso não é ajuda, cada um quer mais que o outro (Entrevista 10).

No modo de vida colonial a forma de produzir e a forma de sociabilidade se complementavam, como por exemplo, através de mutirões e troca de dias de serviço. Atualmente, o que pode-se perceber na pesquisa de campo, é que as

formas de sociabilidade estão ligadas, quase somente, aos aspectos de lazer, sendo que o futebol, através das associações comunitárias, talvez seja o exemplo mais significativo, conseguindo reunir a comunidade em torno de um objetivo comum.

Antes, a igreja e a escola formavam a sede das comunidades. Atualmente, o campo de futebol também é encontrado em todas elas (figura 14), sendo talvez, a principal forma de lazer e sociabilidade. Os campeonatos municipais e mesmo os jogos amistosos mobilizam toda a comunidade aos domingos. Há comunidades que possuem até quatro times, os veteranos, o time principal, os juniores e o feminino.

Figura 14
O futebol como forma de sociabilidade.



Fonte: pesquisa de campo.

Ao que parece, com o crescimento das relações que os agricultores estabeleceram com o ambiente externo, essas relações de reciprocidade vão, aos poucos, diminuindo, sofrendo as influências do modo capitalista de produção, especialmente no que se refere à globalização da economia. Se, por exemplo, durante o modo de vida colonial o agricultor dependia do empréstimo de um reprodutor do vizinho mais próximo para garantir a sua produção de suínos, hoje a sua vida, está sujeito às alterações no mercado internacional de carnes.

Enfim, a vida das pessoas muda completamente. As comunidades saem do relativo isolamento a que estavam sujeitas, tanto através das estradas, como pelo desenvolvimento local, em função da criação de novos municípios. A chegada da energia elétrica, traz consigo, uma série de inovações tecnológicas, especialmente no que se refere à eletrodomésticos, que vão transformar de maneira nunca vista, a vida desses agricultores, e conseqüentemente, terão um peso considerável na tomada de decisões e nas novas estratégias de reprodução das famílias. Se para os filhos dos colonos o maior desejo era possuir uma área de terra, agora, talvez seja o desejo de possuir um emprego ou uma casa na cidade, ou quem sabe um automóvel, uma motocicleta, ou cursar uma faculdade. Ou seja, atualmente, apesar de muitos jovens do meio rural ainda desejarem permanecer na profissão paterna, esta não é mais a "única" estratégia de sobrevivência almejada por estes. Conforme demonstra o estudo de Abramovay *et al.* (2001:02), sobre a expectativa dos jovens do meio rural do Oeste Catarinense, 69% dos rapazes e 32% das moças desejam permanecer na agricultura. Por outro lado, o mesmo estudo demonstra que 20% dos rapazes e 43% das moças, desejam trabalhar e morar na cidade.

Neste capítulo procurou-se demonstrar que a modernização da agricultura foi um processo nacional de mudança da base tecnológica da agricultura. Através da crescente relação com o mercado, da especialização produtiva e da inserção no sistema financeiro através do crédito agrícola, intensificou a "mercantilização" da agricultura familiar, tornado a sua reprodução, cada vez mais, subordinada e dependente das relações que estabelece com o ambiente social e econômico onde está inserida.

No próximo capítulo, estes processos mais gerais serão analisados a partir do estudo de caso, tentando focalizar as famílias rurais do município de Iporã d' Oeste e suas estratégias de reprodução frente a este processo mais geral de mercantilização social e econômica da agricultura familiar.

CAPÍTULO 4

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IPORÃ D' OESTE E SUAS NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

Após estudar o processo de modernização da agricultura no capítulo 3, entendido aqui como sendo um processo que levou à uma crescente mercantilização da agricultura familiar, neste capítulo pretende-se analisar as características da agricultura familiar do município de Iporã d' Oeste, bem como, as suas novas estratégias de reprodução, em função dessas transformações ocorridas na sua relação com o ambiente social e econômico. Porém, antes de iniciar a análise sobre Iporã d' Oeste, faz-se uma breve discussão sobre algumas características atuais da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina, apontadas por outros estudos, como de Testa *et al.* (1996), FAO/INCRA (1996) e Abramovay *et al.* (2001).

No caso do município de Iporã d' Oeste, pretende-se mostrar quais são as estratégias, sociais, econômicas, culturais e políticas de reprodução da agricultura familiar. Destaca-se a integração agroindustrial, as migrações rurais/urbanas, as atividades não-agrícolas, a aposentadoria e a (re)integração produtiva de agricultores excluídos das agroindústrias tradicionais (suínos). Entre as novas estratégias, destaca-se as novas formas de produção, como é o caso da agroecologia, e o papel desempenhado pelas políticas públicas, no caso o Pronaf e o Banco da Terra.

No estudo das características da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste, analisa-se as características internas, como a sua composição demográfica, as características da propriedade, no que se refere à qualidade e tamanho da área, bem como seus sistemas produtivos e nível tecnológico. Nas

relações da agricultura familiar com o ambiente externo, procura-se estudar as relações com o mercado, a sua organização social, bem como o papel desempenhado pelo Estado e as políticas públicas. Acredita-se que a análise dessas dimensões ajude a explicar as atuais estratégias de reprodução da agricultura familiar na região.

As informações e os dados foram obtidos através de entrevistas realizadas com agricultores e demais atores sociais ligados à administração pública, instituições financeiras e Casa Familiar Rural, além de dados secundários do IBGE (Censo Demográfico de 2000 e Censo Agropecuário de 1995/96), dados do FAO/INCRA (1996), e ainda, com bibliografias sobre o tema e a região.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA

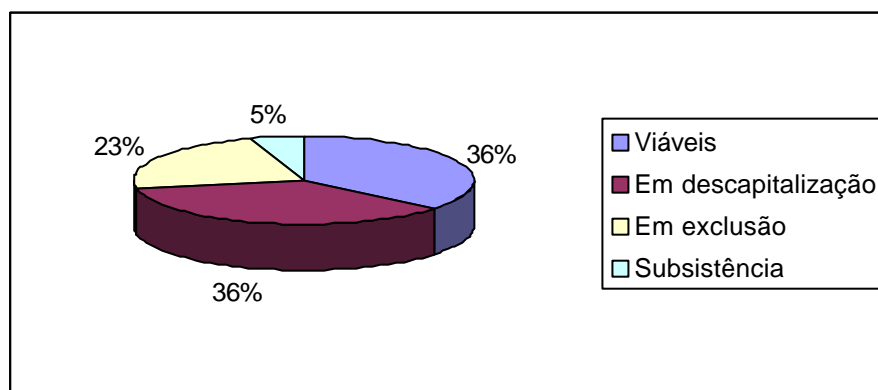
No período recente, existem algumas características que são consideradas comuns para a maioria dos agricultores da região Oeste Catarinense. De acordo com Testa *et al.* (1996:62-3), a atividade agrícola é exercida, quase totalmente, pela mão-de-obra familiar, que possui um baixo nível de instrução formal. As propriedades são pequenas e com solos fortemente inclinados, pedregosos e rasos, com pequena disponibilidade de terras aptas para culturas anuais. Existe uma escassez de capital, com crescente descapitalização da agricultura familiar. A baixa adoção de tecnologia, o predomínio da tração animal e a baixa produtividade da terra são outros fatores característicos. O esforço de produção é destinado em sua maioria para o mercado, ou seja, 80% para o mercado e somente 20% ao auto-abastecimento. Existe uma sazonalidade do fluxo de caixa e no uso de mão-de-obra. Outro fator marcante é a grande distância dos centros consumidores.

Além disso, Abramovay *et al.* (2001) ainda chamam a atenção para o fato do "envelhecimento" e da "masculinização" da população rural da região, uma vez que a maioria dos jovens, principalmente as mulheres, com um nível de educação formal maior, abandonam a propriedade em busca de trabalho nos centros urbanos.

De acordo com Testa *et al.* (1996:23-7), em estudos realizados pela EPAGRI-

CPPP⁵², existe uma crise na agricultura familiar da região, sendo que, do ponto de vista econômico, somente um terço dos agricultores são considerados viáveis, os demais estariam num processo de descapitalização, exclusão e subsistência (Gráfico 03). As causas dessa crise seriam a concentração expressiva da suinocultura, a diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento da taxa de juros, o esgotamento dos recursos naturais, a redução da área cultivada de milho e soja, a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais como o milho e suínos, a grande distância dos principais mercados consumidores, a escassez de terras nobres, a pulverização da estrutura fundiária e a alta densidade demográfica.

Gráfico 03
Situação econômica⁵³ dos estabelecimentos agrícolas do Oeste de Santa Catarina.



Fonte: Testa *et al.* (1996:27).

Para Silvestro (1995), duas características muito importantes precisam ser consideradas para discutir as possibilidades e os limites da permanência da agricultura familiar no Oeste Catarinense (i) a agricultura familiar sempre foi a base dinâmica da economia agrícola regional; (ii) ainda existe nestes agricultores familiares uma forte vocação agrícola, resistindo no campo em busca de sua permanência. Nesse sentido, é de relevância o estudo de Abramovay *et al.* (2001),

⁵² EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.); CPPP (Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades). Atualmente, o CPPP passou a chamar-se CEPAF (Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar).

⁵³ Essa classificação é de acordo com a Renda da Operação Agrícola (ROA), que é igual à Renda bruta, menos os custos variáveis efetivamente desembolsados, menos a depreciação e menos os demais desembolsos efetivos (impostos, taxas, energia, etc.), excluídos os investimentos. Assim, obteve-se a seguinte classificação: **viáveis**: ROA maior que US\$ 4.200,00/família/ano; **em descapitalização**: ROA entre US\$ 2.400,00 e US\$ 4.200,00/família/ano; **em exclusão**: ROA entre US\$ 1.000,00 e US\$ 2.400,00/família/ano e de **subsistência**: ROA menor que US\$ 1.000,00/família/ano (Testa *et al.*, 1996:27).

sobre a questão da sucessão profissional da agricultura familiar do Oeste Catarinense, que constatou que "para a maioria dos filhos de agricultores do Oeste de Santa Catarina, a permanência na profissão paterna é o horizonte mais desejado" (p. 01). Entretanto, os autores apontam que a dificuldade de acesso à terra é um dos principais obstáculos para esses jovens⁵⁴. Por outro lado, apontam para uma certa ambigüidade nessa aspiração profissional, sendo que aqueles que permanecem são justamente os jovens do sexo masculino e de nível educacional mais baixo.

Antes de prosseguir para as características da agricultura familiar em Iporã d' Oeste, quer se fazer algumas observações sobre essa caracterização feita para o Oeste Catarinense. Primeiramente, acredita-se que o nível de instrução formal não seja uma variável tão importante para explicar as dificuldades da agricultura familiar. O problema da reprodução da agricultura familiar, como foi visto no decorrer desta dissertação, tem a ver com o modelo histórico de origem e desenvolvimento desta agricultura na região, que em função da crescente mercantilização, submete essas famílias, cada vez mais, às influências do mercado. Entretanto, o nível de instrução formal parece ser um fator limitante para aqueles que adotam como estratégia de reprodução, a migração para os centros urbanos em busca de uma colocação no mercado de trabalho. Porém, os que ficam na agricultura, especialmente aos ligados às agroindústrias, não necessitam de um elevado nível de instrução formal, uma vez que, trata-se somente, de seguir as orientações da assistência técnica. Por outro lado, o nível de instrução, tanto formal quanto informal, é importante para aqueles que buscam vias alternativas de produção, como é o caso da agroecologia, onde a assistência técnica praticamente não existe, e o mercado precisa ser explorado e conquistado.

O diagnóstico de Testa *et al.* (1996), que classifica os agricultores do Oeste Catarinense, em função da sua renda agrícola, em viáveis, em descapitalização, em exclusão e de subsistência, também merece uma apreciação crítica. Essa forma de classificar determinados estratos de famílias como sendo inviáveis acaba seguindo a metodologia da FAO/INCRA (1996), que dividiu a

⁵⁴ Essa dificuldade de acesso à terra pode ser percebida em função da grande lista de inscritos para o programa Banco da Terra no município de Iporã d' Oeste. No município, existem 1.077 estabelecimentos agrícolas, porém, houve quase 400 inscritos para o programa, sendo que somente 47 foram contemplados com a carta de crédito.

agricultura familiar brasileira entre consolidados, de transição e periféricos. Nesse sentido, acredita-se que o critério econômico não é o suficiente para classificar uma propriedade como sendo inviável. Será que do ponto de vista social e cultural são realmente inviáveis? Como e porque sobrevivem ou subsistem no modelo capitalista? Com certeza, a persistência desses agricultores familiares, não se resume a sua "capacidade de sofrer", como defendia Kautsky (1986). Considera-se estes diagnósticos um tanto deterministas e produtivistas, com uma visão essencialmente agrícola do que seja a realidade da agricultura familiar numa sociedade capitalista. É necessário entender que existem várias estratégias de reprodução social presentes entre os agricultores familiares no Oeste Catarinense. Algumas delas resultam do próprio abandono da agricultura e do meio rural, mas não significa que não estejam se reproduzindo. As estratégias de reprodução da agricultura familiar não se resumem à produção agropecuária. Outros elementos estão envolvidos, como as migrações, as atividades não-agrícolas e a própria aposentadoria. Nesse sentido, essa classificação está muito presa à uma única estratégia de reprodução da agricultura familiar, ou seja, a integração agroindustrial, justamente onde aparecem as maiores rendas.

Outra questão que merece alguns comentários, é a noção de crise da agricultura familiar. Uma coisa é a reprodução da agricultura familiar via atividade agropecuária e outra, é a sua reprodução social *latu sensu*. Isso implica em discutir a integração social. Como foi visto no capítulo 3, apesar da redução de estabelecimentos, a produtividade e o volume da produção são cada vez maiores. Isto indica que, sob este ponto de vista a atividade agrícola não está em crise. Quem está em crise são os agricultores familiares, sobretudo aqueles que possuem determinadas características que se colocam como limites, como o envelhecimento, a distância dos mercados, área de terra reduzida, entre outras. Assim, não existe uma crise do ponto de vista da produção e da produtividade da agropecuária, que crescem cada vez mais. Entretanto, o que existe de fato, são problemas relacionados à reprodução das famílias que vivem no meio rural. Para estas, a produção agropecuária, via agroindústria, representa "uma" estratégia de reprodução. Além desta, existem outras, e é "nas" estratégias de reprodução que se precisa centrar a análise da agricultura familiar.

Nesse sentido, o que pretende-se demonstrar neste capítulo é como os agricultores familiares, do município de Iporã d' Oeste, estão buscando viabilizar-se econômica e produtivamente, sendo que quando estas tentativas não são mais possíveis, por uma série de razões, lançam mão de outras estratégias, que nem sempre estão na propriedade e muito menos no rural.

É este processo contraditório, de estratificação social e econômica, que viabiliza alguns produtivamente e relega outros, que tenta-se demonstrar, onde surgem, em decorrência disso, as novas formas de inserção social e econômica, como a agroindústria familiar, o turismo rural, as atividades não-agrícolas, o que torna algumas famílias pluriativas. Outras famílias, onde há agricultores mais idosos, não estão nem dentro e nem fora da dinâmica local da agricultura, uma vez que são aposentados, possuem a sua sobrevivência dependente do Estado.

Outra questão importante, para entender a agricultura familiar num local, é que não se pode perder de vista os processos mais gerais. É necessário entender porque as agroindústrias são tão seletivas. A resposta não pode ser encontrada no local, pois as empresas capitalistas deslocam-se de regiões inteiras e abandonam estes territórios para buscar vantagens comparativas em outros locais, onde vai haver uma expansão. Isso faz parte da essência do capitalismo, um sistema que produz evolução e expansão, de um lado, e crise e abandono, de outro. É isto que fez com que muitas agroindústrias do Oeste Catarinense migrassem para o Centro-Oeste e Norte do Brasil nos anos recentes. Enfim, sem entender a dinâmica mais geral do capitalismo não se pode entender a estruturação sócio-econômica em um local.

4.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE IPORÃ D' OESTE

O município de Iporã d' Oeste, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2000, possui uma população total de 7.877 habitantes, dos quais, aproximadamente 64% vivem na zona rural, o que representa uma média de 4,67 pessoas por estabelecimento. Nas famílias entrevistadas constatou-se uma média

de 5,11 pessoas por estabelecimento, sendo que estas famílias, geralmente eram compostas por um casal, dois filhos e uma ou duas pessoas idosas, geralmente aposentadas.

Da população total do município, aproximadamente 51% são homens, situação oposta em relação ao estado de Santa Catarina, o que confirma uma certa tendência à "masculinização" da população do Oeste do Estado (Abramovay *et al.*, 2001), especialmente da população rural, uma vez que nas famílias entrevistadas, 60% das pessoas eram do sexo masculino. Essa "masculinização" se deve, principalmente, à saída de muitos jovens do meio rural, especialmente de mulheres, em busca de trabalho e estudo nos centros urbanos.

Do ponto de vista da idade da população, encontrou-se a seguinte situação nas famílias entrevistadas: 15% possuem até 10 anos, 18% entre 10 e 18 anos, somente 9% entre 18 e 30 anos, 40% entre 30 e 50 anos e 18% tem mais de 50 anos. A partir desses números pretende-se chamar atenção para dois aspectos. Primeiro, a pequena quantidade de pessoas entre 18 e 30 anos, o que confirma a grande saída de jovens do meio rural, que são, principalmente, jovens do sexo feminino, que saem em busca de uma oportunidade de trabalho e para estudar. O segundo aspecto, é o que Abramovay *et al.* (2001), denominaram de "envelhecimento" da população rural, em função, exatamente, da saída dos jovens. Essa saída de jovens do meio rural fica ainda mais evidente nos números de uma pesquisa feita pelos alunos da Casa Familiar Rural do município, que constatou que de um total de 568 famílias, saíram 229 jovens no período de 1991 à 1996.

Conforme dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o município de Iporã d' Oeste, possuía 1.077 estabelecimentos agrícolas, sendo que 98% foram considerados familiares. A área agrícola total ocupada pelos estabelecimentos era de 15.961 ha, o que representa uma média de 14,82 ha por estabelecimento. Entre os agricultores entrevistados, constatou-se uma variação de 3 a 29 ha no que se refere ao tamanho de suas propriedades, e a média de área desses estabelecimentos ficou em 16,18 ha.

Tabela 18
Estrutura fundiária do município de Iporã d' Oeste, 1995.

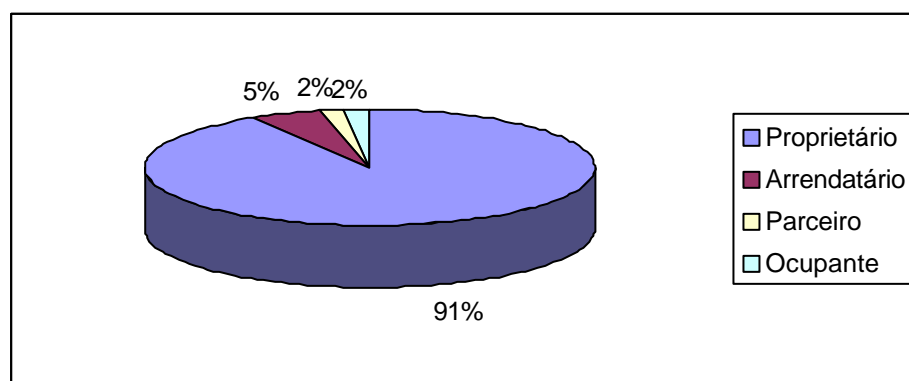
Área	<2		2<5		5<10		10<20		20<50		50<100		>100	
	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha	Est.	ha
	18	17	92	324	262	1.907	484	6.486	204	5.676	14	934	3	617
%	1,7	0,1	8,5	2,0	24,3	12,0	45,0	40,6	18,9	35,6	1,3	5,8	0,3	3,9
Média	0,94		3,52		7,28		13,40		27,82		66,71		205,67	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/1996.

Analisando os dados da tabela 18, pode-se perceber que a agricultura familiar do município caracteriza-se por minifúndios, uma vez que, praticamente 80% dos estabelecimentos possuem uma área inferior à 20 ha. Esse é um aspecto que pode comprometer certas atividades, como é o caso da produção de leite à pasto, que necessita de uma área, relativamente grande, para os animais. Levando-se em conta uma certa exigência de escala mínima de produção por parte das agroindústrias, o tamanho da propriedade poderá ser um fator limitante para a ampliação da atividade, uma vez que a produção de leite, à base de ração industrializada, ou mesmo que depende da utilização de pastagens fora da propriedade, muitas vezes não cobre o custo de produção.

Além das pequenas áreas, outra característica é a propriedade da terra, já que mais de 90% dos agricultores são proprietários de seus lotes, sendo que as condições de arrendatário, parceiro e ocupante são minoritários, conforme gráfico 04.

Gráfico 04
Condição do produtor no município de Iporã d' Oeste, 1995.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996.

No que se refere à qualidade da área (solo e relevo), percebe-se, claramente, a situação descrita no trabalho de Santa Catarina (1997:49), para a

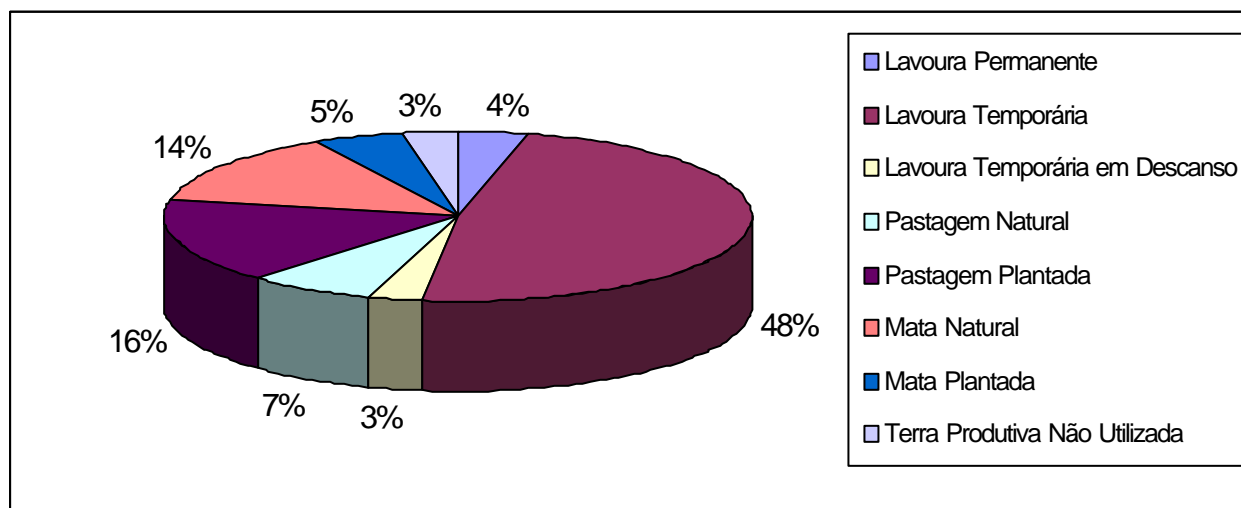
Região Hidrográfica do Extremo Oeste de Santa Catarina, destacando que: 80% do relevo é forte-ondulado e montanhoso, com solos mediamente profundos, rasos, pedregosos e normalmente férteis, sendo utilizados sem obediência à aptidão de uso (tabela 19 e gráfico 05)⁵⁵, onde seria recomendado uma utilização limitada de lavoura anual e culturas perenes e/ou reflorestamento. Por outro lado, 19% do relevo da região é ondulado e suavemente ondulado, com solos profundos ou mediamente profundos, com pouco ou nenhuma pedregosidade, pouco férteis e muito ácidos. Estes são utilizados com lavoura anual mecanizada e pecuária, sendo que o processo erosivo é menos intenso.

Tabela 19
Classes de aptidão agrícola dos solos da Região Hidrográfica do Extremo Oeste do estado de Santa Catarina, 1997.

Classe	Aptidão agrícola do solo	%
1	BOA para culturas anuais climaticamente adaptadas	0,2
2	REGULAR para culturas anuais climaticamente adaptadas	19,0
3	COM RESTRIÇÕES para culturas anuais climaticamente adaptadas	50,2
4	COM RESTRIÇÕES para fruticultura e REGULAR para pastagens e reflorestamento	29,2
5	Preservação permanente (inclui águas, estradas e áreas urbanas)	1,4

Fonte: Adaptado de Santa Catarina, 1997:48.

Gráfico 05
Utilização das terras no município de Mondaí [atuais municípios de Iporã d' Oeste, Mondaí e Riqueza], 1995.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996.

A localização das propriedades, em relação ao asfalto, à sede do município e em relação aos centros consumidores regionais, bem como as

⁵⁵ Apesar de menos de 20% da área ser considerada boa ou regular para culturas anuais (tabela 19), em 48% da área são implantadas culturas temporárias (gráfico 05).

condições do acesso, podem ser fatores decisivos para a reprodução da atividade. Veja-se alguns exemplos encontrados à campo. Na primeira situação, as agroindústrias, ligadas à produção de frangos, privilegiam aqueles agricultores, cujas propriedades, estejam localizadas próximas ao asfalto. De acordo com relatos de agricultores, há empresas que não instalam mais aviárias em distâncias maiores de 3Km do asfalto. Na segunda situação, a presença de agricultores com atividades não-agrícolas ocorria, essencialmente, nas comunidades relativamente próximas à sede do município, o que possibilitava um deslocamento diário, da propriedade até o local de trabalho, podendo a pessoa, apesar de trabalhar fora, exercer também, atividades agrícolas. Na terceira situação, em função da grande distância do centro, e das péssimas condições das estradas, em uma das comunidades visitadas, a produção de leite como estratégia produtiva era praticamente inviável, pois não possibilitava um acesso adequado dos caminhões que recolhiam o leite, sendo que praticamente toda a comunidade dedicava-se à produção de fumo, que sendo vendido somente uma vez ao ano, não traz grandes problemas em função da distância e das condições das estradas, diferentemente do caso do leite que necessita ser recolhido todos os dias. Na quarta situação, a localização em relação à sede e aos demais centros consumidores, era um fator decisivo para produtores que queriam comercializar diretamente seus produtos, como é o caso de alguns produtores de hortifrutigranjeiros, que colocam seus produtos à venda na feira municipal e nos centros mais próximos.

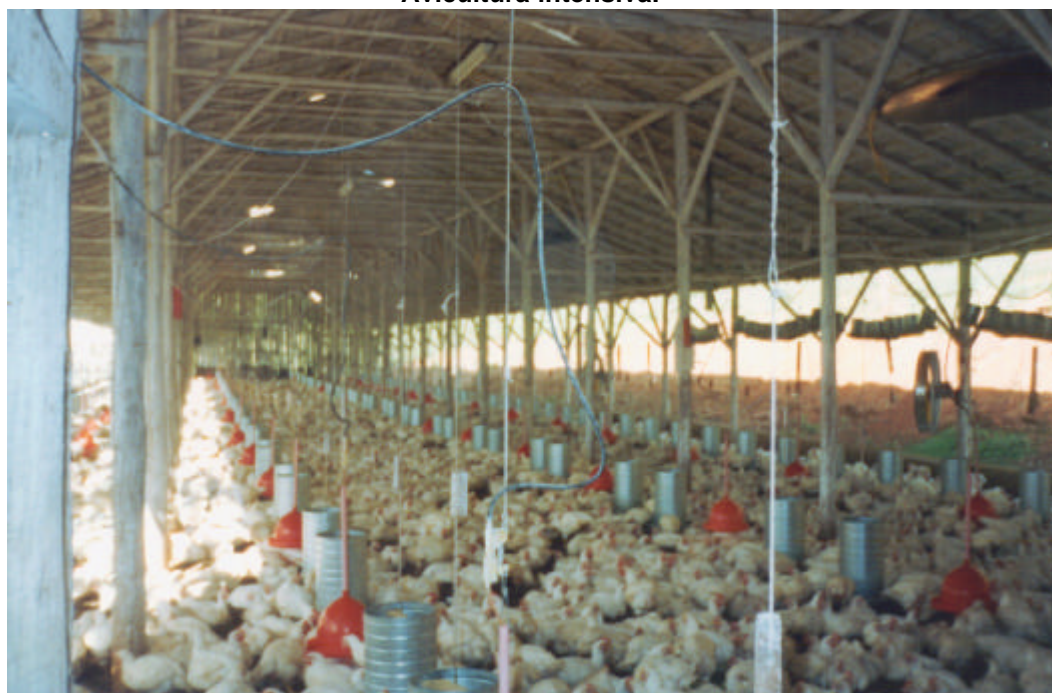
Em relação à utilização de tecnologia, o mais surpreendente não é a utilização de tecnologias modernas, como é o caso dos produtores de aves e suínos, mas sim, o "abismo" que ainda existe entre produtores de um mesmo produto. Veja-se dois exemplos de produtores visitados. No primeiro caso, um produtor de milho, com uma área de 20 ha, que possui trator, ceifa, utiliza todo o "pacote tecnológico", obtendo uma produtividade de 120 sacos/ha e, paralelamente, a menos de 5 km de distância, outro produtor, com 3 ha, utiliza-se da tração animal e do trabalho manual, não utiliza adubação química nem agrotóxicos, compra apenas a semente e possui uma baixa produtividade, em torno de 50 sacos/ha. No segundo caso, um produtor de leite com um infra-estrutura composta por estábulo, tanque de expansão, ordenhadeira mecânica, com animais puros e que fala em contagem de células somáticas, com uma produtividade média de 20 litros de leite/vaca/dia,. De outro

lado, um produtor com um simples estábulo de madeira, realiza a ordenha manual, com animais mestiços, conseguindo uma média de 5 litros de leite/vaca/dia.

Esses dois exemplos deixam claro como o processo de modernização da agricultura brasileira foi extremamente desigual, onde somente alguns tiveram acesso ao progresso tecnológico e outros foram excluídos do processo, não conseguindo os mesmos ganhos de produtividade, esgotando a fertilidade do solo e, conseqüentemente, descapitalizando suas propriedades.

No caso da produção integrada às agroindústrias, especialmente no que se refere à produção de aves (figura 15), suínos, fumo, não existe essa diferença, percebida nos exemplos acima, pois, existe um padrão tecnológico determinado pela empresa. Entretanto, no caso do leite, a exigência por um padrão é, cada vez maior, no que refere-se à ordenha mecânica, resfriador, escala de produção.

Figura 15
Avicultura intensiva.



A avicultura representa um dos segmentos produtivos mais modernizados da agricultura familiar no município, sendo que, graças aos avanços tecnológicos, tanto no que se refere à manejo, alimentação e genética, a produção é cada vez maior com menos produtores envolvidos. Foto: pesquisa de campo.

O emprego de máquinas ou de mão-de-obra contratada é muito pequeno, uma vez que 90% dos estabelecimentos utilizam somente a mão-de-obra familiar. O que também é bastante marcante, é que a utilização da força animal está presente

em 99% dos estabelecimentos. E por outro lado, somente 12,81% dos estabelecimentos possuem trator (tabela 20). Esses dois aspectos estão diretamente relacionados com o tipo de relevo da região, sendo que praticamente 80% é acidentado, e com o tamanho reduzido das propriedades, o que praticamente inviabiliza a compra de um trator, sendo que esta só se torna viável, conforme ressaltado pelos próprios entrevistados, quando existe a possibilidade de prestação de serviços para terceiros, como lavrar, distribuir esterco, plantar, etc. Nesse sentido, a mão-de-obra familiar e a utilização da tração animal são dois aspectos muito marcantes da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste.

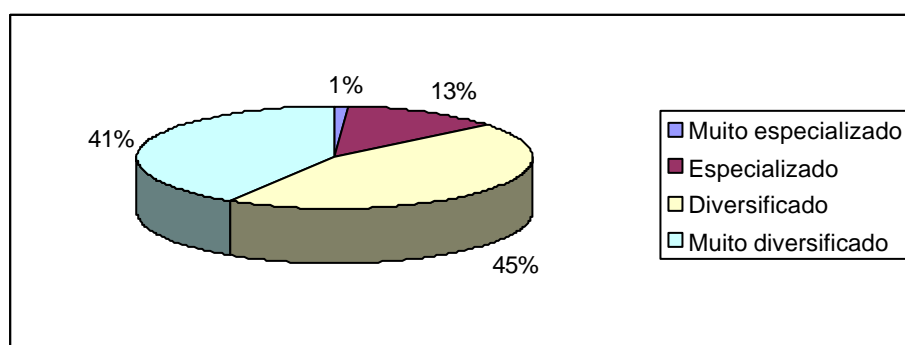
Tabela 20
Utilização do pacote tecnológico no município de Iporã d' Oeste, 1995-96.

	Total de estabelecimentos	Assistência técnica	Adubos e corretivos	Controle de pragas e doenças	Conservação do solo	Irrigação	Energia elétrica	Número de tratores
N	1.077	1.040	1.053	1.067	943	3	997	138
%	100	96,56	97,77	99,07	87,56	0,28	92,57	12,81

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96.

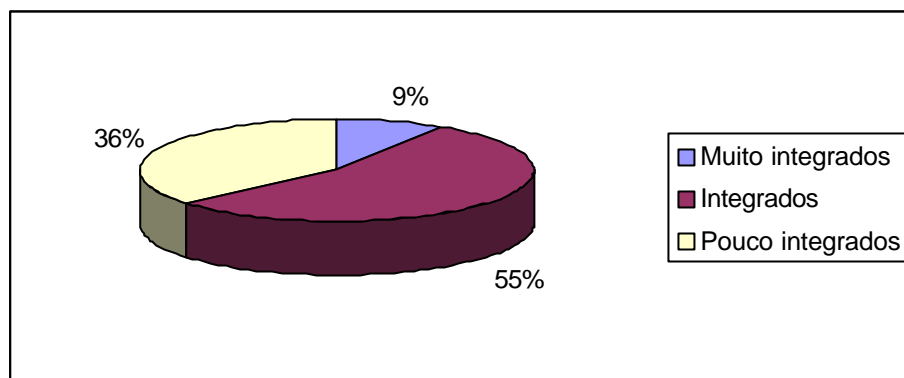
Segundo estudo da FAO/INCRA (1996), a renda total anual média desses estabelecimentos é de R\$ 8.424,00, sendo que desta, 54,33% é monetária. É interessante observar como esta renda se distribui, pois as maiores rendas estão justamente naquelas propriedades consideradas integradas ao mercado e especializadas. Do ponto de vista das atividades agrícolas da agricultura familiar, pode-se dizer que trata-se "sistemas diversificados com especialização para o mercado" (gráficos 06 e 07).

Gráfico 06
Grau de especialização dos agricultores familiares no município de Iporã d' Oeste, 1995.



Fonte: FAO/INCRA, 1996.

Gráfico 07
Integração ao mercado dos agricultores familiares no município de Iporã d' Oeste, 1995.



Fonte: FAO/INCRA, 1996.

Entretanto, esses dados da FAO/INCRA (1996), como a renda, o grau de especialização e a integração ao mercado, revelam apenas uma das facetas da agricultura familiar, ou seja, caracterizam a agricultura familiar enquanto atividade agrícola. Porém, considera-se que isso oculta outras dimensões, como a renda obtida com os benefícios da previdência, ou ainda, as atividades não-agrícolas. Ambos são elementos essenciais para entender a sobrevivência material e a reprodução social dessas famílias. Assim, o que esses dados revelam, é a característica dos sistemas agrícolas, mas não podem ser o único referencial para entender as estratégias de reprodução da agricultura familiar, que vão além das atividades agrícolas e da sua integração às agroindústrias.

De um modo geral, o que se percebe no município de Iporã d' Oeste, é que a diversificação produtiva está mais voltada à subsistência da família, como a produção de hortaliças, frutas, piscicultura, leite, mel, bovinos, suínos, aves, ovos. Já a especialização, ocorre com as atividades tidas como comerciais, onde encontra-se geralmente, uma ou duas atividades voltadas ao mercado. As situações encontradas na pesquisa de campo foram três. Na primeira, onde o agricultor tinha apenas uma atividade voltada para o mercado, como a produção de fumo, aves, suínos, leite ou milho. No segundo caso, propriedades que conjugavam duas atividades, destacando-se o leite + suínos, leite + fumo, aves + leite, aves + suínos e fumo + milho. Por último, encontrou-se também situações onde havia a conjugação de três atividades, como aves + leite + fumo, suínos + leite + fumo, milho + fumo + leite.

4.3 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM IPORÃ D' OESTE

As estratégias de reprodução, conforme visto no capítulo 1, são entendidas como os vários mecanismos, alternativas e iniciativas dos agricultores e de suas famílias, que possuem como objetivo a sobrevivência material e a sua reprodução social. Essas estratégias não se voltam, exclusivamente, às atividades agrícolas, mas outras dimensões, como as migrações e as atividades não-agrícolas também precisam ser consideradas. Enfim, neste item, procura-se analisar como a agricultura familiar, do município de Iporã d' Oeste, está conseguindo ou tentando, se viabilizar social e economicamente.

4.3.1 As Estratégias de Integração Agroindustrial

O processo de integração dos colonos às agroindústrias, especialmente no que se refere à produção de aves, suínos, leite e fumo, parece representar uma importante estratégia de reprodução da agricultura familiar na região. Entretanto, se é uma forma de reprodução para alguns produtores, pode significar também, uma forma de exclusão para outros. De acordo com o que aconteceu com a produção de suínos na região, descrita no capítulo 3, o que se percebe é que as agroindústrias procuram intensificar e concentrar a produção. Conseguem isso, graças aos avanços no progresso tecnológico, que permitem aumentar a produtividade. Assim, conseguem manter, ou mesmo aumentar, o volume produzido, em um número cada vez mais reduzido de propriedades.

Viu-se anteriormente que, no caso da produção de suínos, houve uma grande redução no número de produtores a partir dos anos 1980. Para os produtores excluídos desse processo produtivo, tornou-se necessário recorrer à outras atividades que pudessem garantir a sua sobrevivência. Entre estas, destaca-se a reconversão produtiva com integração em outras agroindústrias, como é o caso da produção de leite (figura 16) e fumo (figura 17).

Figura 16
Produção de leite.



A produção de leite foi uma importante estratégia produtiva para os agricultores excluídos do processo de produção de suínos. Fonte: pesquisa de campo.

Figura 17
A produção de fumo.



A produção de fumo de galpão é uma atividade presente em 47% das propriedades do município, e em 27% delas, representa a atividade econômica principal, sendo talvez a mais importante atividade produtiva atualmente, que garante uma fonte de renda agrícola para muitas famílias. Isso talvez se explique pelo fato dela precisar de uma área relativamente pequena, existir um mercado em expansão e há financiamento concedido pela empresa. Fonte : pesquisa de campo.

Nas entrevistas abaixo, percebe-se como o fumo e o leite foram fundamentais para os agricultores excluídos da produção de suínos.

Sempre criamos suínos desde que chegamos aqui em 1967. Começamos a vender leite porque não dava mais certo com o suíno, pois queriam que agente produzisse muito ou parasse de uma vez. Aí o leite e o fumo foram alternativas de renda (Entrevista 01).

Eu trabalhava só com porco. Hoje sou agricultor aposentado e meus filhos trabalham com fumo e leite (Entrevista 07).

Entretanto, a reconversão produtiva, via integração nas agroindústrias, parece ser bastante seletiva, o que acaba excluindo muitos agricultores de determinados processos produtivos. Com base no processo de intensificação e concentração da produção, que ocorreu com a suinocultura na região Oeste de Santa Catarina, a partir dos anos 1980, pode-se imaginar que isto também aconteça com as demais atividades. O início da produção de leite, no município, guarda semelhanças com o início da suinocultura, onde praticamente todas as propriedades tinham alguns animais. Atualmente, já começa haver uma certa exigência de escala de produção de leite, o que obriga os produtores a aumentar o número de animais, aumentar a produtividade ou fazer a venda associada, para atingirem determinadas metas.

Por outro lado, a produção de fumo parece estar em expansão e agrega, praticamente, a metade dos agricultores do município. Conforme dados do Boletim do Deser (2002), o Brasil é o quarto maior produtor de fumo⁵⁶, e o maior exportador desde 1993, sendo que a região Sul é responsável por 94% da produção nacional. O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor (52,18%), Santa Catarina o segundo com 30,46% e Paraná o terceiro (11,70%). De acordo com o Boletim do Deser (2002), o que faz o Brasil ganhar mercado externo é o comportamento de dois países. De um lado, os EUA, terceiro maior produtor mundial, estão reduzindo a sua produção, motivado pelos altos custos de produção, essencialmente, pela dificuldade de mão-de-obra. Assim, há uma tendência de queda nas exportações de fumo dos EUA. Por outro lado, o Zimbabwe, quinto maior produtor mundial, projeta uma redução na produção de fumo, em função, principalmente, dos graves problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessa.

⁵⁶ Atrás de China, Índia, EUA, e seguido por Zimbabwe.

Percebe-se que, do ponto de vista da produção agropecuária, a produção de leite e fumo, no município de Iporã d' Oeste, são duas importantes formas de sobrevivência de muitas famílias rurais. Entretanto, para aqueles agricultores que não conseguiram viabilizar-se via esses novos processos produtivos, a migração, de todos ou de parte da família, é uma das estratégias de reprodução social. Isto foi evidenciado no capítulo 3, pela redução no crescimento da população a partir dos anos 1980, bem como, pelo crescimento populacional negativo nos anos 1990, indicando, a intensificação dos processos migratórios para os grandes centros urbanos.

4.3.2 As Migrações Como Mecanismo de Reprodução

As migrações sempre foram uma importante estratégia de reprodução da forma familiar de produção. Entre os colonos eram as migrações rurais/rurais, e a partir do processo mais geral de modernização do Brasil, são as migrações rurais/urbanas que constituíram-se numa estratégia de reprodução significativa da agricultura familiar. Reside aí uma diferença crucial apontada por Renk (2000), demonstrando que, enquanto para os filhos dos colonos que migravam estava presente a continuidade da condição camponesa, atualmente, para os filhos dos agricultores familiares que migram para as cidades, ocorre a negação dessa condição, buscando a sua sobrevivência, não mais através das atividades agrícolas, mas principalmente, pela sua colocação no mercado de trabalho na cidade.

Assim, para os filhos que migram em busca de oportunidades de trabalho em centros urbanos, a escolaridade é apontado pela família como uma condição essencial. Nesse sentido, se antes a preocupação era dotar os filhos com terra, agora, é com o estudo que se busca garantir a reprodução social dos filhos que saem da propriedade paterna. Isso pode ser percebido nas entrevistas:

Eu acho que para ser agricultor o estudo não é tão importante. Mas para fazer outra coisa [...] hoje tem que ter estudo para fazer outra coisa (Entrevista 14).

Um coisa que mudou é que os nossos filhos todos estudaram. Todo mundo colocou os filhos para estudar. Porque na cidade precisa de estudo. Para conseguir um emprego (Entrevista 12).

Essa percepção, da necessidade dos filhos estudarem, faz parte das

estratégias de reprodução dessas famílias. Isso acontece em função de não poderem mais dotar os filhos com terra, por uma série de motivos, como o fechamento da fronteira agrícola, o valor da terra, as condições para adquirir e mesmo, a impossibilidade de continuarem subdividindo a propriedade. Assim, acabam investindo na educação, como forma de garantir a reprodução social dos filhos que migram para os grandes centros.

4.3.3 As Atividades Não-Agrícolas e a Emergência da Pluriatividade

A pluriatividade não é um fenômeno novo na agricultura e considera-se que ela representa uma estratégia de reprodução da agricultura familiar. No caso da agricultura familiar do município de Iporã d' Oeste, foram constatadas várias atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores. Essas atividades estavam relacionadas com o emprego em uma fábrica de pré-moldados, fábrica de esquadrias, malharia, construção civil, faxineira, costureira, fabricação e venda de doces, caixa de supermercado e eletricista.

O que explica essa busca por atividades não-agrícolas pelas famílias rurais, é a incapacidade de garantir a sua sobrevivência unicamente a partir das atividades agropecuárias. No município de Iporã d' Oeste isto pode estar relacionado com a não integração às agroindústrias tradicionais (suínos, aves, fumo e leite), e mesmo, pelo grande número de pessoas na propriedade, que não consegue garantir a satisfação das necessidades de sobrevivência de todos.

Constatou-se que as atividades não-agrícolas geralmente envolviam um dos membros da família, tanto homens como mulheres, adultos e jovens, em tempo integral ou parcial. No caso dos homens, prevaleciam as atividades na construção civil, fábricas de pré-moldados e esquadrias. Entre as mulheres, as atividades de faxineira, costureira, fabricação e venda de doces, e malharia. Entre os jovens, que geralmente também estavam estudando, destaca-se as atividades de eletricista e caixa de supermercado (rapazes) e faxineira (moças).

Entretanto, uma questão importante que se coloca aqui, é a distância em relação ao local do trabalho, uma vez que as atividades não-agrícolas, acima relacionadas, estão muito mais presentes nas localidades relativamente próximas à

sede do município, o que permite ao trabalhador pluriativo, voltar todos os dias para a sua propriedade, onde ajuda nas atividades agrícolas. Quando a distância é muito grande, os trabalhadores acabam optando em morar na cidade, de segunda à sexta, exercendo atividades agrícolas nos finais de semana. Isso é mais freqüente com jovens que, além de trabalhar, também estudam na cidade.

No caso de Iporã d' Oeste, isso nos remete a pensar na pluriatividade, enquanto estratégia de reprodução da agricultura familiar, como fortemente dependente da localização em relação ao mercado de trabalho, muito mais freqüente naquelas comunidades relativamente próximas à cidade. Entretanto, neste caso, apresenta-se uma situação diferente da demonstrada por Schneider (1999b), onde a pluriatividade estava vinculada à proximidade de uma região industrializada. No caso da região Oeste Catarinense, existem poucas indústrias, o que torna o acesso às atividades não-agrícolas extremamente restrito.

4.3.4 A Agricultura Familiar e a Previdência Social no Meio Rural

A previdência rural é um dos elementos do processo mais geral de universalização dos direitos sociais no Brasil, nos anos 1990. De acordo com os estudos de Delgado e Cardoso Jr. (2001:236), ela estaria se transformando "numa espécie de seguro de renda agrícola".

Essa conversão do seguro-previdenciário em seguro-agrícola é efetivamente um resultado inesperado, porquanto introduz um elemento novo na política previdenciária, qual seja, o seu impacto sobre a produção agrícola do numeroso setor de agricultura familiar de todo o país (Delgado e Cardoso Jr., 2001:236).

Para estes autores, no caso da região Sul, o peso do benefício previdenciário, na composição do orçamento domiciliar representa 41,5%, sendo reinvestido na própria atividade produtiva familiar. Nesse sentido, pode-se considerar a aposentadoria como sendo uma estratégia de reprodução para algumas famílias.

No município de Iporã d' Oeste, atualmente existem 1.092 aposentados na zona rural⁵⁷. Para se ter uma idéia do que isto representa para a economia do município, veja-se os seguintes dados. Em primeiro lugar, de acordo com o Censo

⁵⁷ Dado levantado na Agência Regional do INSS de São Miguel do Oeste.

Agropecuário de 1995/96, existem 1.077 estabelecimentos agrícolas no município. Isto significa que em cada estabelecimento, há pelo menos, um aposentado que recebe o benefício da previdência rural.

Em segundo, considerando-se que no ano de 2000, o valor total da produção do município, emitido com nota fiscal, era da ordem de R\$ 17.597.000,00, e que destes, 72,32% são representados somente pela produção de aves e suínos, que atinge apenas em torno de 11% dos agricultores. Por outro lado, percebe-se que os benefícios da previdência, atualmente chegam a R\$ 2.620.800,00, por ano.

Por último, a renda total anual média, das atividades agrícolas dos estabelecimentos, de acordo com os dados da FAO/INCRA (1996) era de R\$ 8.424,00. Se, em média, existe um aposentado por estabelecimento, hoje isso representa um montante de R\$ 2.600,00 por ano.

Diante desses números, é impossível não reconhecer que estes benefícios possuem um peso considerável para uma grande parcela de produtores, ou seja, não pode-se falar da reprodução social da agricultura familiar, sem levar em consideração os aposentados. Como já foi comentado anteriormente, não é possível entender a agricultura familiar somente do ponto de vista da produção agropecuária. Nos dias atuais, é indispensável entender essa relação da previdência rural e da agricultura familiar.

Nesse sentido, quer-se chamar a atenção para a relevância que possuem os benefícios da previdência rural, seja para a reprodução das famílias rurais, bem como, para a economia dos municípios onde existe um grande número de aposentados. Essa importância se traduz pela aplicação do dinheiro na atividade agrícola, servindo de "seguro agrícola" como sugerem Delgado e Cardoso Jr. (2001), ou mesmo na aplicação para a saúde, alimentação, ou seja, na melhoria das condições de vida, como demonstrou Biolchi (2002).

Enfim, é indispensável levar em consideração os benefícios da previdência rural, que é um elemento relativamente novo e extremamente importante na análise da agricultura familiar, quer seja na sua reprodução ou na manutenção dos agricultores, não só na região como em todo o país, mas também, na economia

de municípios cuja base é a agricultura familiar, como é o caso de Iporã d' Oeste.

4.3.5 Agricultura Familiar e Comércio Local

O processo de urbanização das cidades, da região Oeste de Santa Catarina, cria um pequeno mercado consumidor local. Isto acaba gerando um impacto no desenvolvimento local, como é o caso das emancipações recentes.

Iporã d' Oeste emancipou-se no ano de 1988, e uma das conseqüências naturais foi crescimento da sua sede. Em decorrência dessa urbanização, cria-se um pequeno mercado consumidor local, que também passa a ser abastecido por alguns agricultores, na venda direta de produtos *in natura*.

É essa nova relação, a venda direta, que representa um forma alternativa de garantir uma renda familiar. O agricultor realiza a venda direta dos seus produtos para os consumidores, de porta em porta, na feira municipal ou mesmo para outros agricultores, como no caso relatado abaixo:

Além de vender o fumo para a agroindústria, eu vendo alguma coisa para as pessoas da vila, de porta em porta ou na feira municipal. Vendo também para alguns vizinhos aqui que procuram comprar peixe, rã, ovos (Entrevista 09).

Constatou-se na pesquisa que os agricultores que procuram esses mercados locais são, essencialmente, aqueles que possuem dificuldades de garantir uma renda adequada com as atividades agrícolas integradas às agroindústrias. Não representa a principal fonte de renda, mas é um complemento. Entretanto, a expressão disso para o município é relativamente pequena, envolvendo poucos agricultores.

4.4 PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE À MERCANTILIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Atualmente, diante da preocupação com os limites técnico-produtivos de uma agricultura "moderna", bem como dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos desse padrão, emergem novas formas de produção, com

apelos referentes à preservação ambiental e no que refere-se à saúde dos consumidores. Nesse sentido, a agroecologia aparece como uma proposta de desenvolvimento agrícola, alternativa ao modelo atual em praticamente todo o mundo. No caso do Brasil, a situação do Rio Grande do Sul talvez seja a mais emblemática.

Em Iporã d' Oeste, também existem algumas experiências, porém isoladas, de produtores de produtos orgânicos, no caso, de melado e açúcar mascavo. Por outro lado, a administração pública municipal, via Secretaria da Agricultura, está tentando articular os produtores interessados na produção orgânica, uma vez que existe, em um município próximo, uma cooperativa que compra e comercializa produtos orgânicos.

A agroecologia, enquanto possível estratégia de reprodução da agricultura familiar, é tema, por si só, para uma outra pesquisa. Entretanto, o que se quer apontar aqui, é que ela pode vir a ser uma das alternativas para alguns agricultores, uma vez que existe a procura por produtos diferenciados (sem agrotóxicos, não-transgênicos, etc.). Porém, isso implica numa série de questões que não são o objeto dessa dissertação.

Do ponto de vista das políticas públicas para a agricultura familiar, uma das formas de crédito mais freqüentes no município de Iporã d' Oeste, é o Pronaf, na modalidade de custeio, conhecido popularmente como "pronafinho". De acordo com entrevista com o gerente da agência do Banco do Brasil do município, no ano de 2001 foram feitos 680 contratos, totalizando R\$ 665.000,00 reais em empréstimos. Isso representa que, praticamente 63% dos estabelecimentos, tiveram acesso à esse financiamento. Esse valor, aparentemente é pouco, algo em torno de R\$ 800,00 por propriedade beneficiada. Porém, de acordo com as entrevistas, é o suficiente para comprar uma vaca de qualidade, ou pagar metade do valor de uma ordenhadeira mecânica. Outros destacaram que puderam comprar pequenos implementos, como uma plantadeira de plantio direto (tração animal), ou ainda, comprar insumos. Os agricultores relataram que conseguiram melhorar a sua propriedade, e que conseguem pagar, facilmente, o financiamento.

Assim, apesar do Pronaf, muitas vezes, ser apontado como um programa

social, ele trás também os seus benefícios para a agricultura familiar no município. Não é objetivo desse trabalho, fazer uma defesa do Pronaf, mas apenas indicar alguns de seus reflexos. É necessário lembrar que no Brasil, é a primeira vez que existe um crédito específico para este segmento da agricultura, e que, de alguma maneira, conforme apontado pelos próprios agricultores, está ajudando na melhoria das propriedades.

Além do Pronaf, segundo informações obtidas em entrevista com o secretário da agricultura, no município de Iporã d' Oeste, foram concedidas 47 cartas de crédito pelo programa Banco da Terra, havendo ainda, 350 inscritos. Dois fatos se sucederam: um aumento em torno de 40% no valor da terra e um "rejuvenescimento" dos proprietários. Assim, se poderia fazer uma crítica ao programa, bem como, apontar para um aspecto extremamente positivo. A crítica se deve ao fato de ter criado uma elevação compulsória dos preços da terra, possibilitando a venda do lote por um valor muito maior, uma vez que a transação é feita à vista e em dinheiro. Por outro lado, também se percebeu no município, que a maioria das propriedades foram compradas por agricultores relativamente jovens, e vendidas por casais, geralmente aposentados e que já não tinham mais sucessor⁵⁸.

Criaram-se também várias oportunidades de trabalho na construção civil, uma vez que a maioria dos agricultores que venderam a terra, compraram um terreno na cidade e construíram casas. Isso pode ser evidenciado pelo fato de que, no mesmo período em que saíram as cartas de crédito, no total de 47, iniciaram-se quase o mesmo número de construções na cidade. Esse número de casas sendo construídas, quase ao mesmo tempo, nunca tinha sido verificado antes no município.

Entretanto, essa foi a realidade verificada no município de Iporã d' Oeste, sendo que seria necessária uma pesquisa mais completa e aprofundada, sobre quem comprou e quem vendeu as propriedades, e principalmente, sobre a possibilidade de pagar a dívida. O que poderia ser tema para outra pesquisa.

Apesar desta pesquisa não ter aprofundado o estudo sobre essas duas "novas" perspectivas, ou seja, a agroecologia e as políticas públicas (Pronaf e Banco

⁵⁸ De acordo com estudos realizados por Abramovay *et al.* (1998), na região Oeste Catarinense, em mais de um terço das propriedades, não se sabe se vai haver um sucessor.

da Terra), ao pesar no que ambas podem representar para a agricultura familiar, enquanto uma possível estratégia de reprodução, se torna necessário apontar uma diferença crucial. De um lado, o movimento agroecológico representa uma ruptura com o atual modelo de desenvolvimento agrícola, enquanto que a maioria dos agricultores que acessam as políticas públicas, no caso o Pronaf e o Banco da Terra, continuam no mesmo modelo que já os excluiu anteriormente.

Finalmente, quer-se fazer algumas considerações sobre as mudanças no modo de vida. Atualmente, a agricultura familiar se distingue muito daquilo que denominou-se de modo de vida colonial, anterior à década de 1960. Essas mudanças não se referem ao caráter familiar dessa agricultura, mas sobretudo, nas estratégias de reprodução, cada vez mais afetadas pelo processo de mercantilização. O modo de vida colonial, de certa forma, entra numa espécie de crise, pois as relações com o mercado, que antes representavam somente uma "ponta", acabam tornando-se determinantes. Para os colonos, sua relação com o mercado se dava através dos comerciantes locais. Hoje, essas relações são com as agroindústrias processadoras de matérias-primas, com os fornecedores de insumos, com as agências bancárias, com as políticas públicas. Tudo isso representa o que denominou-se de mercantilização.

Não quer dizer que os colonos desapareçam, entretanto, retomando aqui a idéia de Abramovay (1992), eles se "metamorfoseiam", adotando novas estratégias de reprodução. O modo de vida colonial reproduzia-se porque existia uma fronteira agrícola em expansão, ou seja, a zona pioneira (Waibel, 1955), e a produção era voltada, basicamente, para o autoconsumo, sendo que as relações eram locais, pouco afetadas pela economia nacional. Havia uma certa parcialidade em relação ao mundo externo. Entretanto, à partir do processo mais geral de transformação do capitalismo no Brasil, de 1950 em diante, a agricultura é chamada para desempenhar uma nova função no processo de acumulação de capital. A agricultura deveria fornecer alimentos, matérias-primas para as indústrias emergentes, e servir de mercado consumidor dos produtos da indústria (insumos químicos, sementes, máquinas, etc.). Esses processos intensificaram-se com a modernização da agricultura, ocorrendo a integração da agricultura com a economia nacional e internacional, o que torna as influências externas cada vez maiores.

Uma das características da agricultura colonial era a penosidade do trabalho. Nesse sentido, uma das mudanças importantes apontadas pelos agricultores refere-se justamente ao conforto, apesar do custo que ele representa.

O lado bom da tecnologia é que a gente tem mais conforto. Dentro de casa e na forma de trabalhar. Antigamente era com boi e hoje é com máquina. É mais confortável trabalhar hoje. Só que o custo aumenta. A energia elétrica, o combustível, adubo, veneno (Entrevista 13).

O que mais mudou nos últimos anos foi o bem estar da família. Antigamente, a gente trabalhava diferente. A gente capinava muito, com enxada, limpava a roça tudo com a enxada e isso dá muito serviço (Entrevista 04).

Os agricultores familiares do município de Iporã d' Oeste, ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, adotaram diferentes estratégias para assegurar a sua reprodução social. A integração às agroindústrias foi uma importante estratégia, do ponto de vista produtivo, que garante renda para muitas famílias, porém, também excluiu outras de processos produtivos tradicionais, como o caso da suinocultura. Além da integração agroindustrial, percebeu-se que a migração, de toda família ou de alguns membros, é uma forma para garantir a sobrevivência. Além do mais, as atividades não-agrícolas também são uma forma de garantir renda para alguns agricultores.

Entre as novas estratégias de reprodução não pode esquecer-se o papel que o Estado, através das políticas públicas, vem desempenhando nos últimos anos. Em primeiro lugar, os benefícios da previdência rural são extremamente importantes. Tanto na manutenção da agricultura familiar, como para a dinâmica social e econômica dos municípios. Por outro lado, as políticas do Pronaf e do Banco da Terra, também estão tendo os seus impactos sobre a agricultura familiar. No caso do Pronaf, os impactos já são evidentes, uma vez que mais de 50% dos agricultores do município utilizam-se desses recursos. Já o programa Banco da Terra ainda precisa de mais tempo e estudos para fazer uma análise mais apurada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho de pesquisa, volta-se a reflexão sobre uma preocupação inicial, ou seja, até quando a agricultura familiar vai continuar garantindo a sua reprodução? Como foi visto no decorrer desta dissertação, apesar de todos os obstáculos, os agricultores sempre lançaram mão de determinados mecanismos para garantir a sobrevivência de seus membros. Os colonos não desapareceram, apenas metamorfosearam-se. Os agricultores familiares, tais como se caracterizam atualmente, vão continuar existindo? Em caso afirmativo, qual será a próxima metamorfose? O que se reserva para a agricultura familiar com o atual debate entre a biotecnologia e a agroecologia? Não se tem respostas para estas questões, mas quer-se, apenas, deixar a provocação. Nesse sentido, pensando nas perspectivas da agricultura familiar, convida-se o leitor para observar a figura 18, onde aparece uma linha, antiga picada, por onde chegaram os colonos a partir da década de 1920 e passaram por todas as transformações que foram apresentadas e analisadas durante essa dissertação. Para o autor, a imagem possui um valor pessoal e acadêmico. Ele mostra a comunidade onde este nasceu e cresceu, como filho de colonos. Durante o trabalho de campo, ela inspirou o trabalho de pesquisa, na tentativa de entender, analiticamente, o que havia acontecido. Não propriamente o que havia acontecido com a sua trajetória, mas com a problemática com a qual propôs-se a trabalhar, ou seja, a agricultura familiar, no município de Iporã d' Oeste.

Figura 18
Perspectivas da agricultura familiar?



Linha Faic, no município de Iporã d' Oeste. Fonte: pesquisa de campo.

O tema abordado nessa dissertação foi o estudo da evolução e transformação da agricultura familiar, através da análise das suas estratégias de reprodução. Estas, são cada vez mais influenciadas pela crescente mercantilização social e econômica, decorrente do processo mais geral de modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, as estratégias de reprodução passam, cada vez mais, a depender da relação que a agricultura familiar estabelece com o ambiente social e econômico onde está inserida.

A agricultura familiar compreende uma forma social de produção que, apesar de estar inserida na sociedade capitalista, possui uma diferença essencial, ou seja, não há o divórcio entre o trabalhador e o dono dos meios de produção, que neste caso, são a mesma ou as mesmas pessoas. Ela é, ao mesmo tempo, uma unidade familiar e uma unidade de produção. A produção se realiza em um estabelecimento onde a propriedade, a gestão e o trabalho provém da família. Esta busca garantir a sua qualidade de vida, bem como a transmissão do patrimônio, com vistas a reprodução social da atividade. Nesse sentido, para garantir sua reprodução social, a família rural põe em prática, determinadas estratégias, que podem estar voltadas à unidade familiar ou à unidade de produção. Estas estratégias são

influenciadas tanto pelas características internas como pelo ambiente social e econômico onde estão inseridos.

Destaca-se que a escolha da família rural, como unidade de análise, foi extremamente importante, pois possibilita conhecer outras dimensões que estão presentes nas estratégias de reprodução familiar. Nesse sentido, não pode-se reduzir a análise da agricultura familiar somente em função da sua unidade de produção. Quando utiliza-se a unidade familiar, percebe-se que, além da produção agropecuária, existem outros elementos determinantes nas estratégias de sobrevivência das famílias, como é o caso das migrações, das atividades não-agrícolas e, mais recentemente, os benefícios da previdência rural.

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar que existe uma certa "ruptura" entre o que denominou-se de agricultura colonial e a agricultura familiar tal como se conhece atualmente. Essa mudança, transformação ou metamorfose, não refere-se ao seu caráter familiar, mas essencialmente à sua reprodução, que fica, cada vez mais, subordinada e dependente das relações que estabelece com o ambiente externo. Trata-se de um processo histórico, que foi mudando algumas características dessa forma social de produção, a medida que aumentava o seu grau de mercantilização.

Por um lado, o modo de vida colonial caracterizava-se por um modo de produzir e uma forma de sociabilidade. A reprodução desse modo de vida pode ser considerada semi-autônoma ou relativamente autárquica. Entre as características, pode-se destacar que a propriedade da terra, ou o acesso à terra, estava diretamente ligada à expansão da fronteira agrícola e aos mecanismos de herança. Fazia-se presente, a policultura com o objetivo de autoconsumo ou subsistência. A força de trabalho era proveniente da família. As relações com o mercado eram esporádicas, com venda de alguns excedentes para aquisição de gêneros que não produziam. A vida em pequenas comunidades caracterizava a sociabilidade, com fortes relações de solidariedade e reciprocidade.

Por outro lado, a agricultura familiar, atualmente, possui a sua reprodução subordinada e dependente do mercado. Como características, destaca-se a individualização, ocorrendo a especialização produtiva e a inserção em um regime

concorrencial. Ocorre a reestruturação do processo produtivo com uma forte orientação para monoculturas, com especialização em uma única atividade. A força de trabalho continua sendo de base familiar, podendo haver contratação de mão-de-obra. No que se refere à propriedade da terra, permanecem os mecanismos de herança, mas surgem mercados de terras e a valorização fundiária. Há um grande avanço no progresso tecnológico, com estímulo à produtividade e a economia de escala, com integração mercantil plena. O Estado desempenha um papel importante através das suas políticas públicas. Os agricultores passam a estabelecer uma relação, cada vez maior, com o mercado.

Essas novas características da forma familiar de produção, estão diretamente ligadas ao que denominou-se de mercantilização. Conforme verificou-se no decorrer deste trabalho, a mercantilização materializa-se através da crescente integração dos agricultores familiares ao mercado, através da venda de suas mercadorias, a integração às agroindústrias, a compra de insumos para a produção, como adubos, defensivos e sementes. Pelo uso de implementos e máquinas agrícolas e através do acesso às políticas públicas, especialmente às de crédito, que levam esses agricultores a entrar no sistema financeiro através dos bancos. Enfim, na medida em que vai aumentando a mercantilização, as relações que o agricultor estabelece com o ambiente externo, assumem uma influência, cada vez maior, que acaba tendo reflexos sobre as estratégias de reprodução.

As estratégias de reprodução do modo de vida colonial dependiam principalmente das migrações rurais/rurais, avançando na zona pioneira e reproduzindo o mesmo modelo em outras áreas ainda não desbravadas. Entretanto, o fechamento da fronteira agrícola, impossibilitou a reprodução desse mesmo sistema. Assim, entre as novas estratégias de reprodução, que se colocaram para os agricultores, pode-se destacar as migrações rurais/urbanas e a integração às agroindústrias.

A reprodução social da agricultura familiar está condicionada, ou melhor, é influenciada, tanto pelas suas características internas, como a demografia, a qualidade do solo, o tamanho da área, etc., como também, pelas relações que estabelece com o ambiente social e econômico onde está inserida, como o acesso ao progresso tecnológico, crédito, assistência técnica, as relações com o mercado. É

em função dessas características, tanto internas quanto externas, que as famílias adotam determinadas estratégias para garantir a sua sobrevivência, como as migrações, a integração às agroindústrias, a reconversão produtiva.

No decorrer deste trabalho, verificou-se que as estratégias de reprodução adotadas pelos agricultores familiares da região estudada, até os anos 1965-1970, estavam diretamente ligadas às migrações rurais/rurais, repetindo, sempre em novas áreas, geralmente situadas ao norte, o mesmo sistema de exploração do solo e modo de vida. As migrações rurais/rurais, como uma estratégia de reprodução, perdem relevância à medida que a fronteira agrícola é ocupada e a demanda por mão-de-obra nas cidades é incrementada com o processo de desenvolvimento urbano-industrial do Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1950.

A partir daí, esse sistema de exploração do solo, caracterizado pelo sistema de rotação de terras, encontra um limite dentro da sua própria dinâmica, que para funcionar, depende da existência de novas terras, que já não são mais possíveis, devido ao fechamento da fronteira agrícola. Por outro lado, inicia-se no país, o processo de modernização da agricultura, que consegue resolver, em certa medida, um dos problemas fundamentais do processo anterior, a perda da fertilidade do solo. Se as migrações rurais/rurais já não são mais uma alternativa viável, são as migrações rurais/urbanas que se apresentam como uma forma de garantir a reprodução da família, ou muitas vezes, de parte dela. Isso ocorre em função do desenvolvimento urbano industrial do país, que necessita de força de trabalho. Por último, a maioria dos agricultores se integra aos chamados Complexos Agroindustriais, no caso da região, representados, especialmente, pelas empresas processadoras de carne (suínos e aves).

Entretanto, a integração às agroindústrias, por um lado garante a reprodução de muitas famílias e por outro, exclui famílias do processo produtivo, por causa da sua seletividade, concentrando e intensificando a produção. Muitas famílias que foram excluídos do processo produtivo de suínos, acabaram dedicando-se à outras atividades agrícolas, integrando-se em outras agroindústrias, como é o caso da produção de leite e fumo.

Por outro lado, percebeu-se que as estratégias de reprodução da

agricultura familiar não se resumem ao processo de produção agrícola, principalmente via integração agroindustrial. A migração para as cidades também constituiu-se numa importante estratégia, para toda a família, ou muitas vezes, de alguns membros. Por outro lado, as atividades não-agrícolas também estão possibilitando a sobrevivência de muitas famílias. E não se pode esquecer, que nos anos mais recentes, os benefícios da previdência rural desempenham um papel importante, tanto para a agricultura familiar como para a economia dos municípios.

Para finalizar, considera-se relevante fazer um breve comentário sobre a experiência da pós-graduação e do ato de pesquisar em si. Considera-se que o mestrado não é uma etapa final, um ponto de chegada, mas pode e deve ser encarado como um espécie de "trampolim", na medida em que abre novas perspectivas de pesquisa. Talvez, seja por isso que ao chegar ao final, tem-se a sensação de ter mais dúvidas do que propriamente respostas, ou grandes conclusões. Percebe-se a existência de uma complexidade, cada vez maior, na medida que se avança em determinados pontos. É uma espécie de reação em cadeia, já que ao mesmo tempo em que obtém-se uma resposta, ou pretensa resposta, surgem vários novos questionamentos, e assim sucessivamente. Não é diferente no caso do tema desta pesquisa, a agricultura familiar, que provavelmente vai acompanhar a vida deste autor, sem no entanto, existir a menor possibilidade de esgotar o tema algum dia. Talvez seja esse o desafio de pesquisar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992. 275p.

_____ (coord.); SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson; BALDISSERA, Ivan Tadeu; FERRARI, Dilvan; TESTA, Vilson Marcos. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998. 104p.

_____; SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; DORIGON, Clóvis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. *Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: competitividade e globalização: impactos regionais e locais*. Recife, 2001. CD-ROM. 10p.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 1, v. 1, 1986. p. 66-83

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: contradições, enigmas e falsos dilemas. *Anais XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: equidade e eficiência na agricultura brasileira*. Passo Fundo, 2002. CD-ROM. 18p.

BACH, Celso Luiz. *A cooperação agrícola como estratégia de reprodução da agricultura familiar do oeste catarinense: o município de Saudades*. Santa Maria: CPGExR, 2001. (Dissertação de mestrado).

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento na produção agrícola na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2001. p. 95-120.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON*. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 111-139.

BIOLCHI, Marilza Aparecida. *Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais*. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2002. (Dissertação de mestrado).

BOLETIM DO DESER. *Fumo: empresas pagam o que querem os agricultores*. (17-25), nº 125, julho/2002. Disponível em www.deser.org.br/boletins.asp. (Acesso em 15/09/2002).

CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Laudes, 1970. 458 p.

CAMPOS, Indio. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987. (Tese de Mestrado). 370 p.

CANDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001. 376p.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON*. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 141-220.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr., José Celso. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 225-250.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2001. p. 15-52.

ELLIS, Frank. *Peasants Economics – Farm Households and Agrarian Development*. Cambridge University: Cambridge, 1988.

FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Disponível em www.incra.gov.br/sade/, 1996. (Acesso em 24/04/2001).

_____. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1996.

FOLADOR, João David. *História de Campo Erê*. São Lourenço do Oeste, Cruzeiro, 1991. 158 p.

FORTES, M. The developmental cycle in domestic groups. In: GOODY, J. (org.). *Kinship-Selected Readings*. Penguin Books, 1971.

GASSON, R. e ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford, Cab International, 1993.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia; um conceito controverso*. EDUCS, 1996. 90 p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210p.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP.IE, 1996. 217p.

_____. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 238p.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAN, Antonio; SABBATO, Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1994. p. 51-75.

JUNGBLUT, Roque. *Documentário histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica & Editora, 2000. 630 p.

KAGEYAMA, A. et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et. al. (org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, 1990. (Série IPEA, n. 127). p. 113-223.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 401p.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz a história de uma colonização às margens do rio Uruguai*. Mondaí: Coordenadoria Municipal de Ensino, 1980. 88 p.

LAMARCHE, Huges (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme*. v. 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

_____. *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. v. 2. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994

LAZIER, Hermógenes. *Sudoeste do Paraná: região jovem, mas rica em acontecimentos*. 5. ed. Francisco Beltrão, 1996. (Coleção Cadernos do Paraná n. 1).

LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2001. p. 53-93.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização do Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988. 231p.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 265 p.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, v. 25, 1995. p. 21-37.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 87p.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 182p.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. 376 p.

PLEIN, Clério; SCHNEIDER, Sergio. O processo de transformação da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. *XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Passo Fundo, 2002. CD-ROM. 15p.

PLOEG, Jan Douwe van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, Eduardo Sevilla. *Ecología, campesinato y historia*. Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 135-195.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. *Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEON*. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 71-110.

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1994. p.76-88.

RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. Joaçaba: UNOESC, 1996. 172p.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas de mudança: a necessidade de uma abordagem holística. In: *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 1, 1994. p. 81-104.

RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000. 440 p.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v. 806 p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 272p.

SABINO, Carlos A. *El proceso de investigación*. Buenos Aires: El Cid, 1979.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Bacias hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral*. Florianópolis, 1997. 173 p.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1999a.

_____. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999b. [Tese de doutorado].

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO. *Iporã d' Oeste 1925-1997*. Prefeitura Municipal de Iporã d' Oeste, 1998. 76p. (brochura).

SILVESTRO, Milton Luiz. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1995 [Tese de mestrado]. 349p.

_____. ABRAMOVAY, Ricardo (coord.); MELLO, Márcio Antonio; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 122p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991. 219p.

VIANNA, A. *A recriação das linhas coloniais*. Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Curitiba, 1987.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. In: *Revista brasileira de geografia*. Ano 11, n. 2, 1949. p. 159-222.

_____. As zonas pioneiras do Brasil. In: *Revista brasileira de geografia*. Ano 17, n. 4, 1955. p. 389-422.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (orgs.). *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 413-37.

WILLEMS, E. *Aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.

WORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo – Brasília: Hucitec – Edunb, 1995. 336p.

ANEXO A

ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA AS ENTREVISTAS

1. FAMÍLIA

- Sobre os que estão na propriedade [idade / escolaridade / projeto de vida]
- Sobre os que já saíram da propriedade [com que idade saiu / para onde foi / o que faz / por que saiu]
- Origem étnica
- Religião
- De onde vieram / quando / motivos [se nasceram no município, perguntar sobre seus pais]
- Como a família tem acesso às informações

2. PROPRIEDADE

- Tamanho da área
- Condição do produtor
- Qualidade do solo
- Utilização da área
- Produtividade da terra, capital e trabalho
- Acesso à terra e transmissão do patrimônio
- Localização
- Sistemas de produção, cultivos e criações
- Benfeitorias, máquinas e equipamentos de trabalho
- Tipos de tecnologias utilizadas
- Objetivo da produção
- Organização e divisão do trabalho

3. COMUNIDADE / MUNICÍPIO

- Capacidade de organização [associações, sociedades, condomínios, compra e venda conjunta]
- Sociabilidade local
- Relações de reciprocidade
- Relações com os vizinhos [competição ou ajuda]

4. AMBIENTE EXTERNO

- Acesso ao progresso técnico e assistência técnica
- Políticas agrícolas vigentes e acesso ao crédito
- Relações com o mercado e agroindústrias
- Capacidade de organização [participação em sindicatos, partidos políticos, associações]



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS

001 - MARIN, Solange Regina. Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.

002 - PEDROSO, Glaucilene Dias. Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.

003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff. A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.

004 - PASE, Hemerson Luiz. Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis. 2001. 171f.

005 - LOPES, Saulo Barbosa. Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.

006 - MACHADO, Roberto Tormes. Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.

007 - SARTOR, Juliane. Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.

008 - COELHO, Vanessa Pfeifer. Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f.

009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis. O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.

010 - VILLABERDE, Maria Sérgia. Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.

011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da - Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.

012 - JANSEN, Suzel Lisiane. Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.

013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.

014 - BIOLCHI, Marilza Aparecida. Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f.

015 - RICOTTO, Alcides Juvenal. Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

016 - SABABÉS, Leandro. Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.

017 – PETTER, Rudimar Luis. As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.

018 – MOURA, Lino Geraldo Vargas. Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.

019 – FERRAZ, Osni Giani. A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.

020 – GERHARDT, Cleyton Henrique. Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da 'problemática ambiental' em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.

021 – COLE, Dorlei Marcos. Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.

022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo. Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.